



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

TÂNIA MARIA LAGO

**GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
Possibilidades para permanência no ensino superior**

PALMAS, TO

2018

TÂNIA MARIA LAGO

**GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
Possibilidades para permanência no ensino superior**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação
em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal
do Tocantins como requisito para defesa da pesquisa.
Orientadora: Profa Dra Lina Maria Gonçalves
Coorientadora: Profa Dra Paula Karini D. Ferreira Amorim

PALMAS, TO

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

L177g Lago, Tânia Maria .

Gestão das Políticas de Assistência Estudantil: Possibilidades para permanência no ensino superior. / Tânia Maria Lago. – Palmas, TO, 2018.
123 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Gestão de Políticas Públicas, 2018.

Orientadora : Lina Maria Gonçalves

Coorientadora : Paula Karini D. Ferreira Amorim

1. Políticas Públicas. 2. Gestão do Ensino Superior. 3. Evasão/Permanência. 4. Assistência/Assistencialismo. I. Título

CDD 350

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

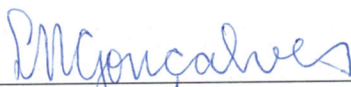
TANIA MARIA LAGO

**GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
POSSIBILIDADES PARA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

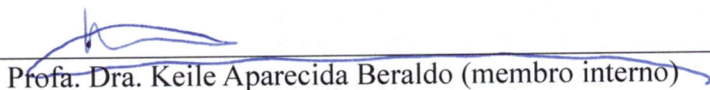
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do título de mestre.
Orientadora: Profa. Dra. Lina Maria Gonçalves

Aprovada em 08/11/2018.

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Lina Maria Gonçalves (Orientadora)



Profa. Dra. Keile Aparecida Beraldo (membro interno)



Profa. Dra. Liliam Deisy Ghizoni (Membro externo)

Dedico este trabalho

A minha mãe (in memoriam), que sempre esteve comigo. Tudo que sou é pelo apoio incondicional dela...

Não morreu, só está do outro lado do caminho...

Saudades sem fim! Tem sido muito difícil a caminhada sem ela, pois estava sempre ao meu lado e dizia: Você vai conseguir. Que falta você faz minha Mãe!

AGRADECIMENTOS

À Profa Dra Lina Maria Gonçalves pela orientação, segurança, palavras motivadoras, companheirismo, presença marcante sempre acreditando que eu conseguiria;

À Profa Dra Paula Karini D. Ferreira Amorim, pela colaboração na coorientação;

À Universidade UFT, pelos excelentes profissionais disponibilizados para o conhecimento necessário, acima de tudo seres humanos excepcionais, cuja sabedoria demonstrada ultrapassa o que se espera de um professor;

Ao Centro Universitário UnirG, pelo empenho na parceria neste Mestrado, o que contribui para nossa evolução, alcançando não só nossa vida profissional, mas nossa vida pessoal, na medida em que nossos sonhos são compartilhados com nossa família;

A Reitora Profa Dra Lady Sakay, do Centro Universitário UnirG, pela autorização para realizar essa pesquisa na instituição;

À Pró-Reitora Dra Marcilene Araujo, pela agilidade e presteza em tudo que dependeu de sua pessoa;

Aos colegas de turma, antes concorrentes, hoje amigos, que a cada momento contribuíram para a aproximação do grupo, o que foi muito importante nessa jornada.

LAGO , Tânia Maria. **Gestão das Políticas de Assistência Estudantil: Possibilidades para permanência no ensino superior.** 2018, 123 fl. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2018.

RESUMO

A Assistência Estudantil no Ensino Superior busca assegurar aos estudantes de baixa renda a conclusão de sua graduação. Embora, em sua trajetória histórica, configure-se por ações pontuais de assistencialismo, nos últimos anos, vem sendo regulamentada por legislações específicas, juntamente com outras políticas públicas para o Ensino Superior. Quando implementadas, as políticas de Assistência Estudantil podem configurar-se como alternativas favoráveis à permanência estudantil, e assim, diminuir os índices de evasão. Essa crença foi o que despertou o interesse em investigar a temática e assim analisar as possibilidades de contribuir com a Gestão da Permanência dos estudantes no Centro Universitário UnirG. Portanto, trata-se de um estudo de caso, realizado a partir de pesquisa documental e bibliográfica, com abordagem quali-quantitativa, conjugada com princípios do método dialético, ao considerar os conceitos opostos complementares: permanência-evasão. Os conteúdos coletados nos documentos levantados na Secretaria Acadêmica e em diversos setores institucionais foram categorizados e submetidos à análise de conteúdo, com o objetivo geral de analisar a evolução e gestão das atividades de Assistência Estudantil no Centro Universitário UnirG, em Gurupi – TO nos últimos 5 (cinco) anos. Os resultados da pesquisa apontam que as políticas de Assistência Estudantil, já implementadas na instituição, alcançam parcialmente os estudantes que realmente delas precisam. Embora os resultados apontem investimentos da gestão com criação de vários programas de Assistência Estudantil, os mesmos não vêm atuando de forma integrada, não contam com gestão de um departamento específico e, funcionam de forma isolada, desarticulada uns dos outros, não compartilham seus planos nem resultados. Conclui-se que se fazem necessárias melhorias, especialmente no monitoramento e avaliação dos mesmos, bem como necessidade de maior atenção aos motivos da não permanência, para que sejam criadas ações articuladas para a prevenção da evasão/promoção da permanência.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Ensino Superior. Gestão. Evasão/Permanência. Assistência/Assistencialismo.

LAGO, Tânia Maria. **Management of Student Assistance Policies:** Possibilities for staying in higher education. 2018, 123 fl. Dissertation (Master in Public Policy Management). Federal University of Tocantins. Palmas, 2018.

ABSTRACT

The Student Assistance in Higher Education seeks to ensure low-income students the completion of their degree. Although in its historical trajectory, it has been molded by specific actions of social assistance, in recent years, it has been regulated by specific legislation, along other public policies for Higher Education. When implemented, Student Assistance policies can be used as favorable alternatives to student's permanency, and then, reduce dropout rates. This belief was what sparked interest in investigating the subject and consequently analyzing the possibilities of contributing to the Management of Permanence of the students in the UnirG University Center. Therefore, it is a case study, carried out from documentary and bibliographical research, with a qualiquantitative approach, conjoined with principles of the dialectical method, when considering the opposite complementary concepts: permanence-evasion. The contents collected in the documents gathered in the Academic office and in several institutional sectors were categorized and submitted to the content analysis, with the general objective of analyzing the evolution and management of the Student Assistance activities at UnirG University Center in Gurupi - TO in the last 5 (five) years. The results of the research indicate that the Student Assistance policies already implemented in the institution, partially reach the students who really need them. Although the results point to management investments with the creation of several Student Assistance programs, they do not work in an integrated way and they are not managed of a specific department. They work in isolation, disjointed from one another, and do not share their plans or results. It is concluded that improvements are necessary, especially in their monitoring and evaluation, as well as the need for greater attention to the reasons for non-permanence, so that joint actions are created to prevent evasion / promotion of permanence.

Keywords: Public educational policies. Higher Education. Management. Evasion/permanence. Assistance/welfare.

LISTA DE SIGLAS

SIGLA	SIGNIFICADO
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CEE/TO	Conselho Estadual de Educação do Estado do Tocantins
CPA	Comissão Própria de Avaliação
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
DCE	Diretório Central dos Estudantes
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
<i>IOW</i>	<i>Interactive Our World</i>
LABTAU	Laboratório de Tecnologia Assistiva do Centro Universitário UnirG
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde Pública
NAP	Núcleo de Apoio PsicoPedagógico
NIAEE	Núcleo Institucional de Atendimento Educacional Especializado
SEPSI	Serviço Escola de Psicologia
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PBP	Programa de Bolsa Permanência
PPES	Políticas Públicas de Educação Superior
PIN	Programa Institucional de Nivelamento

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Critérios de inclusão e exclusão de artigos.....	40
Quadro 2 - Infraestrutura de atendimento UnirG.	53
Quadro 3 -Metas estabelecidas pela UnirG para o período 2012-2016.	56
Quadro 4 - Ações referentes à Meta 9 (PDI).....	56
Quadro 5 - Dimensões para Avaliação do SINAES	58
Quadro 6 - Ações de Assistência Estudantil na UnirG	62
Quadro 7 - Desistentes nos últimos 5 anos, por curso	72
Quadro 8 - Desistentes do Curso de Administração – 2017- 1.	74
Quadro 9 – Desistentes do Curso de Ciências Contábeis – 2017	74
Quadro 10 – Desistentes do Curso de Direito – Matutino – 2017.....	74
Quadro 11 – Desistentes do Curso de Direito – Noturno - 2017.....	75
Quadro 12 – Desistentes do Curso de Bacharelado em Educação Física	75
Quadro 13 – Desistentes do Curso de Educação Física -2017	75
Quadro 14 - Desistentes do Curso de Enfermagem -2017.....	75
Quadro 15 – Desistentes do Curso de Engenharia Civil - Noturno -2017.....	76
Quadro 16 – Desistentes do Curso de Engenharia Civil - Matutino -2017.....	76
Quadro 17 – Desistentes do Curso de Farmácia-2017.....	76
Quadro 18 – Desistentes do Curso de Fisioterapia	77
Quadro 19 – Desistentes do Curso de Jornalismo -2017	77
Quadro 20 – Desistentes do Curso de Letras -2017.....	77
Quadro 21 – Desistentes do Curso de Medicina -2017.....	77
Quadro 22 – Desistentes do Curso de Odontologia -2017-1.....	78
Quadro 23 – Desistentes do Curso de Psicologia -2017-1	78
Quadro 24 - Desistentes do Curso de Administração – 2017- 2.	78
Quadro 25 - Desistentes do Curso de Ciências Contábeis – 2017.....	78
Quadro 26 - Desistentes do Curso de Direito – Matutino – 2017-2	79
Quadro 27 - Desistentes do Curso de Direito – Noturno – 2017-2	79

Quadro 28 - Desistentes do Curso de Educação Física - Bacharelado-2017-2	79
Quadro 29 - Desistentes do Curso de Educação Física -licenciatura -2017-2	79
Quadro 30 - Desistentes do Curso de Enfermagem Integral -2017-2.....	80
Quadro 31 - Desistentes do Curso de Engenharia Civil - Matutino -2017-2	80
Quadro 32 - Desistentes do Curso de Engenharia Civil - Noturno -2017-2	80
Quadro 33 - Desistentes do Curso de Fisioterapia – 2017-2.....	80
Quadro 34 - Desistentes do Curso de Medicina -2017-2	81
Quadro 35 - Desistentes do Curso de Odontologia – 2017-2.....	81
Quadro 36 - Desistentes do Curso de Psicologia - Noturno -2017-2.....	81
Quadro 37 - Ações de Assistência Estudantil PNAES X UnirG.....	83
Quadro 38 - Desistência x Assistência Estudantil	92

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Figura 1- Ciclo de políticas públicas	25
Figura 2 – Contextos do processo de formação de uma política	26
Figura 3 - Regiões de origem dos Estudantes da UnirG	52
Gráfico 1 – Número de estudantes desistentes, no ano de 2017, atendidos pelos programas de Assistência Estudantil.	84
Gráfico 2- Principais motivos de desistência na UnirG	89
Gráfico 3 – Percentuais de desistência na UnirG, em 2017, por curso.....	91

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1	21
POLÍTICAS PÚBLICAS E O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	21
1.1. Políticas públicas: abordagem histórica e conceitual.....	21
1.2. Ciclo das Políticas Públicas	24
1.3. Políticas Públicas de Assistência Estudantil, no Contexto do Ensino Superior Brasileiro.	27
CAPÍTULO 2	39
A AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	39
2.1. Avaliação de Políticas Públicas	41
2.2. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).....	43
2.3. Monitoramento e Avaliação	45
2.4. Avaliação dos Programas de Assistência Estudantil	48
CAPÍTULO 3	51
A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIRG.....	51
3.1. A UnirG e sua Integração Social no Contexto Histórico Político e Econômico de Gurupi -To e região.....	51
3.1.1. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2008 - 2012) e (2012 - 2016) .	54
3.1.2. A cultura da autoavaliação na UnirG e as Políticas de Atendimento ao Discente (Dimensão IX do SINAES)	57
3.1.3. Política de Ingresso de estudantes na UnirG (Dimensão IX do SINAES).....	60
3.1.4. As Ações de Assistência Estudantil na UnirG	61
3.1.4.1. Apoio Financeiro.....	63
3.1.4.2. Moradia.....	64

3.1.4.3. Esportes.....	64
3.1.4.4. Saúde do Aluno	64
3.1.4.5. Acompanhamento pedagógico	65
3.1.4.6. Outros programas que atendem ao aluno	68
3.2. Diferentes Status dos Estudantes da UnirG	71
CAPÍTULO 4	82
A EVOLUÇÃO E GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA	
ESTUDANTIL NA UnirG	82
4.1. A Assistência Estudantil: visão local e global	82
4.2. Permanência e evasão: duas faces de uma mesma moeda.....	88
4.3. Assistencialismo ou Assistência Estudantil ?.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICES	111
A – SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA. .	111
B – PROPOSTA PROJETO DE EXTENSÃO	111
C - PESQUISA DE MONITORAMENTO/ACOMPANHAMENTO (Modelo sugerido)	
.....	119
D - ENTREVISTA DE DESLIGAMENTO (Modelo sugerido).....	121
E- FLUXOGRAMA SUGERIDO PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	122
.....	122
ANEXO	123
A - MODELO DO ATUAL FORMULÁRIO PREENCHIDO PELOS EVADIDOS.	123

INTRODUÇÃO

As políticas de Assistência Estudantil constituem-se como políticas sociais e fazem parte do escopo das políticas públicas da Educação Superior. Existem desde o começo das universidades, mas como direito social somente após a década de 90, passaram a ser direcionadas aos estudantes das universidades públicas. No entanto, as instituições privadas vivenciam o grande problema da evasão universitária e das dificuldades de permanência dos estudantes na graduação. Conforme o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), as políticas de atendimento ao estudante são fatores importantes na avaliação das Instituições de Ensino Superior, sendo contemplados como quesitos essenciais para analisar como os estudantes são integrados à vida acadêmica e como são assistidos os estudantes mais carentes.

Esta é, também, uma preocupação do Centro Universitário UnirG que se constitui como polo atrativo para educação superior, destacando-se no cenário estadual e nacional, sendo atualmente procurado por jovens de todo o país, o que contribui para o desenvolvimento econômico e social de Gurupi e região. No entanto, para o jovem que é aprovado no vestibular, este é apenas um de seus desafios, pois o maior será permanecer na universidade, principalmente para os jovens de municípios vizinhos, advindos de escolas públicas e oriundos de família de baixa renda.

Neste sentido, o Centro Universitário UnirG, como instituição voltada ao desenvolvimento regional, busca a prática de ações de atendimento aos estudantes com maior vulnerabilidade econômica e social, por meio da oferta de auxílio financeiro como o CREDIUnirG, FIES e desconto para os funcionários municipais. A instituição possui o seu Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI e uma das metas é ampliar a permanência dos estudantes, diminuindo os índices de evasão, para que possam concluir sua graduação. Para o alcance de tal meta, a instituição implementou políticas de Assistência Estudantil, com o fim de melhorar a permanência de seus estudantes na universidade. É preciso permitir que os jovens, com vulnerabilidade à evasão, possam ser assistidos, pois a sua desistência do ensino superior significa, além do abandono de seus sonhos, um empecilho ao acesso à melhoria de suas condições de vida, bem como a estagnação de seu potencial intelectual.

Entende-se que o Centro Universitário UnirG pode promover melhorias nas políticas de Assistência Estudantil a partir da análise da Gestão da Permanência e assim

criar novas maneiras para prevenção da evasão universitária, visto que no PDI (2017-2021) consta que houve um encolhimento das matrículas de 2009 a 2017 de aproximadamente 57% e que, em alguns cursos, a diminuição das matrículas, nesse período, chega a 80 %.

Ao longo dos anos, um dos grandes desafios da área da educação tem sido como manter os estudantes nas salas de aula e isso não tem sido diferente no ensino superior e no Centro Universitário UnirG. Diante dessa problemática, esta pesquisa teve como tema central a política de Assistência Estudantil e a pergunta norteadora da investigação em pauta foi: Como tem sido implementada a gestão da política de Assistência Estudantil no Centro Universitário UnirG, e qual sua relação com a permanência estudantil?

O estudo justificou-se pela necessidade de análise das políticas estudantis no Centro Universitário UnirG por entender que as mesmas, quando efetivas, constituem fatores que permitem a permanência dos jovens na universidade. Segundo Assis (2013), a Assistência Estudantil é algo que ultrapassa a assistência às carências materiais e financeiras do estudante. Assistir a um aluno é proporcionar ao mesmo o acesso às vantagens sociais, como saúde (física e psicológica), esporte, lazer, moradia digna, transporte e cultura, principalmente ter ações que minimizem as desigualdades sociais, impostas pela pobreza. O estudante precisa sentir o apoio de sua instituição para as mais variadas questões de sua existência.

A intencionalidade do estudo foi de beneficiar, primeiramente, aos Estudantes da UnirG, por oportunizar reflexões relativas à melhoria de sua permanência na instituição, posteriormente, a instituição, por favorecer a compreensão sobre os fatores envolvidos na desistência dos estudantes e também à sociedade, pois o aluno que consegue concluir o ensino superior traz reflexos sociais da oportunidade e da inclusão social.

Quando se permite que um estudante chegue ao ensino superior, porém não lhe é facultada a sua conclusão, reforça-se o histórico de elitização do ensino e das desigualdades sociais. Neste sentido, a Assistência Estudantil é parte de uma política social pública e pode constituir-se de um ou mais programas de ação institucional, entretanto, não pode esperar somente pelas ações governamentais, mas deve envolver toda a sociedade, com ações globais e locais voltadas para redução das desigualdades sociais.

Portanto, espera-se que os resultados dessa pesquisa contribuam para a reflexão sobre possíveis melhorias na assistência prestada ao estudante pela UnirG.

1.1. Objetivos e Metodologia da Pesquisa

O objetivo geral consistiu em analisar a evolução e a gestão das atividades de Assistência Estudantil no Centro Universitário UnirG em Gurupi – TO, visando proposição de futuras intervenções para os estudantes com vulnerabilidade à evasão universitária.

Para que este objetivo fosse atendido, outros se fizeram necessários e constituíram-se nos objetivos específicos da pesquisa, sendo eles:

- Descrever as Políticas Públicas de Assistência Estudantil no Ensino Superior preconizadas pelo Ministério da Educação;
- Identificar as principais ações oriundas de Políticas Públicas de Assistência Estudantil em vigor no Centro Universitário UnirG;
- Relacionar índices de evasão geral do Centro Universitário UnirG com o índice de estudantes assistidos pelo Programa de Assistência Estudantil;
- Propor à gestão da UnirG, futuras intervenções em políticas de Assistência Estudantil para os estudantes com vulnerabilidade à evasão universitária.

Acredita-se que os resultados da pesquisa poderão tornar-se instrumento de valia pois permitiram verificar até que ponto as políticas de Assistência Estudantil, já implementadas, estão alcançando os Estudantes, que verdadeiramente delas precisam, bem como indicar caminhos para seu aperfeiçoamento.

Metodologicamente, o recorte temporal para esta pesquisa foi de 5 (cinco) anos (2013 a 2017), pois em 2012 a UnirG¹, foi recredenciada como Centro Universitário junto ao CEE/TO (Conselho Estadual de Educação do Estado do Tocantins), e para garantir a nota recebida (nota 4) em seu recredenciamento tem desenvolvido várias ações e buscado o aperfeiçoamento no atendimento aos quesitos importantes na avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

¹ Enquanto essa dissertação encontrava-se em fase final de escrita, o Centro Universitário UnirG tornou-se Universidade de Gurupi – Unirg, em setembro de 2018.

(SINAES) entre eles a dimensão IX, que trata das políticas de atendimento ao discente a qual está descrita no PDI (2012 a 2016). Portanto, tal recorte temporal, justificou-se tendo em vista que as ações do PDI podem ter sido desenvolvidas e as metas podem ser analisadas.

A pesquisa foi desenvolvida dentro de uma abordagem dialética, que segundo Engels (1974) apud Gil (2008) fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. Assim, as pesquisas fundamentadas no método dialético distinguem-se bastante das pesquisas desenvolvidas segundo a ótica positivista, que enfatiza os procedimentos.

Os fenômenos que mereceram neste estudo uma interpretação dialética, foram fenômenos subjacentes a serem analisados em relação à Assistência Estudantil, que são a permanência escolar e seu oposto, a evasão. Portanto, a abordagem foi qualitativa e os dados quantitativos foram empregados tão somente para subsidiar a análise qualitativa de tais fenômenos.

Do ponto de vista procedimental, esta pesquisa constitui-se em um estudo de caso, que segundo Yin (2005) é uma importante estratégia metodológica no campo da ciência social aplicada, ao permitir um aprofundamento do fenômeno estudado e a revelação de nuances. O estudo em questão teve como objeto as ações destinadas à Assistência Estudantil no Centro Universitário UnirG e sua relação com as ações previstas no PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil), nos últimos 5 (cinco) anos (2013 a 2017), bem como as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O estudo de caso se desenvolveu em três fases:

Fase exploratória – Após receber o Termo de Consentimento da Reitoria, em documento assinado (APÊNDICE A), esse foi momento em que a pesquisadora entrou em contato com a situação a ser investigada para definir o caso, confirmar ou não as questões iniciais, estabelecer os contatos, localizar os sujeitos e definir os procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Nesta fase foi realizada visita na instituição, nos setores como Reitoria, Secretaria Geral Acadêmica, Coordenações de programas, para identificação dos setores onde poderiam ser coletadas as informações

necessárias ao estudo de caso. Após esse contato inicial e definição ou confirmação dos critérios a serem utilizados na pesquisa, seguiu-se a fase de delimitação do estudo e de coleta dos dados.

Fase de coleta dos dados - Como técnicas para coleta de dados definiu-se pela utilização da pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica, esteve presente em todas as fases do trabalho, para Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa bibliográfica é definida por fontes secundárias, e que abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação a um determinado assunto, porém, não deve ser vista como repetição de algo que foi dito ou escrito, mas sim como um instrumento que propicia o exame de um tema sob novo enfoque, chegando a novas conclusões. É realizada a partir de um levantamento de material com dados já analisados e publicados por meio escritos e eletrônicos, e permite a construção do aporte teórico importante para fundamentar cientificamente o estudo, contribuir para a aproximação com o tema e a posterior interpretação dos dados. Foram utilizados como bases bibliográficas, artigos científicos, dissertações, teses, páginas da web, sites e legislações específicas relacionadas à temática.

A pesquisa documental, segundo Lakatos e Marconi (2001), refere-se aos dados que ainda não receberam tratamento analítico e não foram publicados, estão, portanto, em sua forma bruta. A pesquisa documental foi a técnica utilizada para a coleta dos dados empíricos, que serviram de base para análise. Os dados foram adquiridos a partir da análise de arquivos e documentos institucionais, projetos, atas, relatórios do Plano de desenvolvimento institucional (PDI), relatórios e editais existentes nos diversos departamentos da UnirG ligadas às ações de Assistência Estudantil, dados da secretaria acadêmica e dos setores responsáveis por cada programa ou ação de Assistência Estudantil.

Foi dado início a pesquisa documental, para a coleta de dados que teve os seguintes passos:

- Solicitação de lista de estudantes beneficiados com auxílio financeiro (Setor Financiamento Estudantil).
- Solicitação de Lista de estudantes nos diversos setores de Assistência Estudantil: NAP (Núcleo de Apoio PsicoPedagógico), NIAEE, LABITAU, SEPSI (Serviço Escola de Psicologia) e Nivelamento.
- Solicitação e análise do formulário de requerimento de desistência de curso na Secretaria Geral (ANEXO A).

- Solicitação de lista de desistentes de 2017, na Secretaria Geral.
- Levantamento dos motivos de desistência, indo até o arquivo físico na Secretaria Geral, onde constam caixas de arquivo morto. Encontram-se guardados os requerimentos de solicitação de Desistência de Curso, dentro de pastas, nomeadas dossiê do aluno. Cada requerimento foi lido um a um, para levantamento dos motivos individuais dos desistentes. Estes foram transcritos na íntegra para lista dos desistentes.
- Após o levantamento cada aluno, foi nomeado de A1 a A154, para preservação de suas identidades, conforme prerrogativas da ética em pesquisa. Assim, obteve-se um panorama geral de cada curso e dos motivos de cada aluno que preencheu o formulário de desistência de seu curso.

Estas listas, com os nomes dos estudantes desistentes, foram cruzadas com as listas dos participantes dos 11 (onze) programas de Assistência Estudantil, encontrados na instituição, e assim pode-se analisar se foram alcançados com algum tipo de assistência antes de tomarem a decisão de desistir de seu curso.

- Solicitação de Relatório Geral de Fluxo de estudantes (entrada e saída) dos últimos 5 (cinco) anos, para análise da taxa de evasão, bem como do Relatório Geral de estudantes que desistiram (desvinculados ou desistentes)
- Análise do sítio eletrônico (documentos, PDI, Relatório da CPA, Editais internos), resoluções, para verificar onde e como consta a regulamentação e menção às políticas de Assistência Estudantil.

Fase de análise sistemática dos dados: esta, que constituiu a terceira etapa da pesquisa, foi realizada após a qualificação. Para análise destes dados foi utilizada abordagem qualitativa (análise de conteúdo a partir de categorias que emergiram dos próprios dados). Segundo Bardin (2011) a análise de conteúdo requer grande cuidado com a descrição e execução de cada uma das fases de análise. Ainda conforme, esse autor a análise de conteúdo é recomendada para analisar materiais textuais escritos, nesse caso o conteúdo encontrado nos documentos escritos, referentes ao tema “Assistência Estudantil”. Segundo o autor, a análise de conteúdo é a técnica mais tradicional na busca por respostas às questões de pesquisa. Com abordagem semelhante,

Flick (2009, p. 291) afirma que a análise de conteúdo “é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material”.

Para a análise quantitativa foram utilizadas a tabulação dos dados, ou seja a disposição dos dados em quadros e gráficos, o que após uma análise descritiva dos dados brutos e percentuais possibilitou maior facilidade na verificação das inter-relações entre eles. É uma parte do processo técnico de análise quantitativa, que permite sintetizar os dados conseguidos pelas diferentes categorias e representá-los graficamente.

A fase de análise sistemática dos dados ,iniciou-se quando a coleta de dados foi concluída, assim houve a organização de todo o material coletado, seguindo para a leitura e releitura do material para iniciar o processo de categorização dos dados. As primeiras categorias identificadas foram: 1. Assistência Estudantil numa visão local e global 2. assistencialismo ou Assistência Estudantil 3. permanência x evasão.

Essa descrição foi articulada com os aportes teóricos do estudo e para responder didaticamente aos objetivos da pesquisa, esta dissertação foi dividida em duas partes. Sendo a primeira relacionada ao referencial teórico e conceitual, definindo-se o que é política pública, a trajetória das políticas de Assistência Estudantil no contexto do Ensino Superior e a questão da avaliação de tais políticas. Essa parte constituiu os capítulos 1 e 2.

Na segunda parte foi descrito sobre o contexto da pesquisa, o histórico institucional, missão, metas e a descrição das ações relacionadas à política de Assistência Estudantil na UnirG, bem como a descrição dos resultados obtidos na pesquisa exploratória, (capítulo 3) para posterior análise e discussão (capítulo 4).

Por fim, traz as considerações finais, que traça as principais conclusões da pesquisa e recomendações para a gestão da Assistência Estudantil, na instituição. Explicita, ainda, as limitações da pesquisa empreendida e indica caminhos para futuras pesquisas sobre o tema.

CAPÍTULO 1

POLÍTICAS PÚBLICAS E O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Este capítulo tem como tema norteador as concepções de políticas públicas de assistência, voltadas aos estudantes do Ensino Superior, no Brasil. O foco central são as concepções oficiais, divulgadas pelo Governo Federal, como parte das políticas públicas na educação superior, tendo em vista que a temática da Assistência Estudantil está inserida no campo das políticas sociais do governo. Nesse escopo, a Assistência Estudantil refere-se ao conjunto de ações governamentais voltadas para o propósito de redução das desigualdades sociais (ASSIS, 2013).

A revisão de literatura se pautou na seleção e análise de artigos identificados no Portal de Periódicos da Capes e nos sites do Governo Federal, a partir de três categorias de palavras chave: “Políticas Públicas”, “Assistência Estudantil” and “Permanência e evasão no ensino superior”, também foi feita uma busca e seleção de artigos científicos das referências usadas na Dissertação de Alves (2013) por ser esta muito compatível com a temática em pauta.

Como critério de inclusão dos artigos encontrados, somente foram incluídos os artigos que contemplassem as referidas categorias de buscas, e que oferecessem uma perspectiva histórica da Assistência Estudantil e uma definição clara dos conceitos a serem operacionalizados (Políticas Públicas, Assistência Estudantil, Permanência). A revisão adotou como recorte temporal, estudos publicados a partir do ano 2000. Complementando tal revisão, ainda, foram incorporados à análise, documentos oficiais, a exemplo a Constituição Federal (1988), os Planos Nacionais de Educação (2001 e 2010) e o Decreto n. 7.234 de 2010, que dispõe sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

1.1. Políticas públicas: abordagem histórica e conceitual

Segundo Birkland (2005) apud Secchi (2016) o estudo das políticas públicas diz respeito à aplicação de métodos de pesquisa científica a problemas de *policy* de maneira rigorosa e sistemática, configurando-se em uma área de saberes em que os autores aplicam métodos distintos de pesquisa, mas defendem a mesma

preocupação quanto ao rigor científico. Assim torna-se necessário apresentar uma sustentação teórica a esse campo de conhecimento que Souza (2003) refere como um problema da pesquisa brasileira, ou seja, que na área de políticas públicas, ainda há uma escassa acumulação de conhecimento.

Segundo Secchi e Zappellini (2016), as políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de decisões inter-relacionadas que envolvem atores do cenário público, apresentando objetivos e meios para atingir esses objetivos. Reis (2003) chama a atenção para a situação de que os estudiosos de políticas públicas se concentram em problemas concretos, e as vezes não se preocupam com problemas teóricos.

Para um melhor entendimento do conceito de políticas públicas reporta-se a uma breve retrospectiva histórica do surgimento do termo.

A política pública, matéria tratada pela Ciência Política, surgiu nos Estados Unidos nos anos 30. Segundo Souza (2005), surgiu devido, principalmente, à necessidade de regramento dos gastos públicos governamentais, depois da segunda Grande Guerra, cuja principal meta tornou-se o equilíbrio fiscal das contas públicas.

Souza (2005) classifica a política pública como uma das três criações da Ciência Política norte-americana, sendo as outras duas as que se debruçam sobre as instituições e a sociedade civil organizada. A autora refere -se aos autores destaques na temática em questão como “pais” da chamada política pública.

O pioneiro é Laswell com a expressão *policy analysis* (análise de política pública), na década de 30, como uma maneira de mediar os saberes empíricos do governo com os conhecimentos científicos estabelecendo assim o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. O segundo é Simon (1957) que faz referência a racionalidade limitada dos gestores decisores públicos.

E o terceiro, Lindblom (1959) após questionar Laswell e Simon, faz a introdução de outras variáveis à formulação e análise de políticas públicas, entre elas as relações de poder e a interpelação entre as diferentes fases do processo decisório, o qual para ele não teria necessariamente um início ou fim. Motivo pelo qual as políticas públicas precisariam integrar outras variáveis à sua formulação e à sua análise, além das questões de racionalidade, tais como a importância das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

Por último, mas não menos importante, Souza refere-se à Easton (1965) que foi importante para a área ao referir-se a mesma como um sistema, ou seja,

mostrando a interligação entre formulação, ambiente e os resultados. De acordo com Easton, as políticas públicas são influenciadas por grupos de interesse, pelos partidos políticos e pela mídia o que repercute em seus efeitos e resultados (SOUZA, p. 3-4).

Embora muito tempo tenha se passado Laswell (1936), continua sendo referência ao se pensar sobre política pública, pois conforme ele para a análise e decisão de um política pública é necessário o questionamento: “quem ganha o quê, por que e que diferença faz” (SOUZA, 2005, p. 4).

Após estudar Laswell (1936), Simon (1957), Lindblom (1959) e Easton (1965), Souza (2005) define as políticas públicas como a implementação, observação e correção de ações de governo. E esclarece que a mesma é uma disciplina holística, que comporta inúmeras abordagens, o que a torna como território de várias teorias, modelos e disciplinas, caracterizando- a como um campo multidisciplinar .

A autora ressalta, também, que uma política pública posta em andamento é sujeita a reação dos sujeitos a ela submetidos, grupos de interesses com posturas antagônicas, capacidades diferenciadas de convencimento, nível econômico, organização. Assim, a produção e implementação de uma política pública, seu acompanhamento e suas correções, nem sempre dependem da livre deliberação dos gestores, embora a ação de governo, em si, seja de grande aporte de influência.

Nesse ponto, após o entendimento oferecido por Souza (2005) e Secchi e Zappellini (2016) sobre a definição de política pública, é salutar apresentar, o trabalho destes últimos referente ao artigo “Os clássicos da Política Pública: concentração e isolamento das comunidades epistêmicas do Brasil, EUA e União Europeia” no qual analisaram quem são os autores mais referenciados dentro de suas comunidades epistêmicas. O trabalho chegou a conclusão que tanto no Brasil, EUA e União Europeia os autores são distintos, não havendo uma unanimidade nas três comunidades.

Com relação aos principais autores e obras referenciadas nas principais revistas científicas dessas comunidades foi notória a heterogeneidade de referências nessa área, concluindo-se que nas três regiões investigadas o campo de conhecimento de políticas públicas existem muitos autores, não havendo destaque significativo para um ou outro, pois conforme o estudo, apenas três autores aparecem com mais de 0,2% das referências contidas nas publicações de revistas científicas das três comunidades epistêmicas investigadas: Paul A. Sabatier, B. Guy Peters e James G. March.

Os três autores citados tem notória participação nos estudos de Políticas Públicas, sendo todos professores universitários em suas comunidades. Paul Sabatier foi

professor da Universidade da Califórnia, deixou inúmeras contribuições à área de políticas públicas, principalmente quanto aos processos de política pública, com ênfase à agenda governamental e a implementação de políticas públicas. James G. March, também professor, contribuiu muito com a área ao introduzir conceitos organizacionais e B. Guy Peters, também professor universitário, desenvolveu significativa contribuição com estudos sobre governo e burocracia. (SECCHI; ZAPPELINI, 2016).

Conclui-se que há muitos autores nas comunidades epistêmicas dos EUA, Brasil e União Europeia que deixaram contribuições à área de Políticas Públicas, sendo difícil nomear a todos e destacar quem são os referenciais na área. Estudos importantes ligados a esta temática referem-se ao Ciclo das Políticas Públicas que serão brevemente descritos no próximo item.

1.2. Ciclo das Políticas Públicas

Para Souza (2006, p. 10), “o ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação”.

Para Secchi (2010), antes da etapa definição de agenda referida por Souza (2006) existe a etapa que ele chama de identificação do problema, sendo este o ponto de partida para o surgimento de uma política pública. Após identificar o problema público é que este entra na formação da agenda, segunda etapa referida por Secchi.

A agenda configura-se como um agrupamento de problemas ou temas entendidos como relevantes e que precisam de solução. Entrando, portanto para a agenda de discussão, o problema que foi identificado necessita de alternativas de solução, que é a próxima etapa mencionada por Souza (2006) e também por Secchi (2010).

Nas outras etapas percebe-se uma diferença somente de nomenclatura, mas os propósitos são os mesmos, ou seja, ver as alternativas existentes para resolução do problema e tomar a decisão de quais serão implementadas, para posteriormente serem avaliadas. Importante aqui frisar que na prática essas etapas não são necessariamente seguidas de maneira rígida e estática, às vezes ocorrem simultaneamente. Para melhor entendimento deste ciclo escolheu-se o proposto por Secchi (2010) para visualização (Figura 1).

Figura 1- Ciclo de políticas públicas



Fonte: Secchi (2010)

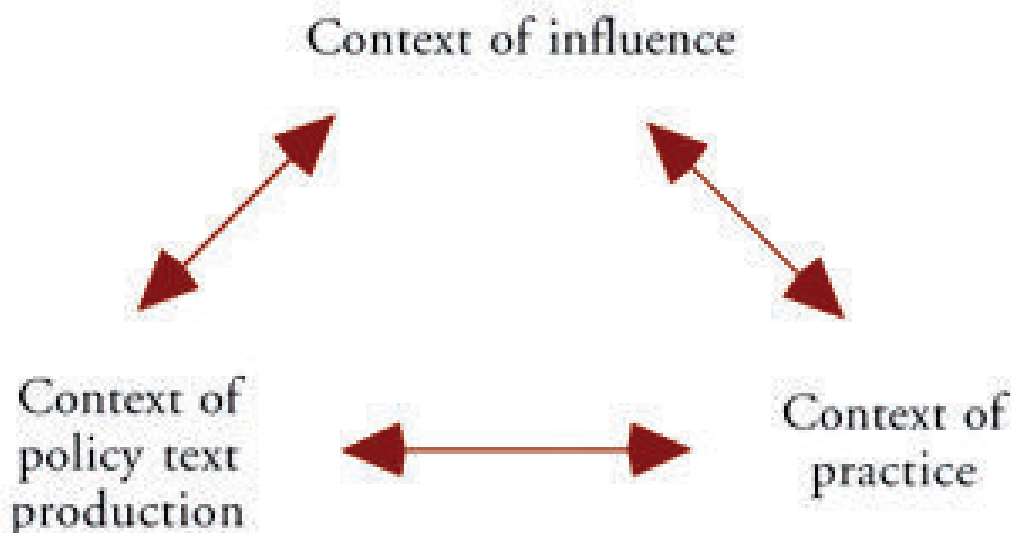
A abordagem de Secchi (2010) baseia-se nos trabalhos do sociólogo Stephen Ball e colaboradores (Ball et al, 1992; Ball, 1994), que explicam a formação das políticas públicas em três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção do texto e o contexto da prática (Figura 2).

Frey (2000), também aponta que as políticas públicas são objeto de discussão, mesmo nos países desenvolvidos com regimes democráticos estáveis e consolidados, e também no contexto político-administrativo de países em desenvolvimento como o Brasil, onde as estruturas e processos estão sujeitos a uma dinâmica bem particular e a uma transformação política contínua. Conforme o autor, a discussão sobre políticas públicas trilha um caminho que corresponde a três dimensões quanto ao significado da própria palavra “política”.

A primeira dimensão é a dimensão institucional (*polity*), diz respeito às leis e normas a que o sujeito está submetido dentro de um sistema político – administrativo. A segunda dimensão seria a processual (*politics*) trata das relações conflituosas que se estabelecem entre os atores políticos e os objetivos que estes

pretendem alcançar. A última dimensão é a material (*policy*) que trata do resultado final do que se entende por políticas públicas oriundas de planos de governo.

Figura 2 – Contextos do processo de formação de uma política
(*Contexts of policy making*)



Fonte: Bowe *et al.*, 1992, p. 20.

Cabe ressaltar que cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e envolvem disputas e embates, entretanto são inter-relacionados (BOWE *et al.*, 1992).

Secchi (2010) e Bowe (1992) referem sobre a inter-relação entre as etapas da política pública, ambos entendem que essas etapas do ciclo não são sequenciais ou estáticas, ou seja, uma após a outra, necessariamente, mas que são inter-relacionadas, podendo ocorrer simultaneamente. Embora as diversas classificações apresentem a mesma como um ciclo, os autores entendem que este ciclo é contínuo, não sendo separados na prática por fases de formulação e implementação. A inter-relação entre as etapas do ciclo das políticas públicas, para estes autores, está na característica não linear ou temporal do processo, entendem sim que há um ciclo contínuo, frente a isso o que Secchi chama de estágios da política pública, Bowe chama de contextos.

Secchi (2011) também chama atenção sobre a falta de consenso para definição de políticas públicas. Ball (1994) e Bowe (1992) são chamados para esta discussão teórica por entenderem que a abordagem do ciclo de políticas contribui para a análise de políticas educacionais, pois as políticas educacionais são complexas e exigem cuidado em sua análise, salientando-se os processos micro políticos que estão inseridos

na sua prática e a ação dos profissionais que trabalham no nível local, que podem estar impregnadas pela acomodação, resistência, subterfúgios e conformismo, sendo que é importante identificar esses processos nas arenas em que os mesmos estão inseridos.

Enfim os autores Secchi, Ball e Bowe entendem que há um ciclo no desenvolvimento das políticas públicas, mas este ciclo não obedece a uma sequência rígida e linear, sendo etapas inter-relacionadas. A importância de se entender o ciclo das políticas públicas é que o mesmo permite a análise sobre como organizar a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes (SECCHI, 2010).

Frey (2000) esclarece que, apesar da separação conceitual das dimensões, elas estão inter-relacionadas e apresentam-se de forma mais ou menos acentuada na sociedade. É necessário assumir a tarefa de “articular a dimensão individualista e institucional, tanto na teoria quanto na prática”, uma vez que autoridade, sociedade e assistência passam por mudanças muito profundas atualmente.

Para Frey (2000), importante seria analisar como a dimensão institucional age ou como poderia agir no sentido de assegurar, na prática, os direitos da dimensão individual, uma vez que as oportunidades de participação e manutenção de direitos são tão desiguais. Conforme Frey (2000) entende-se que a uma política pública está inserida em uma dimensão maior que é o sistema político - administrativo, portanto regido por leis e normas do próprio sistema, nesse sistema há conflitos entre os atores políticos que podem afetar a continuidade da mesma, ou ser responsável pela sua descontinuidade.

Feitas estas considerações, esclarecendo importantes conceitos relativos à política pública, aborda-se no próximo tópico fatos referentes à estruturação das políticas educacionais brasileiras quanto à Assistência Estudantil no ensino superior.

1.3. Políticas Públicas de Assistência Estudantil, no Contexto do Ensino Superior Brasileiro.

No tocante à Educação do Ensino Superior serão apresentadas neste tópico as políticas educacionais referentes a Assistência Estudantil no ensino superior, o que é foco deste trabalho.

O termo “Assistência Estudantil” pode ser definido como uma ação assistencial, ou seja, ação ou conjunto de ações que procuram atender necessidades sociais básicas da população, em que se insere o campo das Políticas Públicas de Educação Superior (PPES). Estas tratam de uma política estruturada com a proposta de responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica,

que estão tendo sua participação ampliada no ensino superior público, na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida (CUNHA, 2004).

Vasconcelos (2010, p. 8) qualifica a Assistência Estudantil de uma forma amplamente clara, a partir de sua finalidade que seria “prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante se desenvolva perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula”.

Nessa perspectiva as políticas públicas de Assistência Estudantil podem ser entendidas como políticas que

envolvem todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (VASCONCELOS, 2010, p. 8).

Tendo deixado claro os conceitos sobre a Assistência Estudantil, torna-se importante analisar a evolução das políticas de Assistência Estudantil do sistema público de ensino superior no Brasil, para isso reporta-se aos estudos de Silveira (2012) que, de maneira objetiva, faz uma retrospectiva histórica dos principais fatos relacionados à Assistência Estudantil no Brasil

Costa (2010) e Silveira (2012) relacionam os primórdios da assistência ao estudante, à criação da “casa do estudante” em Paris, no ano de 1928, para dar assistência a brasileiros que eram enviados por suas famílias para estudar fora do país. Este tipo de assistência, era para os filhos de brasileiros das classes abastadas do Brasil e que estudavam no exterior.

No Brasil a primeira prática de Assistência Estudantil ocorreu em 1930 com a construção da Casa do Estudante, no Rio de Janeiro, na época do Governo de Getúlio Vargas. Em 1931 há o reconhecimento da Assistência Estudantil pelo Estado através do Decreto 19850/31 denominado lei Orgânica do Ensino Superior.

A Assistência Estudantil também encontra destaque na constituição de 1934, em seu artigo 157, que prevê a doação de fundos aos estudantes necessitados,

através do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica.

Pode-se notar que a Constituição de 1934 foi importante no estabelecimento de responsabilidades públicas quanto a Educação e por ter apontado a questão da assistência ao trabalhador intelectual.

Conforme Silveira (2012), na década de 1930 surgiram importantes decretos promulgados no Brasil, que tiveram repercussão sobre a educação superior até os dias atuais: o Decreto número 19.402, de 14 de novembro de 1930 - que criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (MES). Também outros decretos importantes nas políticas educacionais brasileiras, entre eles a criação do Conselho Nacional de Educação pelo Decreto nº 19.850 de 1931, que privilegiou o sistema universitário, em detrimento das escolas superiores isoladas e o Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, que versou sobre o Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras, contemplando a reforma do ensino superior. Destaca-se, nessa reforma, a importância do estudante na participação da instituição por meio de seus representantes legais pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE). Por fim, os decretos de 1931 fizeram o reconhecimento da Assistência Estudantil pelo Estado.

Cunha (2004) em seus estudos sobre a trajetória da Assistência Estudantil também menciona a Constituição de 1934 em seu artigo 157, como a primeira constituição que regulamenta a Assistência Estudantil. Esta constituição destaca pela primeira vez a educação como direito de todos e dedica um capítulo à educação e à cultura. A educação foi definida como direito de todos, e responsabilidade da família e dos poderes públicos.

Nesta constituição (1934) há a presença da responsabilidade pública quanto a Educação. Assim ficou definido na mesma em seu artigo 148 que “Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das sciencias, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objectos de interesse histórico e o patrimônio artístico do paiz, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual” (BRASIL, 1934). Aqui se encontra constitucionalmente a primeira menção à assistência ao estudante.

Ainda de acordo com Cunha (2004) a Constituição de 1946 em seu artigo 166 tem importante repercussão no contexto educacional brasileiro, pois se refere a educação como direito de todos, e em seu artigo 172 torna a Assistência Estudantil

obrigatória. Neste ano também foi decretado sobre a assistência médico e social ao aluno por meio do decreto 20302.

Em 1961 foi criada a primeira Lei de diretrizes básicas da Educação (LDB) por meio da Lei 4024 e a Assistência Estudantil passa a ser vista como direito igual para todos os estudantes que precisam. Neste ato, deixa de ser vista como ajuda e passa a ser interpretada como direito.

Em 1970 o governo criou o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao MEC (Ministério da Educação e Cultura), cujo objetivo deste departamento era manter a política de assistência ao estudante com programas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica. No entanto esse departamento teve pouca duração e foi extinto (SILVEIRA, 2012).

Silveira (2012) sinaliza o ano de 1972 como importante na retrospectiva histórica, pois neste ano surgiu o primeiro Programa de Bolsa trabalho, que contemplava estudantes carentes. Ainda, conforme Silveira (2012) nessa época os benefícios aos estudantes tinham caráter pouco expressivos e não garantiam a permanência dos estudantes no ensino superior. Embora existisse na constituição vigente não havia na época um programa de assistência de âmbito nacional, o que perdura na década de 80 e 90 não tendo ações significativas quanto a Assistência Estudantil, a não ser a criação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) criado em outubro de 1987, onde participam os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior (IES) públicas do Brasil.

O FONAPRACE surgiu visando o fortalecimento das políticas de assistência aos estudantes das universidades federais. Nessa década a Constituição de 1988 vem para reafirmar a garantia do direito à Educação, em seu artigo 206, refere-se a igualdade de condições para o acesso e permanência no Ensino superior. Mas somente no ano 2000 que as ações de Assistência Estudantil ganham enfoque de política de governo, o que segundo Silveira (2012) configura-se como a segunda fase da trajetória da Assistência Estudantil no Brasil.

Em 2001, o referido fórum elaborou o primeiro Plano Nacional de Assistência aos estudantes de graduação das instituições públicas. E em 2007, como marco histórico na trajetória das políticas públicas do ensino superior, foi criado, pelo Decreto 7234, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Os princípios que regem o PNAES são os seguintes:

- a afirmação da educação superior como uma política de Estado;
- a gratuidade do ensino;
- a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES;
- a formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
- a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- a orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania;
- a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos;
- o pluralismo de ideias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central (BRASIL, 2007,p.14)

No Plano também são postos os objetivos gerais, que são:

- Garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida;
- Garantir que recursos extra-orçamentários da matriz orçamentária anual do MEC destinadas às IFES sejam exclusivos à Assistência Estudantil. (BRASIL, 2007, p.14).

E, ainda, os objetivos específicos:

- Promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino;
- Viabilizar a igualdade de oportunidade aos estudantes das IFES, na perspectiva do direito social assegurado pela Carta Magna;
- Contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão;
- Redimensionar as ações desenvolvidas pelas instituições e consolidar programas e projetos, nas IFES, relacionados ao atendimento às necessidades apontadas nas pesquisas sobre o perfil do estudante de graduação, a partir das áreas estratégicas e linhas temáticas definidas;
- Adequar os programas e projetos articulados e integrados ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- Assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico;
- Promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico;
- Consolidar a expansão de um sistema de informações sobre Assistência Estudantil por meio da adoção de indicadores quantitativos e qualitativos para análise das relações entre assistência e evasão, assistência e rendimento acadêmico;
- Viabilizar por meio das IFES uma estrutura organizacional, em nível de Pró-Reitoria com as finalidades específicas de definir e gerenciar os programas e projetos de Assistência Estudantil;

- Desenvolver parcerias com a representação estudantil, a área acadêmica e a sociedade civil, para implantação de projetos (BRASIL, 2007, p15...).

O PNAES, portanto constitui-se como Política de Estado e não mais como ações pontuais de políticas de governo que marcaram a trajetória da Assistência Estudantil no Brasil. Constitui-se atualmente como diretriz para as instituições federais, tendo o FONAPRACE como referência das discussões e direcionamento das políticas de Assistência Estudantil no Brasil, o fórum realiza reuniões nacionais duas vezes ao ano e se necessário reuniões extraordinárias. (SILVEIRA, 2012)

Seguindo esta perspectiva histórica adotada por Silveira (2012) o ano de 2010 configura-se como importante marco para Educação Brasileira em todos os níveis, pois neste ano foi aprovado o Plano Nacional da Educação para os próximos dez anos (2011- 2020), entre as metas esta a Assistência Estudantil inserida na meta de “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50 % e a taxa líquida para 35 da população de 18 a 24 anos de idade”. Para operacionalizar tal política de democratização, o governo precisou criar medidas tanto para a ampliação da rede no ensino superior quanto para garantia da permanência satisfatória dos jovens. Surgindo assim diversas Políticas Públicas de Educação Superior (PPES). As PPES recebem o nome de “política” por estarem estruturadas com base em um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implementação de ações no campo das Instituições Federais de Ensino Superior (FONAPRACE, 2012).

Nas últimas décadas, alguns autores têm se dedicado a analisar a questão das PPES, no tocante à Assistência Estudantil, como um dos vários aspectos relacionados ao ingresso e permanência de estudantes pobres no ensino superior brasileiro. Zago (2006) e Portes (2006) configuram-se como referências na área, a primeira autora estudou a trajetória de estudantes de camadas populares no ensino superior da Universidade Federal de Santa Catarina e Portes (2006) estudou a inclusão e permanência de estudantes pobres em cursos altamente seletivos na Universidade Federal de Minas Gerais, ambos os estudos revelam a trajetória de dificuldades quanto ao acesso e permanência na universidade, e deixam claro que as desigualdades sociais acompanham esses estudantes na sua caminhada estudantil, ainda Portes (2006) argumenta sobre a discriminação e constrangimento que este tipo de estudante sofre na universidade.

Estes estudos, que analisam como o jovem, menos favorecido economicamente, é amparado pelas políticas de Assistência Estudantil, revelam que há iniciativas diversas, preconizadas por Políticas de Assistência Estudantil para o Ensino Superior, principalmente nas universidades públicas federais, que preveem a distribuição de bolsas tendo em vista critérios socioeconômicos. Também demonstram a atualidade e relevância da questão da democratização do acesso, por um lado, e da garantia de permanência, por outro (PORTES, 2006, MENEZES, 2010, LEITE, 2012, ALVES, 2010, 2013, NUNES; VELOSO, 2016).

Dentro da Temática da Garantia da Permanência, e como ação integrante da Política Nacional de Assistência Estudantil, surgiu em 2013 o Programa de Bolsa Permanência (PBP). Para este programa foi elaborado um manual de Gestão a fim de orientar sobre as regras e os procedimentos para o funcionamento do programa nas instituições. Há diversos trabalhos de pesquisa que avaliaram o programa Bolsa Permanência nas Instituições Federais.

Considerando esses aspectos, e cientes do contexto brasileiro no qual muitos jovens são excluídos do Ensino Superior, por não terem condições financeiras para tal, e, outros tantos, que mesmo tendo acesso oportunizado, não têm garantias das condições de permanência, compreende-se que a assistência ao estudante se faz necessária, e que o Programa de Bolsa Permanência é uma das principais ações do PNAES para garantir que estudantes com vulnerabilidade econômica possam concluir seus estudos.

Portanto, no Brasil, a Política de Assistência Estudantil revelou-se, ao longo do tempo, como uma maneira de garantir a permanência dos estudantes com condições socioeconômicas desfavoráveis no ensino superior (ASSIS, 2013).

Verifica-se que após a implementação do PNAES o acesso e a permanência no ensino superior foram democratizadas, com maior garantia do direito constitucionalizado da Educação. Em relação às atuais políticas públicas de abrangência nacional para o ensino superior, Farenzena e Luce (2012) referem-se que as mesmas propõem às seguintes garantias: acesso; permanência; equalização de oportunidades; atenção a diversidade; e condições de qualidade da educação. Segundo as autoras, atualmente conta-se com os seguintes programas:

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Ampliação do acesso e a permanência na Educação Superior. As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura

de cursos noturnos, o aumento do número de estudantes por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate a evasão.

PROUNI - Programa Universidade para Todos - promovido pelo MEC, que através do processo seletivo do ENEM, proporciona bolsas de estudo integrais ou parciais em instituições particulares de ensino superior a estudantes carentes.

SISU – Sistema de Seleção Unificada - por sua vez, assegura vagas em universidades públicas para estudantes que atendam requisitos predeterminados que se norteiam nos princípios de inclusão social na educação.

Outros programas em relação à Assistência Estudantil foram criados sob a égide da democratização do ensino superior, sendo eles o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID).

Entretanto, como argumenta Sposati (2009), a Assistência Estudantil necessita ter seus recursos garantidos por lei, só assim deixará de depender da vontade dos gestores e do cenário institucional. Embora as políticas de Assistência Estudantil venham desenvolvendo-se a partir do PNAES, há críticas em relação as mesmas. Em seu estudo, Junquillo (2010) critica a fragilidade do PNAES, um programa criado pelo decreto nº 7.234/10, o que o torna uma política de governo e não de Estado, um programa de incentivos, onde até o termo, assistência, traz em seu bojo a intermitência que uma prática que fica ao sabor dos governos, mas não é efetivamente uma política de Estado, traz de insegurança e ineficácia em si.

No entanto, Leite (2012) analisa a questão sob outra ótica, considerando-a como um avanço. Argumenta que apesar da assistemacidade e descontinuidade “exemplo cabal de um dos traços mais marcantes da formação sócio histórica do Brasil, mormente subordinada aos interesses clientelistas dos governantes”, atualmente passa a ser “pela primeira vez, [...] admitida como dever do Estado e direito de cidadania”.

Esta mudança é fundamental, pois a Assistência Estudantil, “para se confirmar como política pública obriga-se a ter como balizamento não os necessitados, mas as necessidades sociais em sentido ilimitado. Isso indica que deve buscar garantir um padrão mínimo de vida a todo o cidadão, sem a instância da contributividade” (LEITE -2012 p. 7).

Com a democratização do acesso ao ensino superior, oportunizado pelo advento da criação de várias instituições federais de ensino, a Assistência Estudantil se tornou a única forma de preservar a permanência, pois as necessidades de locomoção,

residência, alimentação, cópias reprográficas, aquisição de livros, prática de esportes, entre outros, são necessidades presentes no cotidiano do estudante universitário. Quando faltam esses itens, ou condição para supri-los, fica comprometida a formação acadêmica (VASCONCELOS, 2010).

Estruturar, verdadeiramente, a Assistência Estudantil é garantir que tais demandas sejam atendidas, a fim de que não haja comprometimento das taxas de evasão. Vasconcelos (2010) afirma que, embora não exista menção expressa, na Constituição Federal de 1988, à assistência estudantil, em qualquer nível, seja do ensino fundamental, médio ou superior, a educação em si é eleita como uma das garantias basilares, direito pétreo de caráter universal e inalienável.

Vasconcelos (2010) corrobora com a visão de Junquillo (2010) de que o PNAES é uma política de governo e não de Estado, o que não é refutado por Leite (2012) ao discorrer incessantemente sobre diversos aspectos práticos feitos, desde os anos 1990, de forma pontual e “à surdina”, para que as universidades públicas não percebam as perdas, de imediato. Algumas mudanças bastante questionáveis, tais como:

A extinção de Colégios de Aplicação (CAP) em vários estados, o fechamento dos Restaurantes Universitários (“bandejões”) em diversas universidades, a diminuição paulatina de bolsas de Iniciação Científica, a não expansão do número de alojamentos (e o rebaixamento do nível dos existentes), a transformação dos Hospitais Universitários em Empresas de Serviços Hospitalares, a redução de funcionários e docentes, o empobrecimento e a não manutenção das bibliotecas e laboratórios são apenas algumas delas (LEITE, 2012, p 11).

Além dessas ações, na contramão da Assistência Estudantil, o autor denuncia ainda que “as modalidades de bolsas também experimentam o milagre da diversidade.” Há bolsas para quase tudo o que se faz na universidade. Entretanto, a maior parte delas não pode ser superposta. Ou seja, quem faz jus a uma modalidade, na maioria das vezes, não pode concorrer à outra, com raras exceções. (LEITE, 2012, p 16).

A Constituição Federal e demais aparatos legais, que vem se consolidando nos últimos anos, aponta no sentido de que a Assistência Estudantil no ensino superior precisa ser ampliada e tornar-se uma política pública de Estado, e não programas pontuais, residuais de uma gestão político governamental, desprovida de continuidade (VASCONCELOS, 2010).

Independentemente das controvérsias e das críticas às políticas públicas de Assistência Estudantil, deve-se compreender, conforme o visto até aqui, que a temática marca presença na realidade do ensino superior brasileiro, e que o Ministério da Educação dispõe de programas próprios, voltados para a Assistência Estudantil com políticas de inclusão, de controle e gestão, financiamento estudantil, permanência e manutenção do estudante carente no ensino superior, quer público ou privado.

A par das atividades do Ministério, cabe ressaltar o trabalho da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), que embora não conte com todas as instituições federais de nível superior associadas tem realizado um importante trabalho de definição de programas de assistência aos estudantes em todo o país. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), por sua vez, congrega muitas instituições privadas e comunitárias, e também tem sido um importante espaço de debates e realizações, como já mencionado anteriormente.

É importante entender que outras instituições de ensino superior, algumas estaduais, e umas poucas municipais remanescentes de antes da Constituição de 1988, e que assim permanecem por razões de direito adquirido, deveriam, em tese, também estar atuando na área de Assistência Estudantil. Na prática, poucas dessas instituições de ensino adotam efetivamente políticas de Assistência Estudantil. E nesse ponto a importância desse trabalho, não há pesquisas que relatam práticas de assistência em instituições que não as federais, tampouco nas particulares.

O Centro Universitário UnirG, como instituição pública municipal de ensino superior tem a Fundação UnirG como mantenedora em função disso é a fundação que possui e administra o controle financeiro. Embora a Fundação exerça a gestão financeira, toda a gestão acadêmica está sob a responsabilidade do Centro Universitário, portanto a gestão da Assistência Estudantil, como envolve recursos financeiros, é uma premissa aplicável, pois sua administração é local e sua melhoria um grande desafio institucional, desde que a Fundação como mantenedora e administradora dos recursos financeiros, entenda a Gestão da Permanência como direito social e como política que pode vir a beneficiar o Centro Universitário, na medida em que diminua o encolhimento das matrículas que vem ocorrendo nos últimos anos conforme dados do PDI (2017-2021).

Considerando que a Constituição Federal de 1988 consagra a educação como dever do Estado e da Família (art. 205, caput) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I).

Considerando, ainda que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 20/12/96, contém dispositivos que amparam a Assistência Estudantil, com destaque para o Art. 3º -, segundo o qual o ensino deve ser ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, e ainda o artigo 1 da LDB (1996), que determina: “a educação deve englobar os processos formativos” e que o ensino deve ser ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, é possível constatar, por certo, que houve sim progresso no sentido de conceber a educação como um direito social, amparada por dispositivos legais, apesar dos desafios ainda existentes (ASSIS, 2013).

Em síntese, conforme Assis (2013) seria de grande relevância pesquisas dessa temática, principalmente envolvendo estudos sobre a avaliação, monitoramento e impacto das políticas de Assistência Estudantil. Concordando com Assis (2013), Vasconcelos (2010) refere-se a esta temática como um tema pouco estudado apesar da importância que representa no ensino superior.

Zago (2006) e Portes (2006) estudam a trajetória de estudantes de camadas populares no ensino superior e deixam claro em seus estudos as desigualdades sociais, a dificuldade com a permanência e a discriminação e constrangimentos que passam os estudantes com vulnerabilidade econômica. Portanto verifica-se que as políticas públicas de Assistência Estudantil no ensino superior brasileiro vêm se desenvolvendo, mas os recursos à essas políticas necessitam estar garantidos por legislação específica.

Enquanto não houver o amparo de legislações específicas que regulamentem as ações de Assistência Estudantil nas universidades federais, estaduais, municipais ou particulares, o cenário é de um assistencialismo estudantil, aqui entendido como “ofertas de serviços por meio de doações, favores, interesse ou boa vontade de alguém”, conforme clara definição encontrada na Cartilha de Assistência Social do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). O assistencialismo é, assim, considerado o oposto daquilo que se entende como direito social, é um favor ou doação. Quando estudiosos alegam a necessidade de ampliação da Assistência Estudantil, referem-se à direitos de igualdade de condições quanto aos recursos necessários à graduação. Nesse sentido, reporta-se mais uma vez a Vasconcelos (2010) que define Assistência Estudantil a partir de sua finalidade, que seria proporcionar aos estudantes os recursos

necessários para superação dos obstáculos na trajetória acadêmica, diminuindo os trancamentos de matrículas e índices de evasão. Importante aqui essa diferenciação entre “assistencialismo” e “Assistência Estudantil”, expressões que parecem sinônimos, mas em cujo viés de diferenciação, está a concepção de um direito social, em oposição à ideia de recebimento de um favor.

De acordo com a perspectiva histórica encontrada evidencia-se a necessidade de ampliação dessa proposta da Assistência Estudantil como uma política pública de Assistência no Ensino Superior. A política já existe em sua primeira instância, o PNAES é essa evidência, mas os programas e ações carecem de aperfeiçoamentos, desde a sua base. Segundo Assis(2013) implantados por decretos, os programas pontuais são marcados pela descontinuidade, estagnação e até mesmo total exclusão, e, dessa forma, tão somente configuram-se como políticas de governo.

Para concluir esse tópico observa-se pelos estudos citados que no país há políticas de assistência ao estudante do ensino superior, no entanto existem demandas para a melhoria, ampliação e manutenção dos programas de Assistência Estudantil, e as existentes precisam ser avaliadas para acompanhamento de seus resultados e impactos no desenvolvimento Assim, no próximo capítulo será tratado sobre a Avaliação de Políticas Públicas, relacionadas a Assistência Estudantil.

CAPÍTULO 2

A AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A avaliação de políticas públicas é uma prática recente no país, tendo em vista que a própria política pública é assunto de poucas décadas na literatura. O crescimento da área foi possível após a promulgação da Constituição Federal de 1988, visto que, no processo constituinte, existiu amplo debate de políticas sociais, como uma forma de minimizar as desigualdades sociais, contribuindo para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida da população.

Segundo Chiari (2012) não há uma definição única para a avaliação de políticas públicas assim como não há um conceito único para políticas públicas, como já descrito anteriormente. Toda avaliação tem seus propósitos, segundo o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a finalidade da avaliação de uma política pública é verificar se os objetivos estão sendo alcançados, sua eficiência, sua efetividade e os impactos no desenvolvimento. Neste sentido, Chiari (2012) refere que a avaliação é importante para obter informações sobre as ações desenvolvidas e ao processo de tomar decisões.

As políticas públicas necessitam de avaliação contínua, só assim é possível verificar a efetividade das mesmas e seu impacto sobre as vidas das pessoas, as quais elas são destinadas. E no caso das políticas de Assistência Estudantil, relacionadas à Educação Superior, visam favorecer o acesso a este nível de ensino aos estudantes que pertencem a uma parcela da população considerada menos favorecida socialmente. Sua avaliação é importante para verificar se está alcançando a finalidade esperada, reduzindo as desigualdades e proporcionando ao grupo beneficiado melhores condições de vida.

Assim, o objetivo deste capítulo é apresentar uma visão sobre as pesquisas relacionadas à avaliação de políticas de assistência educacional no ensino superior e refletir sobre a necessidade de avaliar e monitorar os programas de Assistência Estudantil vigentes no país. Destaca-se que os sistemas de monitoramento e avaliação são utilizados para demonstrar as evidências sobre o desempenho, seja no aspecto

qualitativo ou na quantidade de cidadãos alcançados pela política implementada, evidenciando o papel do Estado na democratização do ensino superior.

Para tal, foi realizada revisão de literatura, que se aproximou das técnicas da revisão sistemática, pautada na seleção e análise de artigos identificados no Portal de Periódicos da Capes, a partir das palavras-chave: “Avaliação Políticas Assistência Estudantil” AND “Ensino Superior”. Como refinamento, inicialmente somente foram aceitos os artigos indexados a periódicos revisados por pares, publicados a partir do ano 2012. Considerando que o objetivo desta RSL foi identificar os estudos publicados no Portal Capes, que apresentassem alguma contribuição para as questões da presente pesquisa, a questão principal deste capítulo foi: Quais programas de Assistência Estudantil já foram avaliados no contexto das políticas públicas?

Com base nesta questão principal, outras questões (QP) mais específicas foram definidas:

- QP1: Quem são os autores referência em avaliação de políticas educacionais no Brasil?
- QP2: Quais os desafios da área de avaliação e monitoramento de políticas públicas no Brasil?
- Na QP1, o objetivo é identificar quais são os autores referência na área de avaliação das políticas educacionais, visto que não se vislumbrava tão claramente essas referências.
- A QP2 busca identificar quais são os desafios da avaliação e monitoramento das políticas públicas a fim de sugerir novos delineamentos de estudos, que venham atender a dimensão da permanência no ensino superior.

Os artigos selecionados foram incluídos ou excluídos a partir dessas questões que norteadoras da revisão de literatura, incluindo aqueles com capacidade em responder pelo menos a umas dessas questões.

Quadro 1- Critérios de inclusão e exclusão de artigos.

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
1. Artigos completos. 2. Publicados no ano de 2012 ate 2017 3. Artigos que abordem a temática avaliação de políticas públicas na área da educação superior e/ou proponha alguma metodologia e/ou alguma ferramenta de avaliação ou monitoramento.	1. Artigos que abordem a temática avaliação de políticas públicas na educação básica. 2. Estudos de políticas públicas que não abordem a questão da avaliação. 3. Trabalhos que não contemplem nenhum dos componentes da QP1 ou Qp2.

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Como resultado da busca no Portal CAPES (CAFE) retornaram 36 artigos, destes 29 revisados por pares. Foi realizada a aplicação dos filtros com os critérios de inclusão e exclusão através de uma leitura rápida (*scanning*), com ênfase nas seções de resultados e/ou conclusões, e, ao final, foram arrolados somente 06 artigos que preencheram os critérios de inclusão. Devido ao pouco número de artigos nesta base, foram localizados e utilizados mais 15 artigos extraídos do Livro Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, elaborado por autores de referência nacional nesta temática. Complementarmente foi usado o Dicionário de Políticas Públicas, para uma coletânea de conceitos.

Ao final, foram arrolados 21 artigos científicos, que atenderam os critérios de inclusão. Com a seleção finalizada, todos os trabalhos foram lidos na íntegra e feitos os fichamentos. Os autores Hellmann (2014) e Januzzi (2005) foram os mais utilizados para esta fundamentação teórica, por serem destaque na área de avaliação, no entanto, outros pesquisadores apareceram no cenário de discussão, visto que seus trabalhos atenderam aos critérios de inclusão.

2.1. Avaliação de Políticas Públicas

É importante reforçar que a temática Avaliação de políticas públicas é um campo teórico em desenvolvimento. Em relação ao acompanhamento da implementação dos programas e, posteriormente, sua gestão, a construção e a alimentação de indicadores de monitoramento são tarefas necessárias para verificar com regularidade as ações programadas – da previsão e alocação do gasto a produção dos serviços – e mesmo para acompanhar a realização de metas e o alcance de resultados idealizados no programa (JANNUZZI, 2005).

Nessa ótica, concordando com Januzzi (2005) Garcia (2001) destaca a importância da coleta dos dados de forma sistemática, para permitir a produção de informações aptas para corrigir as ações monitoradas, em tempo real. Nesse sentido, quanto às políticas de Assistência Estudantil, tem-se como órgão máximo do monitoramento e avaliação o Ministério da Educação, importante para entender a organização do sistema educacional brasileiro.

Segundo Farenzena e Luce (2014), na organização da educação nacional, está instituído o Conselho Nacional de Educação (CNE), que emite as diretrizes curriculares e acompanha o planejamento e a avaliação de todos os sistemas de ensino, além de exercer funções eminentemente regulatórias sobre o sistema federal de ensino.

A autonomia para a organização dos sistemas de ensino, inclusive no que diz respeito a atribuição de responsabilidade pela normatização da educação complementar e legislação também é dada aos estados e municípios; no que tange à organização da educação no país, os órgãos normativos dos sistemas estaduais são os conselhos estaduais de educação, na esfera municipal são os conselhos municipais de educação que existem em inúmeros municípios; caso o município tenha sistema próprio, o conselho municipal é, em geral, o órgão normativo do sistema. (FARENZENA; LUCE, 2014).

O estudo das autoras também aborda o art. 9º, VI, da LDB (Lei de Diretrizes Básicas) que estabelece como competência da União “assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino”. Além disso, a LDB também demonstra a necessidade de avaliação das instituições pelos órgãos competentes dos sistemas de ensino estaduais e municipais.

Atualmente no Brasil, a sistemática de avaliação de larga escala dominante para verificação do desempenho dos estudantes é mediante aplicação de provas; entre os exemplos, podemos destacar as avaliações nacionais conhecidas: o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes de cursos superiores (Enade), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a Provinha Brasil, e as provas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Sobre a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Prova Brasil, é importante ressaltar que alguns resultados são componentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que cada vez mais é usado e considerado medida da evolução da qualidade da educação.

Há também estados e municípios que possuem sistemas próprios de avaliação de desempenho de estudantes, além de avaliações institucionais que consideram a autoavaliação e a avaliação entre pares de diversas e abrangentes dimensões, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e a avaliação dos cursos de pós-graduação, realizada pela CAPES; utilizadas na ação estatal regulatória e de garantia da qualidade, no contexto da avaliação de redes e sistemas de ensino e a sua finalidade.

Conforme os estudos de Jannuzzi (2013), a avaliação, dentro do ciclo de políticas públicas, é complementar ao monitoramento, que deve ocorrer em todas as etapas, com vistas a permitir que o gestor possa acompanhar as ações, revisá-las e

redirecioná-las, se necessário. Enquanto o monitoramento é uma atividade de gerenciamento interna, que pode ser realizada durante o período de execução e operação, a avaliação é voltada com o impacto provocado pela intervenção pública em seus beneficiários. Para isso, há a necessidade de envolver a pesquisa social, que pode ser realizada tanto antes ou durante a implementação, quanto ao concluir uma etapa ou o projeto como um todo, ou até mesmo em momento posterior.

Portanto, Hellmann (2014) e Januzzi (2014, 2013) defendem que a avaliação das políticas públicas constitui-se um campo de conhecimento científico, e como tal, tem fundamentos teóricos. Em várias passagens dos artigos publicados no livro *Avaliação de Políticas Públicas* há destaque para a importância do aspecto metodológico para sistematizar as avaliações. Nessa perspectiva, Hellmann, Januzzi, Luce e Farenzena (2014) demonstram uma grande aproximação teórica e por isso configuram-se como autores principais da área de avaliação de políticas públicas.

Conforme tais autores, esse tema necessita de muito aprofundamento teórico, sendo de extrema importância para a gestão pública. A avaliação de políticas públicas se apresenta atualmente sob diversas concepções e perspectivas, mas em todas, o foco é o aspecto social, ou seja, poder avaliar em que medida a sociedade é beneficiada com os programas em vigência.

Quanto ao desenvolvimento dos programas de avaliação e monitoramento, percebe-se que houve indicadores de desenvolvimento, as práticas envolvendo vários programas sociais geraram a experiência necessária a ser estendida para outros programas do governo, assim como demonstram os estudos de Januzzi (2009, 2013).

No entanto, como mencionam Farenzena e Luce (2014), há desafios que precisam ser ultrapassados nessa área, sendo o maior deles segundo as autoras, a melhoria da cooperação intergovernamental entre os atores estatais e sociais, todos envolvidos na melhoria do acesso, da permanência e das condições de qualidade do serviço educacional em um contexto de tantas desigualdades sociais.

2.2. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

A Lei 10.861, de 14 de Abril de 2004, que institui o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), afirma que o objetivo da avaliação das instituições de educação superior é de identificar o perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, seus cursos, seus programas, seus projetos e seus setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre as quais, e em caráter

obrigatório, a responsabilidade social da instituição com relação à inclusão social e às políticas de atendimento a estudantes e egressos (MEC, 2004).

Assim a referida lei em seu art. 6º instituí, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, com as atribuições de:

- I - propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;
- II - estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;
- III - formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;
- IV - articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;
- V - submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE;
- VI - elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;
- VII - realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação. (MEC, 2004).

O SINAES é composto por 10 dimensões de avaliação que estão distribuídas em cinco eixos temáticos avaliativos que orientam a avaliação no ensino superior, a política de atendimento ao estudante é contemplada na Dimensão 9, inserida no Eixo 3, denominado “Políticas Acadêmicas” cujo objetivo é poder analisar as formas de integração do estudante à vida acadêmica, e quais os programas que a instituição possui para assistir os estudantes mais carentes.

Também é importante destacar que na publicação “Orientações Gerais para o roteiro de autoavaliação das instituições federais de ensino superior” (INEP, 2004, p. 29), produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), apresenta-se um conjunto de questões norteadoras para avaliação institucional, entre elas quesitos para avaliar como a instituição preocupa-se com o acesso, seleção e permanência dos estudantes.

Como se verifica e confirmando Helmann, et al e Paes-Sousa (2013) o Ministério da Educação e Desenvolvimento Social, desenvolveu estratégias para montagem de suas estruturas especializadas em avaliação das políticas em andamento, assim surgiram setores especializados em monitorar e avaliar, para atender a

necessidade do próprio ciclo de planejamento e gestão ou como fator essencial para legitimar as políticas.

2.3. Monitoramento e Avaliação

Considerando que as políticas públicas são a concretização de uma ação governamental que visam à satisfação do interesse de uma coletividade envolvendo questões de ordem pública e com grande abrangência (AMABILE, 2012), é importante entender as fases que englobam a agenda de avaliação para visualizar de maneira efetiva a realidade do programa proposto; para tanto, neste estudo, abordaremos monitoramento e avaliação, buscando refletir sobre a integração de esforços científicos à prática.

Para melhor contextualização e entendimento do que é monitorar, faz-se referência à Dias (2012) que na obra *Dicionário de Políticas Públicas* traz o conceito de monitoramento, o qual compreende a observação e o registro regular das atividades de projeto ou programa. Pode ser considerado um processo de acúmulo de informações de um projeto em todos os seus processos.

O monitoramento realiza o acompanhamento das ações já realizadas, podendo, caso seja necessário, alterar algumas ações, aperfeiçoar a execução, visando o alcance dos objetivos propostos e a melhoria do projeto implementado (DIAS, 2012).

Segundo Januzzi e Helmann (2014), há um conjunto de esforços da administração pública para tornar o uso do monitoramento e avaliação uma ferramenta para a melhoria da gestão pública, esse conjunto de esforços (ou estratégias) intencionais para o desenvolvimento de capacidade em monitorar e avaliar tem sido denominado *Evaluation Capacity Building* (ECB). Segundo os autores, existem vários modelos de ECB. Eles podem aproximar-se de diferentes níveis: (sociedade, organização ou indivíduo), enfoques (pelo lado da demanda ou da oferta), propósitos (para implementação de sistemas de M&A, para melhoria da governança) e prescrevem diferentes métodos de construção (a partir de seminários, experiências práticas, comunidades de profissionais, tecnologia). Entre os diversos métodos de ECB existentes, a capacitação, formal ou informal (aprendizado com os pares), tem papel importante para o desenvolvimento da capacidade para M&A (monitorar e avaliar).

Na mesma linha, Jannuzzi (2009) aponta que o monitoramento tem o propósito de subsidiar os gestores com informações mais simples e tempestivas sobre a operação e os efeitos do programa, resumidas em painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento. Os objetivos de uma política pública necessitam de instrumentos de

monitoramento dos projetos e ou programas alinhados, com a intenção de definir quais as prioridades desta política, além do gerenciamento de recursos disponíveis. Por meio do monitoramento, as políticas podem ganhar efetividade, pois se busca a transformação do problema em solução.

Apesar de alguns autores perceberem proximidade entre os conceitos de monitoramento e avaliação, estes não são idênticos, entretanto, suas características se inter-relacionam, uma vez que ambos são úteis para esclarecer deficiências no planejamento, compreender o programa em execução e identificar pontos de melhoria neste processo, são mecanismos de produção de informação qualificada e sistematizada sobre programas, políticas, com a finalidade de embasar tomadas de decisões (CHIARI, 2012).

Paulino (2014, p. 23) discorre que no Brasil, o uso de sistemas de monitoramento e avaliação foi acentuado a partir da segunda metade dos anos 1990, e constata-se que a adoção deles cresce a cada ano na administração pública. Como forma de contribuição os sistemas são capazes de promover uma maior efetividade e transparência das ações governamentais, provocar a modernização da administração pública tradicional e democratizar a gestão.

O monitoramento intervém para corrigir elementos dos programas, de modo que a realização dos processos, a alocação dos recursos e a geração dos produtos sejam adequadas, aperfeiçoando cada acontecimento. Por sua vez, a avaliação é uma atividade de pesquisa social aplicada, com referências científicas mais aprofundadas do que a atividade de monitoramento, levantando dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (XIMENES, 2016).

Partindo para as definições e conceitos de avaliação de políticas públicas, que é o escopo deste trabalho, é importante fazer alusão de que é nesta fase que a política pública tem seus resultados e impactos analisados em relação ao projeto inicialmente implementado. Secchi (2013, p. 49) esclarece que a avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política que a gerou, isto é, a avaliação é o momento de retorno em relação às fases que a antecederam.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004, p. 14), a avaliação possibilita: a) a mensuração da eficiência e da eficácia das ações; b) a

transparência; c) o acompanhamento; d) a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos a fim de contribuir para a formulação das políticas públicas. E ao cumprir estes múltiplos papéis possibilita a promoção de novos patamares de desenvolvimento, favorecendo a participação, o controle social e a otimização da gestão (BRASIL, *apud* Chiari, 2012).

Desta forma, verifica-se que sobre todas as atividades realizadas por atores sociais incide a fase de avaliação com o intuito de analisar como esta política foi executada no contexto da sociedade aplicada, bem como estimar o desempenho dela, ou seja, existe a verificação dos meios empregados e dos objetivos alcançados na realidade social em que a avaliação é aplicada (CHIARI, 2012, p.42).

Quanto a avaliação de políticas públicas em seu processo de implantação esta visa detectar falhas na elaboração dos procedimentos, acompanhar e avaliar a execução dos passos da implantação dos programas, identificar barreiras e obstáculos à sua implementação e gerar dados para sua reprogramação, por meio do registro de intercorrências e de atividades (CHIARI, 2012). Essa avaliação se realiza concomitantemente ao desenvolvimento do programa, portanto, o uso adequado das informações produzidas permite incorporar mudanças ao seu conteúdo.

Hellman e Januzzi (2014), referem que há desafios institucionais e pedagógicos para o monitoramento e avaliação de programas, estes desafios vão desde a capacitação que se constitui em etapa importante na institucionalização de sistemas de monitoramento e avaliação até sua implementação, que pode ser em qualquer das fases do ciclo das políticas públicas.

Os autores referidos afirmam que a avaliação e o monitoramento dependem da capacitação dos gestores públicos na área de avaliação, fato esse que percebem grande fragilidade, constituindo-se um grande desafio das instituições governamentais. Segundo eles, a capacitação é o passo inicial para implementação da institucionalização de um sistema de monitoramento e avaliação, o qual se constitui como responsabilidade social de uma boa governança atendendo os pressupostos dos dois aspectos definidos no início dos anos 90 para a gestão de resultados sendo eles: a prestação de contas (*accountability*) e desempenho (*performance*).

Segundo Januzzi (2014), *accountability* pode ser entendida como a obrigação permanente de prestar contas sobre o uso de recursos públicos e os

resultados alcançados (desempenho). De acordo com esse ponto de vista torna-se importante avaliações dos programas de Assistência Estudantil referentes à essa prestação de contas dos recursos destinados às ações de assistência, como recomenda Januzzi (2014).

2.4. Avaliação dos Programas de Assistência Estudantil

No que diz respeito à Assistência Estudantil, que visam à permanência do aluno no Ensino Superior, destacam-se o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que possui políticas de atendimento ao estudante mais carente, matriculado em cursos presenciais de graduação das instituições federais de ensino superior (IFES). O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.

Este tópico faz uma revisão da literatura sobre as práticas de Avaliação e monitoramento das políticas públicas educacionais no Brasil, com foco nos programas de Assistência Estudantil no ensino superior. No entanto, como a própria área de avaliação e monitoramento de políticas públicas no Brasil ainda é uma área considerada com poucos estudos e necessita de mais pesquisas, foram encontrados no portal Capes somente 36 estudos, ao serem inseridas as palavras de busca “avaliação políticas Assistência Estudantil *and* ensino superior” entre os anos de 2012 a 2017, destes somente 6 foram utilizados por tratarem especificamente dos programas de Assistência Estudantil implementados no país.

Um trabalho detalhado e que chama a atenção pela clareza quanto a operacionalização dos conceitos relativos à assistência é a pesquisa do Instituto Federal de Santa Catarina, realizado em 2016, através do relatório do Programa de atendimento aos estudantes em vulnerabilidade social (PAEVS), este programa faz parte da Assistência Estudantil do IFSC, onde é oferecido auxílios financeiros, para contribuir no atendimento às necessidades do estudante em vulnerabilidade social, visando a sua permanência e êxito acadêmico. A avaliação em questão apresenta o cenário da Assistência Estudantil na região sul em todos os Institutos Federais e tem como resultados que os Institutos Federais ofertam quase a totalidade das ações previstas na Política Nacional de Assistência Estudantil para estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Também as ações como alimentação, moradia e transporte são oferecidas em todos os institutos da região sul, mas considera-se que é preciso ampliar as ações. A ação que ocorre em todos os institutos é referente a área de alimentação escolar, outro detalhe importante é que todos os Institutos possuem documento interno que normatiza as ações da Assistência Estudantil e os valores dos auxílios financeiros são semelhantes entre os IFs (PVAES, 2016).

Outro trabalho de relevância quanto a avaliação de Políticas Públicas de Assistência Estudantil é o trabalho de Alves (2010) quanto ao percurso da Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins, onde avalia os avanços da Assistência Estudantil nesta Universidade, destacando que a Dimensão Política de atendimento ao estudante é contemplada em todos os relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA) entre os anos de 2006 a 2012, demonstrando que Assistência Estudantil é importante para esta instituição de ensino, e vem desenvolvendo-se ao longo dos anos.

Nos trabalhos que avaliam o Programa da Bolsa Permanência há grande destaque para a verificação da relação desta política e o desempenho acadêmico do discente em condição vulnerável e o impacto da concessão destas bolsas na trajetória vivida pelo estudante, tendo em vista que a referida política tem como um de seus objetivos minimizar as desigualdades sociais dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica com o intuito de contribuir com a permanência na escola bem como a conclusão do curso

Portanto, a reflexão que se faz quanto a avaliação da Assistência Estudantil no ensino superior debruça-se sobre os questionamentos propostos pelos autores do livro Avaliação de Políticas Públicas (UFRGS, 2014) questionamentos esses que se referem a importância metodológica da avaliação e monitoramento e a importância da mesma em todas as fases de uma política pública.

Ao se realizar qualquer avaliação destaca-se a importância de observar as limitações quanto a metodologias do processo avaliativo que podem interferir ou até prejudicar uma avaliação segundo destaca Höfling (2001). O autor refere que muitos fatores podem ter impactos importantes na análise e na avaliação de políticas implementadas por um governo, principalmente quando a avaliação envolve questões sociais, no caso a Educação. Ele destaca que no campo social, os fatores envolvidos para a aferição de sucesso ou fracasso do programa são complexos, variados e exigem grande esforço analítico. Faria (2005) também é

outro autor que refere possíveis fatores de interferência nos resultados da avaliação.

O autor cita como fatores que podem influenciar nos resultados de uma avaliação de políticas públicas: os conflitos e interesses internos na organização que cuida do programa, os problemas com a equipe que executa o programa, a burocracia, regras e padrões da própria instituição, e as mudanças no ambiente político da organização (FARIA, 2005).

Enfim, verifica-se que a área de avaliação e monitoramento é uma área nova dentro das políticas públicas que necessita de pesquisas e reflexões, para seu aperfeiçoamento.

CAPÍTULO 3

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIRG

A pesquisa documental, realizada nos acervos documentais e sitio eletrônico do Centro Universitário UnirG, com o objetivo de traçar o percurso institucional da política de Assistência Estudantil na instituição, originou esse capítulo, organizado em duas partes. Na primeira consta um breve histórico do Centro Universitário UnirG como importante polo de desenvolvimento regional e que exerce importante papel no contexto social, político e econômico de Gurupi- TO e região.

Na segunda parte, apresenta um retrospecto da implementação das políticas de Assistência Estudantil na tentativa de reconstruir o percurso institucional e seus marcos legais. Os documentos institucionais consultados forneceram subsídios para a reconstituição dessa política na UnirG e para a compreensão da concepção de Assistência Estudantil, a instituição.

3.1. A UnirG e sua Integração Social no Contexto Histórico Político e Econômico de Gurupi -To e região.

Juridicamente o Centro Universitário UnirG² é uma Instituição Pública Municipal de Ensino Superior, instituída pela Lei Municipal nº 611 de 15 de fevereiro de 1985, com as alterações da Lei Municipal nº 1.566 de 18 de dezembro de 2003 e Lei Municipal n 1.699 de 11 de julho de 2007, localizado há 214 km de Palmas, na cidade de Gurupi-TO. Sua história teve início em 1985, com a Fundação Educacional de Gurupi (FEG), que mantinha a então Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi (Fafich), onde os cursos pioneiros foram Pedagogia e Direito. Com o crescimento da Instituição, no ano de 2004 a Fafich foi denominada então Faculdade UnirG e a FEG modificou seu estatuto alterando o nome para Fundação UnirG, isso no ano de 2007 (UnirG, s/d).

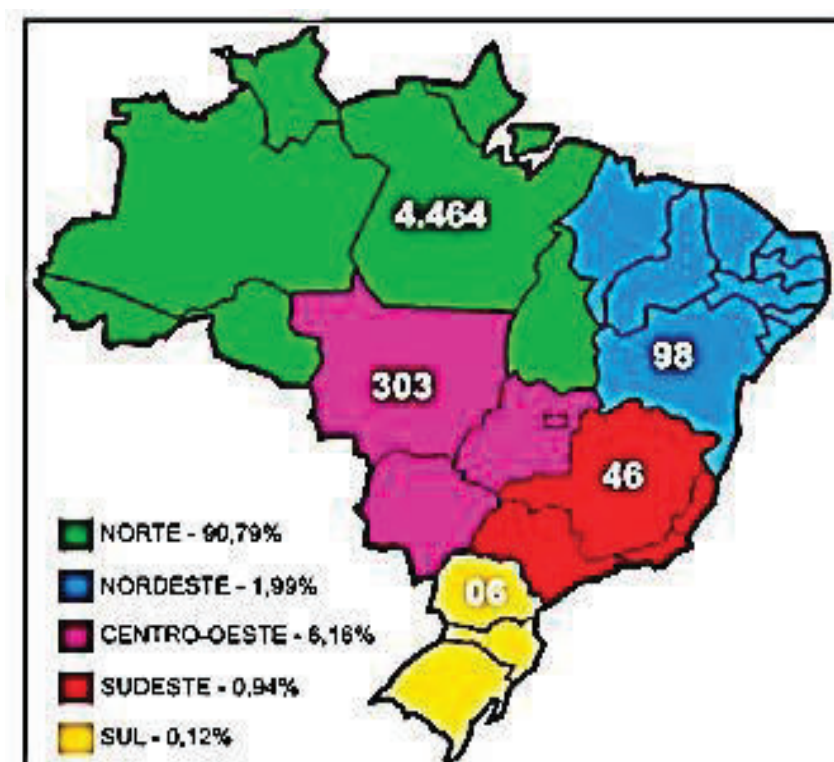
De acordo com informações encontradas na página eletrônica da UnirG, o Centro Universitário nos dias atuais, conta aproximadamente com 900 funcionários, entre técnicos administrativos, estagiários e professores, representando uma instituição

² Atual Universidade de Gurupi- .UNIRg . O credenciamento como Universidade junto ao Conselho Estadual de Educação pelo período de cinco anos foi publicado no Diário Oficial nº 5.190, de 03 de setembro.

importante para o desenvolvimento socioeconômico do município. Sua história não se iguala a nenhuma outra universidade no país, pelo fato de ter sido criada a partir de outra instituição que já tinha diversos estudantes (FAFICH). A implementação da UnirG se deu num contexto de várias transformações regionais e estaduais. O ano de 2008 foi significativo para a UnirG, pois teve seu credenciamento no Conselho Estadual de Educação (CEE) como Centro Universitário, sendo reconhecida em 2012 quando recebeu conceito 4, pelo CEE.

Atualmente atende a mais de 4 mil estudantes e constitui-se como importante polo de geração de emprego para aproximadamente 900 famílias, tornando-se referência na região como centro de ensino superior. A instituição tem presença importante na economia local, juntamente com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Assim, compreender onde está inserido no contexto social e econômico da cidade de Gurupi, especificamente, se faz importante considerando que nesse trabalho de pesquisa será tratado sobre a Assistência Estudantil, isso repercute diretamente na vida dos estudantes, principalmente aqueles advindos das camadas com maior vulnerabilidade econômica. Grande parte dos estudantes da UnirG é de cidades circunvizinhas e da região Norte do Estado (Figura 3).

Figura 3 - Regiões de origem dos Estudantes da UnirG



Fonte: Secretaria Acadêmica UnirG – relatório da CPA (2012 - 2014, p.39)

Essa dispersão regional, pressupõe que um estudante que veio do interior das cidades circunvizinhas e de outros Estados, com baixo poder aquisitivo, ao ingressar na universidade encontra dificuldade de se manter na cidade e permanecer no curso. A infraestrutura de atendimento para graduação, Pós-graduação e Extensão, na UnirG é organizada conforme dados do quadro 2.

Quadro 2 - Infraestrutura de atendimento UnirG.

Espaços		Quantidade/descrição
A	Agências	Agência de Jornalismo e Publicidade e Propaganda Experimental (AJOPE);
B	Campus, unidades e administração	01 Centro Administrativo; 02 campi e 01 unidade do Curso de Odontologia, 01 Unidade de Ensino a Distância, 01 Casa de Cultura, 01 ambulatório de Saúde Comunitária e Programa de Saúde da Família (PSF);
C	Centros e Laboratórios	01 Laboratório de Línguas; 01 Centro de Vida Saudável;
D	Clínicas	01 clinica escola de Psicologia - Serviço Escola de Psicologia (SEPSI), 01 clinica escola de fisioterapia, 02 clínicas de Odontologia;
E	Escritórios e empresas	01 escritório modelo de Direito e 01 escritório modelo de Ciências Contábeis; 01 Empresa Junior;
F	Laboratórios de informática	LABIN I, II, III, IV, V, VI, VII e LABIN escritório modelo de Direito
G	Laboratórios e salas (saúde)	01 Laboratório de Biofísica / Fisiologia, 01 Laboratório de Microbiologia, 01 Laboratório de Parasitologia, 01 Laboratório de Microscopia (histologia), 01 Laboratório de Bioquímica, 01 Laboratório de psicologia, 02 Laboratório de Anatomia, 01 Laboratório de Química e Física, 01 Laboratório de Farmacotécnica / Farmacobotânica, 01 Laboratório de Controle de Qualidade; 01 Laboratório de Análises Toxicológicas, 01 Laboratório de Histopatologia, 01 Laboratório de Semiologia / UTI, 01 Laboratório de Obstetrícia, 01 Laboratório de Práticas Anatômicas e Ossário, 01 Laboratório de Fundamentos da Enfermagem e Métodos Terapêuticos, 01 Laboratório de Microbiologia Clínica, 01 Laboratório de Hematologia, 01 Laboratório de Parasitologia, 01 Laboratório de Citopatologia, 01 Biotério; 01 Laboratório de Psicologia Experimental, 01 Laboratórios Multidisciplinares do Campus II, Sala de Reagentes e Esterilização.
H	Laboratórios e salas (Educação)	01 Laboratório Interdisciplinar de Tecnologia Assistiva, 01 Classe Hospitalar, 01 Centro de Apoio Pedagógico - CEAPe; i) Laboratórios, agência e estúdio de Jornalismo: 01 Laboratório de Rádio (Labáudio), 01 Laboratório de Fotografia, Estúdio de Fotografia, 01 Laboratório de Vídeo, 01 Agencia de Publicidade (AJOPE), 01 Jornal Laboratório.

Fonte: A autora (2018)

Ao todo é disponibilizada para a comunidade interna e externa uma infraestrutura composta por 02 campi, 01 unidade de odontologia, 01 ambulatório, 01 casa de cultura, 03 escritórios/ empresas, 02 centros de atividades de extensão, 05 laboratórios de jornalismo (estúdio / agencia), 04 clínicas, 8 laboratórios de informática, 25 laboratórios e 02 salas na área da saúde e 01 laboratório, 01 sala, 02 centros de atividades dos cursos de educação.

Destaca-se que os cursos oferecidos pelo Centro Universitário UnirG são distribuídos em dois campus:

Campus I: Ciência da Computação, Direito, Engenharia Civil, Letras, Pedagogia, Sistema para Internet.

Campus II: Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Jornalismo, Educação Física Bacharelado, Educação Física Licenciatura, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Psicologia. Os cursos de Pós-graduação Lato sensu: Farmácia Hospitalar: Enfoque em Farmácia Clínica, Terapia Intensiva e Stricto sensu: Mestrado em Medicina tropical e Saúde pública (REITORIA UnirG).

3.1.1. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2008 - 2012) e (2012 - 2016)

O PDI, elaborado para um período de cinco anos, é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver (BRASIL, 2004, p. 2).

O Centro Universitário UnirG elaborou seu primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) em 2008 para o período de 2008-2012, mas no processo de credenciamento, o Centro foi liberado por três anos. Assim, a implantação das ações previstas neste PDI não foram implementadas na íntegra. A IES passou por momentos de dificuldades financeiras e de reformulação e consolidação da nova estrutura. Na época foram elaborados 15 (quinze) programas com 83 (oitenta e três) projetos que envolviam o ensino, a pesquisa e a extensão, bem com a administração e gestão. Como o PDI, projetado para 5 anos, teve um período de somente 03 anos para sua implantação, o que dificultou a execução de muitos projetos.

Em análise do PDI (2008-2012) a comissão do atual PDI, destaca as ações realizadas, as ações em implementação e as não implementadas. Estas não serão aqui elencadas para não aprofundamento em outras temáticas, mas destaca-se as ações quanto ao Programa “Apoio ao Estudante” que desde o primeiro PDI fizeram parte do planejamento desta IES.

Quanto ao apoio ao Estudante percebe-se que no PDI (2008-2012) já havia esta preocupação, pois na página 22 do PDI (2012-2016) consta que havia um Programa chamado “Apoio ao Estudante” (Programa 7 do primeiro PDI da UnirG) que contemplava três projetos, assim designados:

- Projeto Bolsa.
- Projeto Apoio Psicológico.
- Projeto Apoio às Atividades Discentes.

Na análise da equipe PDI (2012-2016), descrita na página 22 consta que os três projetos previstos no Programa Apoio ao Estudante foram implantados e também se tornaram de desenvolvimento permanente. Neste ponto encontra-se nos documentos institucionais a primeira referência de Assistência Estudantil.

Quanto ao não cumprimento de alguns projetos no PDI (2008-2012) encontra-se que: “A instituição optou por não implantar alguns dos projetos previstos no PDI devido a necessidade de consolidação dos cursos já existentes e a priorização da correção de algumas deficiências”. Houve, portanto a necessidade de um reposicionamento institucional a respeito da sua expansão, embasado em estudos socioeconômicos locais e regionais (PDI-2012 a 2016 p. 24).

O segundo PDI da UnirG (2012-2016) foi construído a partir da Semana de Planejamento Institucional, realizada de 22 a 26 de agosto de 2011, por meio da colaboração da comunidade interna que teve vários momentos em diversas atividades, tais como consultas, questionários, momentos de discussão coletiva que possibilitaram uma discussão ampliada sobre os caminhos da instituição a partir da abordagem da avaliação institucional, é o que informa o Relatório da CPA (2012-2014, p. 35). O Relatório refere, ainda, às discussões da semana de planejamento de 2011 como geradora de dados para elaboração do documento que se constituiu como instrumento orientador das ações e decisões institucionais.

Neste contexto, a Missão da instituição foi definida como “Ser um Centro Universitário comprometido com o desenvolvimento regional e a produção de conhecimento com qualidade, por meio da ciência e da inovação, pautado na ética, na cidadania e na responsabilidade social” (UnirG, PDI, 2012-2016, p. 124).

Quanto às metas e compromissos para o cumprimento de sua missão e objetivos, o Centro Universitário UnirG traçou em seu PDI um conjunto de 12 metas para o período compreendido entre 2012 e 2016 (Quadro 3).

Quadro 3 -Metas estabelecidas pela UnirG para o período 2012-2016.

Metas	Referente
1, 2 e 3	Cursos de graduação, Pós graduação e extensão
4 e 5	Ensino
6	Gestão
7	Comunicação
8	Tecnologia educacional
9	Assistência ao aluno
10 e 11	Planejamento e avaliação
12	Sustentabilidade financeira.

Fonte: A autora (2018)

A avaliação das metas supra citadas está apresentada de forma total ou parcial, conforme análise de cada dimensão, no Relatório de Avaliação da UnirG 2012 a 2014. No entanto esta dissertação tem como foco somente a meta de número 9 (nove), assim descrita: “Desenvolver e ampliar a concepção de atendimento e assistência à comunidade Acadêmica”. Para atender a esta meta, no PDI encontram-se as seguintes ações relacionadas no quadro 4.

Quadro 4 - Ações referentes à Meta 9 (PDI)

Ações	Prazo	Obs
1. Implantar o sistema de cotas para grupos étnicos;	Médio prazo – 2013 e 2014	Implantado em 2013.
2. Elaborar e Implantar o Projeto de Capacitação e o Programa de Formação Continuada para os docentes;	Médio prazo – 2013 e 2014	Criação do NUFOPE (Núcleo de formação permanente)
3. Criar serviço docente de atendimento pedagógico ao aluno;	Longo prazo – 2015 e 2016	2015 -Criação do NAP (Núcleo de Apoio Psicopedagógico)

Fonte: A autora (2018)

A avaliação do cumprimento dessas ações foi realizada pela Comissão Própria de Avaliação do Centro Universitário UnirG (CPA), no ano de 2014,

entretanto o relatório avaliativo (p. 89) apresenta a seguinte conclusão “não possui dados conclusos sobre as questões relativa a essa dimensão. Estão em fase de elaboração, o perfil do egresso do centro Universitário UnirG e planejamento de estudo sobre ingressantes”.Tendo em vista que esta Comissão conta com pouco tempo de existência na trajetória do Centro Universitário UnirG, torna-se necessário discorrer brevemente sobre o surgimento e desafios para implementação da autoavaliação na instituição.

3.1.2. A cultura da autoavaliação na UnirG e as Políticas de Atendimento ao Discente (Dimensão IX do SINAES)

Segundo informações coletadas no PDI (2012-2016), a Comissão Própria de Avaliação do Centro Universitário UnirG – CPA, foi criada em 2007, e a mesma tem como diretriz o Regulamento aprovado pela Resolução do Conselho Acadêmico Superior (CONSUP nº 009/2007) que a designa para coordenar os processos internos de avaliação. A CPA organiza suas ações a partir das metas estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

Quanto às iniciativas da instituição em relação a autoavaliação, a CPA refere um processo de construção dessa cultura, conforme relatório disponibilizado no site do centro universitário, referente ao período de 2012 a 2014.

Dessa maneira, conforme consta em documento da CPA (site da UnirG) cabe à mesma, identificar ações institucionais articuladas com as iniciativas estratégicas do PDI que evidenciam empenho da Pró-reitoria de Graduação (Pgrad), no sentido de atender as demandas apresentadas pelos cursos. Conforme destaca a CPA desta instituição no relatório disponibilizado publicamente “é importante priorizar ações de curto, médio e longo prazo, planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas simples ou mais complexas”.

A CPA, em amplo processo de articulação, realizou sua autoavaliação de acordo com os cinco princípios apontados como necessários ao processo avaliativo das instituições de Ensino Superior, preconizadas pelo SINAES. Nesse contexto, foram avaliadas as 10 Dimensões mostradas no quadro 5.

Quadro 5 - Dimensões para Avaliação do SINAES

Dimensões	Temáticas
Dimensão I	A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
Dimensão II	As Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão;
Dimensão III	A Responsabilidade Social;
Dimensão IV	A Comunicação com a Sociedade
Dimensão V	Políticas de Pessoal (Corpo Docente e Técnico administrativo);
Dimensão VI	A Organização e Gestão da Instituição;
Dimensão VII	Infraestrutura Física;
Dimensão VIII	Planejamento e Avaliação;
Dimensão IX	Políticas de Atendimento aos Discentes e Egressos;
Dimensão X	Sustentabilidade Financeira.

Fonte: Relatório da CPA (2012-2014)

Somente a relação da Avaliação institucional realizada pela CPA em sua interface com a dimensão IX: Políticas de Atendimento aos Discentes e Egressos, importa ao escopo deste trabalho, portanto apenas ela é analisada, a seguir.

A Dimensão IX, relacionada às políticas de atendimento aos discentes, estão inseridas, ou teoricamente inseridas, as políticas que representam ações de atendimento ao aluno com maior vulnerabilidade social e econômica, com vistas à sua permanência universitária e a conclusão de seu curso.

Conforme o PNAES em seu parágrafo § 1º, as ações de Assistência Estudantil que contemplam as políticas de atendimento ao discente, deveriam ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (UnirG /CPA, 2014).

No relatório da CPA (UnirG) a referência a este item (Dimensão IX) apresenta-se da seguinte maneira:

As políticas de atendimento ao discente referem-se às políticas de acesso, de seleção e de permanência de estudantes (estas políticas referem-se aos critérios utilizados para o acesso, os critérios quanto ao acompanhamento pedagógico, a preocupação com o espaço de participação e de convivência dos discentes) e todas as ações que envolvem a participação dos estudantes nas atividades de ensino (os estágios, a tutoria, a Iniciação Científica, a Extensão, a avaliação institucional e as atividades de intercâmbio estudantil). (UnirG/CPA, 2014).

É possível constatar que esta dimensão se propõe a verificar, na autoavaliação institucional, quais são os mecanismos e as sistemáticas de estudos e das análises dos dados sobre os ingressantes (qual a origem dos ingressantes, se de escola pública ou privada) os dados sobre evasão/abandono, quais os tempos médios de conclusão de curso, quantos estudantes formaram em cada ano, quantos estão retidos e em quais disciplinas (dados da relação professor/aluno) e outros indicadores, com o objetivo da melhoria das atividades acadêmicas.

Entretanto, no relatório da CPA, com vigência de 2012 a 2014, não possui dados conclusos sobre as questões relativas a essa dimensão, alegando que estas estão em fase de elaboração. No entanto, devido a participação da pesquisadora na instituição, sabe-se de ações pontuais que se configuram como ações de Assistência Estudantil com vistas à permanência, porém não estão regulamentadas em um plano de Assistência Estudantil, ou inseridas em algum departamento específico para sua implantação, como no caso das Instituições Federais, onde existe departamento específico para este planejamento e execução, geralmente a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, acompanhamento e monitoramento.

A dimensão IX do SINAES preconiza o atendimento ao aluno em três modalidades: quanto ao ingresso, quanto a permanência/ evasão, e quanto aos egressos. Como o foco deste estudo é a gestão da Permanência, não serão especificadas ações referentes ao egresso, no entanto algumas ações

direcionados ao ingresso serão descritas, pois guardam estreita relação com a análise da permanência, objeto de estudo deste trabalho.

3.1.3. Política de Ingresso de estudantes na UnirG (Dimensão IX do SINAES)

As formas de ingresso no Centro Universitário UnirG são: Processo seletivo (vestibular) que ocorre duas vezes ao ano, transferência externa, Cota ENEM, Portador de Diploma. Com vistas à democratização do acesso ao ensino superior o Centro Universitário UnirG disponibiliza, para o ingresso, taxa de isenção de vestibular para alguns estudantes conforme resolução nº 018 do CONSUP de 18 de setembro de 2014. Esta resolução foi a primeira que regulamentou e aprovou o Edital de Isenção do Pagamento de Inscrição para os Processos Seletivos de 2015. Nos anos subsequentes a isenção da taxa nos processos seletivos foi mantida por resoluções específicas. No último edital de isenção do pagamento da taxa de inscrição para o vestibular 2017/2, reza:

Este processo visa ampliar a participação de candidatos membros de famílias de baixa renda e o ingresso destes nos cursos de Graduação do Centro Universitário UnirG e fará jus à isenção do pagamento da taxa de inscrição o candidato economicamente hipossuficiente, que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e for membro de família de baixa renda (UnirG, 2017).

Para avaliação e seleção de quem terá seu pedido deferido a instituição usa a verificação por meio do banco de dados do cadastro único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da inscrição com o Número de Identificação Social – NIS, o qual deve ser informado no ato da inscrição ao pedido .

Portanto os candidatos com seu pedido deferido para a isenção da taxa de isenção e aprovados no vestibular já são identificados como Estudantes vulneráveis economicamente, portanto, a instituição poderia agir preventivamente com esses estudantes, com intuito de permanecerem até a conclusão de sua graduação.

No ano de 2017 a isenção da taxa contemplou 219 candidatos ao vestibular, conforme dados da Comissão Permanente de Processo Seletivo e editais disponibilizados no site da instituição.

Também são oferecidas, no processo seletivo do vestibular, vagas específicas para estudantes provenientes de Escola Pública-Vagas Cota/Escola Pública (Lei Ordinária nº 2.116/2013) no total de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas para o curso de sua opção. E, aos candidatos que prestaram a prova do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, no total de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas para o curso de sua opção.

É possível constatar a existência de ações voltadas para a concretização das políticas públicas de acesso à Universidade. E em relação à permanência, como são geridas as ações de Assistência Estudantil?

3.1.4. As Ações de Assistência Estudantil na UnirG

As ações de Assistência Estudantil na UnirG são descritas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e são entendidas como “políticas de atendimento aos discentes”. Tais políticas encontram-se claramente identificadas e descritas as formas de oferta no PDI (2012-2016, p.105). São 5 (cinco) programas que desenvolvem ações para esta finalidade: Programa de Apoio Pedagógico e Financeiro; Estímulo à permanência; Organização Estudantil; Acompanhamento dos Egressos e Ouvidoria. Tais programas que estão sendo reestruturados e deverão ser ampliados, como proposta de desenvolvimento no período vigente deste PDI.

As ações relacionadas à permanência, descritas por categorias conforme diretrizes do PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil), são mostradas no quadro 6.

3.1.4.1. Apoio Financeiro

Segundo o PDI (p. 58), em sintonia com os avanços que estão acontecendo no mundo, em termos de modernização tecnológica e didático-pedagógica das atividades de ensino, não se pode deixar de dar destacada atenção aos desafios para o ensino superior no Brasil, nesse sentido, as atividades de ensino estão comprometidas com “(...) igualdade de condições para o **acesso e permanência** dos discentes por meio do Crédito UnirG (CredUnirG) e dos demais sistemas de financiamento e de apoio ao acadêmico da Instituição”; entre outras.

Assim para apoiar financeiramente o discente e como “política de responsabilidade social” conforme descrito no Relatório de auto avaliação da UnirG (2012-2014, p.69) o Centro Universitário oferta: bolsas de estudos e programas de financiamento estudantil. Além do CrediUnirG e FIES há o desconto de 30% para servidores da rede municipal. Oferece, ainda, uma tabela de descontos na mensalidade para pagamentos até a data dia 10 de cada mês.

O programa institucional de financiamento estudantil CrediUnirG, amparado na Lei Municipal nº 1893/2010 e criado no mesmo ano, financia 50% do valor da mensalidade e beneficia estudantes regularmente matriculados nos cursos de Educação Física, Fisioterapia, Jornalismo, Letras e Pedagogia. No final do ano de 2017 outros cursos foram contemplados , entre eles o curso de Psicologia. O financiamento prevê carência de 12 meses para início do reembolso do valor disponibilizado. Conforme relatório da CPA (2012-2014), a comissão não obteve dados de anos anteriores e posteriores a esse período. No entanto a pesquisadora conseguiu levantar os dados diretamente no setor de financiamento estudantil ,e estes dados demonstram que o CrediUnirG é um tipo de apoio ao estudante com grande alcance e efetividade, tendo em vista que no período analisado (2013 a 2017) teve um total de 407 novas adesões.(quadro 6).

Além do CrediUnirG o aluno da instituição conta com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), programa do governo federal que financia a graduação na educação superior. Em 2014 estudantes dos cursos de Administração, Ciências da Computação, Ciências Contábeis, Comunicação Social e Educação Física passaram a ter acesso ao programa. Entre os anos de 2013 a 2017, o FIES teve um total de 201 novas adesões e atualmente (2018) alcança 317 estudantes, com seus contratos efetivamente regulares.

3.1.4.2. Moradia

Segundo o Portal Tocantins de Notícias³ o Estado conta com quatro Casas do Estudante, localizadas em Palmas, Porto Nacional, Araguaína e Gurupi, todas estavam desde sua criação em meados de 2000 sob a administração do Governo Estadual, no entanto em busca de melhores condições para os estudantes, em 2015 foi realizado um Termo de cooperação Técnica entre UFT (Universidade Federal do Tocantins) e a Secretaria do Esporte, Lazer e Juventude com intuito da federalização destas unidades da Casa do Estudante. Atualmente, não há notícias de que o processo de federalização esteja concluído, e as casas continuam com condições precárias conforme notícias nos jornais do Estado, datadas de abril de 2017.

A Casa do Estudante em Gurupi foi construída pelo Estado e inaugurada em 2009. A capacidade é de receber 120 estudantes. Em abril de 2017, a casa abrigava 60 universitários, dos quais 26 são da UnirG. Os demais estudantes são da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Instituto Federal do Tocantins (IFTO). (ASCOM/UnirG, abril/2017). Não foi encontrado nenhum documento ou departamento que estivesse estabelecido algum acordo ou parceria para que Estudantes da UnirG fossem contemplados com vagas na Casa do Estudante.

3.1.4.3. Esportes

A política de atendimento ao estudante, preconizada na dimensão IX do SINAES, refere-se ao lazer como uma das necessidades do estudante. Quanto a este aspecto no Centro Universitário UnirG, há uma preocupação com esta necessidade, pois há apoio financeiro para que os Estudantes participem dos Jogos universitários, e há varias equipes em diversas modalidades como handebol masculino, basquete masculino, futsal masculino e feminino, voleibol masculino, atletismo (5000 metros) e judô (categoria meio médio). O Centro Desportivo UnirG atualmente está desativado, no entanto os estudantes participam dos Jogos Universitários do Tocantins desde 2013.

3.1.4.4. Saúde do Aluno

O acadêmico do Centro Universitário UnirG pode contar com apoio psicológico, pois desde o dia 19 de março de 2009 foi criado o Serviço Escola de Psicologia (SEPSI), serviço que atende a comunidade, mas também está disponível aos

³ (to.gov.br)

Estudantes e servidores. Antes do SEPSI o atendimento psicológico era prestado por psicólogo da própria instituição que atendia os Estudantes mediante agendamento prévio, esse serviço foi desativado com o afastamento do psicólogo por motivo de aposentadoria.

O atendimento psicológico é descrito no PDI (2012- 2016, p. 119), como uma resposta à preocupação com a saúde psicológica dos discentes, e considerada uma ação com vistas à permanência. Ainda quanto à saúde do aluno é ofertado o Seguro-Saúde, que inclui regulamentação da apólice de seguro no início dos estágios na área de saúde. Essa iniciativa é regulamentada por normatizações referentes aos estágios da área da Saúde, conforme Regimento do Estágio Estudantil Supervisionado Obrigatório e Aprendizagem em Saúde do Tocantins, publicado no Diário Oficial do Tocantins (Numero 5006).

Este regimento é amparado pela portaria número 850, de 04 de dezembro de 2017, da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins. No entanto, essa iniciativa é uma obrigatoriedade, a qual se encontra prevista na Lei 11.788 de setembro de 2008, que trata sobre o estágio de estudantes. Desta forma, compreendesse que a apólice de seguro de acidentes pessoais oferecida na instituição, configura-se como uma ação de assistência, embora não tenha sido uma iniciativa da UnirG, mas uma exigência legal.

Ainda no PDI (2012-2016, p. 119), consta que os Estudantes têm “atendimento de Enfermagem realizado no Campus I, durante o expediente normal da instituição e que este está disponível em cada campus, uma enfermeira para os atendimentos locais e encaminhamento para atendimento em hospital, quando for o caso”.

3.1.4.5. Acompanhamento pedagógico

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico da UnirG (NAP) iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2015, em uma parceria com os cursos de Psicologia e Pedagogia. Seu objetivo está descrito como “apoio e assistência” aos estudantes da UnirG, portanto suas ações “visam garantir que, ao ingressar na Universidade, os estudantes possam se desenvolver plenamente a partir de suportes como orientação nas áreas educacionais e de mercado de trabalho”.

As informações constantes no site somente revelam que este núcleo está em construção. No entanto, devido a pesquisadora ser do Curso de Psicologia, sabe-se de suas ações que ocorrem desde 2015, com atendimento de 14 Estudantes

desde sua implantação. Além dos atendimentos individuais o NAP desenvolve oficinas de Planejamento de carreira, Apresentação oral de Trabalho, Gestão do Tempo e Autogestão da aprendizagem. Não há no NAP registro de quantos estudantes participaram destas oficinas, desde sua implementação.

O Núcleo Institucional de Atendimento Educacional Especializado (NIAEE) foi criado pela Resolução nº 043 do CONSUP de 21 de setembro de 2017, no entanto funcionou como projeto piloto desde 2016, no curso de Odontologia. Este núcleo tem como objetivo atender o aluno com alguma dificuldade em seu aprendizado e contempla o que o PNAES preconiza quando se refere à ações que oportunizem o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Não há informações sobre o número de atendimentos do núcleo.

O Laboratório de Tecnologia Assistiva do Centro Universitário UnirG (LABTAU) entende que “Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços”, portanto suas ações objetivam “promover a funcionalidade, relacionada à participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.”

De acordo com art. 11º do regulamento interno do referido laboratório, este é “um ambiente para acesso de conhecimentos teórico-práticos a Estudantes com e sem deficiência”, além de espaço para profissionais da área da Educação, Saúde, Serviços, Engenharias, familiares, pessoas com deficiência da comunidade local/regional, gestores de instituições escolares e órgãos públicos municipais ou estaduais e empresários.

Esses diferentes sujeitos, no âmbito do LabTAU, devem ser formados/informados sobre deficiências físicas, sensoriais ou cognitivas e necessidades educacionais especiais, como o transtorno do déficit de atenção por hiperatividade e/ou impulsividade, os diferentes quadros neurótico-psicóticos, diferentes tipos de autismo, e, principalmente, os quadros de dificuldade de aprendizagem como a dislexia, a disgrafia, a discalculia e outras que formam grandes grupos de fracasso escolar, conforme descrito no referido regulamento.

Ainda importante destacar os seguintes serviços aos Estudantes com necessidades especiais, ofertados nas áreas das matérias do Atendimento Educacional Especializado:

- Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- Interpretação de LIBRAS;
- Ensino de Língua Portuguesa para surdos;
- Ledor;
- Sistema Braille;
- Orientação e Mobilidade;
- Utilização do Soroban;
- Digitalização e reprodução de textos em Braille, ampliados ou em áudio para usuários com deficiência visual (conforme Lei 9.610/98 de Direitos Autorais);
- Orientação aos usuários no uso de recursos tecnológicos;
- Orientação à pesquisa bibliográfica;
- Localização e obtenção de documentos impressos ou eletrônicos e normatização de trabalhos científicos.

Portanto, verifica-se que este laboratório possui várias ações de atendimento ao acadêmico com dificuldades em seu aprendizado, por alguma necessidade especial, enquadrando-se nas recomendações do PNAES quanto ao atendimento educacional especializado.

O Programa Institucional de Nivelamento (PIN) foi implantado no ano de 2015 no Centro Universitário UnirG, com o objetivo de qualificar os Estudantes dos períodos iniciais para as disciplinas, nas quais geralmente tem mais dificuldades, e que interfere na sua aprendizagem.

Inicialmente foram implantados 2 (dois) projetos: 1- Projeto de Nivelamento – Matemática com o curso: Fundamentos da Matemática, e 2 - Projeto de Nivelamento – Português com o curso: Português em Foco. Foram ofertados nos períodos de 2015/1 e 2015/2, na modalidade EAD, divididos em 3 (três) módulos com carga horária de 15 horas por módulo, totalizando 45 horas. Esses cursos atenderam Estudantes do primeiro e segundo períodos de todos os Cursos do Centro Universitário UnirG.

Desde sua implantação os cursos de nivelamento atingiram 425 estudantes, sendo que 190 estudantes concluíram o curso de Português, 98 o curso

de Matemática, 87 o curso de Química e 50 concluíram o curso de Física.

Em 2016 o programa foi reestruturado e além dos 2 (dois) cursos ministrados em 2015, foram acrescentados os projetos de nivelamento em Química e Física no mesmos moldes da Matemática e Português. As metas quanto à elaboração, implementação e avaliação do PIN, foram contempladas no PDI (p.62) e parece indicar que as mesmas foram alcançadas, pois desde sua elaboração o programa tem tido continuidade e alcançado seus objetivos.

O Programa Institucional de Bolsa de Incentivo à Docência (PIBID) concede bolsas a estudantes de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência, desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES), em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos relacionados ao PIBID buscam proporcionar a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas, sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

A UnirG participa do PIBID desde 2012, nos cursos de Educação Física, Letras e Pedagogia, envolvendo os Estudantes nas escolas públicas de Ensino Básico, portanto as ações que envolvem o PIBID podem ser consideradas como práticas de Assistência Estudantil, na medida em que atendem os objetivos do PNAES quanto à permanência estudantil.

Pode-se inferir que um aluno inserido, desde o início de sua formação, com a prática, e que recebe uma bolsa para tal atividade, estará mais propenso à conclusão de sua graduação. Desde o início do PIBID já foram alcançados 93 Estudantes dos cursos de Letras, Pedagogia e Educação Física⁴.(contato pessoal).

3.1.4.6. Outros programas que atendem ao aluno

Segundo o Relatório de Gestão da Pgrad (2015-2016, p. 38) foi elaborada uma proposta de implantação e regulamentação do Programa Institucional de Monitoria do Centro Universitário UnirG. Para a instituição a “monitoria é vista como um relevante instrumento em prol da melhoria do ensino, atuando por meio de novas práticas e experiências pedagógicas que visam fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus

⁴ Informações orais da Coordenadora do Pibid na Unirg

diferentes aspectos. Possui a finalidade de promover a cooperação mútua entre discentes e docentes”.

Ainda, de acordo com o referido relatório, a base normativa para o programa de monitoria é o artigo. 84, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispõe que “os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições”, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos, bem com o artigo 129, IV, do Regimento Geral Acadêmico desta IES prevê que um dos direitos dos membros do corpo discente é o de exercer a monitoria,

Conforme proposta, descrita no mesmo relatório, o regulamento de monitoria é dividido em 7 (sete) capítulos e discorre sobre o programa de monitoria, as modalidades da monitoria, a seleção dos monitores, além das orientações, obrigações e do cumprimento das atividades de monitoria.

Ressalta, ainda que a implantação do Programa Institucional de Monitoria no âmbito da IES além de atender aos anseios previstos na legislação vigente, regimento interno e no Plano de Desenvolvimento Institucional, vem contribuindo significativamente para o desenvolvimento institucional como também para incrementar o processo ensino-aprendizagem. O teor da proposta do Regulamento do Programa Institucional de Monitoria atende às exigências legais e também se amolda à estrutura acadêmico-administrativa do Centro Universitário UnirG, Tal proposta do programa e de regulamentação foi apresentada ao conselho acadêmico superior e encontra-se em análise.

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2012 -2016), do Centro Universitário UnirG, estipulou como meta nº 06 “Implantar o Programa de Monitoria até o ano de 2014”, no entanto conforme verificado no relatório da CPA e atualmente (janeiro-2018) os editais de monitoria e a descrição desta como atividade complementar estão dispostas nos documentos de cada curso, sob a forma de “regulamento de monitoria”, mas não há nenhuma normativa geral ou resolução sobre as mesmas, como diretriz da instituição. No site da UnirG, no item Pro-reitoria, há menção de que a monitoria está em construção.

Esta é uma atividade que beneficia o acadêmico monitor, por lhe proporcionar maior experiência na área e aos outros Estudantes, que participam das atividades junto ao monitor, por terem mais um auxílio além do professor ,

podendo ser considerada ação de Assistência Estudantil, por atender a recomendação do PNAES que refere em parágrafo único

As ações de Assistência Estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, **contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico** e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (Decreto 7234, 2010, p. 2).

Com o objetivo de direcionar administrativamente o acadêmico em suas necessidades, existe, também, **o manual de orientação ao aluno**, conforme descrito no Relatório de Gestão da Pgrad (2015-2016) para que o aluno saiba onde direcionar-se, quais os departamentos e suas funções. Assim o manual é um instrumento da gestão e serve para que gestores, professores e Estudantes da IES tenham conhecimento sobre os principais procedimentos administrativos realizados na UnirG, reunidos em um único documento.

O manual traz o detalhamento de 13 (treze) procedimentos, sendo 10 (dez) de procedimentos de estudantes e 3 (três) das coordenações. Visando esclarecer e direcionar os estudantes em seus procedimentos existem alguns procedimentos, no entanto, não podem ser considerados ações de Assistência Estudantil, mas de atendimento administrativo ao aluno, importante no sentido de orientação e esclarecimento no seu dia a dia acadêmico.

Procedimentos relativos às solicitações dos estudantes

- Aproveitamento de créditos
- Cursos em época especial
- Inclusão e exclusão de disciplinas
- Matrícula em época especial
- Quebra de pré-requisito
- Reingresso de matrícula
- Revisão de prova
- Tratamento especial em regime domiciliar
- Turmas extras
- Trancamento de matrícula
- Desistência de Curso

Quanto ao apoio da instituição para a Organização Estudantil também se encontra no PDI referência a este aspecto, visto que aos mesmos é disponibilizado salas para o Diretório Central dos estudantes e para ligas

acadêmicas, as quais contam com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e de professores que coordenam os ligantes nos projetos das ligas. O apoio da Propesq também se manifesta para além do apoio-científico, no fornecimento de materiais para trabalhos que envolvem a comunidade.

Os Estudantes da UnirG organizam-se para suas representações estudantis, com representantes de sala, Centro Acadêmico e Diretório Central dos Estudantes. Há o apoio institucional quanto as representações estudantis, visto que as mesmas são importantes na comunicação entre a comunidade acadêmica e os professores, coordenação e gestão. E por fim, menciona-se a Secretaria Geral acadêmica (SGAC) que é o órgão executivo dirigida pelo Secretário Geral Acadêmico do Centro Universitário UnirG, e auxiliares que é responsável por receber, processar e distribuir informações e dados sobre a vida acadêmica dos estudantes, desde o seu ingresso na instituição até a colação de grau, registro e expedição do diploma, ou a egressos (PDI, p. 103).

3.2. Diferentes Status dos Estudantes da UnirG

Em consulta à Secretaria Geral, foi constatado que a situação acadêmica do aluno desta IES pode ser classificada em algumas modalidades: aluno matriculado, aluno desvinculado (aquele que simplesmente abandonou seu curso sem preencher nenhum formulário na secretaria), aluno transferido (para outra IES ou outro curso), aluno trancado (que solicitou o trancamento de sua matrícula no curso, mas ele pode voltar, se desejar), estudantes com matrícula pendente (aluno que foi até a Central de atendimento, realizou sua matrícula, gerou boleto mas não pagou o boleto) e por fim, aluno desistente.

Importante frisar que na categoria “desistentes” considera-se o aluno que preencheu o Requerimento para Desistência de Curso. Ao tomar a decisão este requerimento é preenchido manualmente pelo aluno na Secretaria Geral Acadêmica, após identificar-se no requerimento, o aluno declara estar ciente da desistência, e é solicitado que deixe explícito o motivo de sua desistência. Importante, aqui deixar claro que esta é a única oportunidade formal da IES saber o motivo que o aluno esta desistindo. Após o preenchimento, este formulário é arquivado dentro da pasta individual do acadêmico (Dossiê do aluno) e este dossiê fica arquivado em pastas nomeadas “Arquivo Definitivo”, junto aos arquivos de cada coordenação de cursoem uma sala ao lado da Secretaria.

Quadro 7 - Desistentes nos últimos 5 anos, por curso

Cursos	2013	2014	2015	2016	2017	Total no período
Administração	14	14	7	8	9	52
Ciências da Computação	4	5	3	1	0	13
Ciências Contábeis	9	9	6	4	8	36
Comunicação Social-Jornalismo	1	1	0	0	3	5
Direito-Matutino	20	6	25	13	19	83
Direito-Noturno	13	3	15	1	9	41
Educação Física-Bacharelado	4	0	5	2	7	18
Educação Física-Licenciatura	3	1	3	3	4	14
Enfermagem	17	12	11	9	19	68
Engenharia Civil-matutino	Curso não existia	1	4	5	10	20
Engenharia Civil-Noturno	Curso não existia	9	5	15	12	41
Farmácia Integral	6	5	1	0+	10	22
Farmácia-Noturno	Curso não existia	Curso não existia	1	3	5	9
Fisioterapia-Integral	7	2	0	0+	6	15
Fisioterapia Noturno	0	2	2	2	0	6
Letras	5	2	2	0+	1	10
Medicina	10	17	22	16	19	84
Odontologia	34	57	29	18	6	144
Pedagogia	8	5	3	2	0	18
Psicologia	11	5	12	2	7	37
Sistemas para Internet		2	1	4	0	7
Total	166	158	157	108	154	743

Fonte: A autora (2018)

Os motivos da desistência não aparecem no sistema e, atualmente, não são contemplados em nenhum relatório. O sistema disponibiliza relatório com o número de desistentes por curso, porém os motivos não são analisados por nenhum departamento. No próximo capítulo tais motivos serão analisados e serão realizadas as possíveis relações com as políticas de Assistência Estudantil. Nesta dissertação a análise se restringirá aos motivos registrados pelos desistentes, durante o ano de 2017, tendo em vista grande número de desistentes e as dificuldades da coleta sobre os últimos 5 (cinco) anos (2013 a 2017), tendo em vista o sistema de busca ainda ser manual, e as pastas não

estarem separadas por data nos arquivos da secretaria, o que torna a coleta extremamente honerosa no tempo para esta investigação.

Percebe-se com a exposição deste quadro que no período analisado houve 743 desistentes, sendo que os cursos com maior número de desistências neste período são os cursos de Odontologia, Direito Matutino e Enfermagem., sendo importante que novas pesquisas buscassem identificar quais os motivos de desistência nestes cursos, para que ações de prevenção à evasão fossem identificadas. Importante destacar que os dados foram coletados em janeiro de 2018, e a planilha de fluxo de estudantes (entrada e saída) estava desatualizada desde 2016. Nesta planilha, importante para a análise geral sobre os Estudantes consta o quantitativo de estudantes que ingressaram na IES (sob todas as formas: vestibular, transferidos de outras IES, portador de diploma, reingresso) e no fluxo de saída (número de diplomados, transferência para outro curso (na mesma IES), transferência para outra IES, trancamento de matrícula, desligamento voluntário-desistente, abandono de curso, jubramento).

O escopo desta pesquisa é somente sobre o aluno que desistiu de seu curso, formalizando sua desistência na Central de Atendimento (no ano de 2017). Sobre esta categoria que será feita uma análise aprofundada nesta pesquisa, para entender o que pode ter afetado sua permanência estudantil, e qual a relação disso com as ações das políticas de Assistência Estudantil. A categoria “trancamento de matrícula “não consta o motivo e a categoria abandono de curso” não tem como analisar, pois houve um abandono sem nenhuma formalização sobre isso.

Com as análises desta pesquisa buscou-se compreender se alguma das diversas ações de assistência da UnirG, as quais tem o objetivo a permanência, conforme o que preconiza o PNAES, conseguiram alcançar em tempo hábil, o aluno que preencheu o formulário de desistência.

Como a maioria das ações implantadas eram metas do PDI para melhor atendimento à Dimensão IX (Política de atendimento ao discente), recomendadas pelo SINAES, o recorte temporal para análise dos motivos de desistência no ano de 2017, pode ser suficiente. Além disso, tendo em vista que o PDI foi desenvolvido para os anos de 2012 a 2016, torna-se oportuna essa avaliação referente ao ano de 2017, assim o PDI já se encontrava em condições de ter suas metas analisadas. Outra razão que corrobora com a validade da referida análise é que o Relatório

Acadêmico de matrículas (2017) consta um número expressivo de desistências (154 desistentes).

Para melhor entendimento será feita uma exposição de estudantes desistentes, por curso, e seus reais motivos, os quais foram coletados nos arquivos da Secretaria Geral, e lido um a um cada formulário de requerimento de aluno desistente em 2017, como demonstrado nos quadros 8 a 23 (para 2017-1) e 24 a 36 (para 2017-2).

Quadro 8 - Desistentes do Curso de Administração – 2017- 1.

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2016/2	1	A1	Motivo pessoal
2016/1	1	A2	Troca de Curso
	2	A3	Não justificou
	3	A4	Não Identificação com o curso
2010/2	1	A5	Problema de Saúde
2008/1	1	A6	Desinteresse pelo curso

Fonte: A autora (2018)

Quadro 9 – Desistentes do Curso de Ciências Contábeis – 2017

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/1	1	A7	Desemprego
2016/2	2	A8	Motivos pessoais
2017/1	3	A9	Mudança de cidade

Fonte: A autora (2018)

Quadro 10 – Desistentes do Curso de Direito – Matutino – 2017

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/1	1	A10	Desemprego
	2	A11	Não Identificou com o curso
	3	A12	Não Identificou com o curso
	4	A13	Mudança de cidade/ IES Federal
2016/1	5	A14	Mudança de cidade/ Bolsa Estudantil
	6	A15	Desinteresse pelo curso
2016/2	7	A16	Mudança de curso
	8	A17	Motivos pessoais
2014/1	9	A18	Não Identificou com o curso

Fonte: A autora (2018)

Quadro 11 – Desistentes do Curso de Direito – Noturno - 2017

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2016/1	1	A19	Não identificou com o curso
2015/2	1	A20	Financeiro
2013/2	1	A21	Motivos de saúde
	2	A22	Motivos pessoais

Fonte: A autora (2018)

Quadro 12 – Desistentes do Curso de Bacharelado em Educação Física

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2015/1	1	A23	
2016/2	1	A24	
	2	A25	Financeiro
2016/1	1	A26	Outra IES
	2	A27	
2015/1	1	A28	

Fonte: A autora (2018)

Quadro 13 – Desistentes do Curso de Educação Física -2017

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2016/2	1	A29	
2016/2	1	A30	
2016/1	1	A31	

Fonte: A autora (2018)

Quadro 14 - Desistentes do Curso de Enfermagem -2017

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/1	1	A32	Mudança de cidade
	2	A33	Motivo pessoal
	3	A34	Motivo financeiro
	4	A35	Serviço
	5	A36	Motivo pessoal
2016/2	1	A37	Outro curso
	2	A38	Motivo pessoal
	3	A39	Outro curso
2016/1	1	A40	Não gostou do curso
2015/2	1	A41	Transferiu outra IES
2011/2	1	A42	Não identificou com o curso

Fonte: A autora (2018)

Quadro 15 – Desistentes do Curso de Engenharia Civil - Noturno -2017

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2016/1	1	A43	
2016/2	2	A44	Mudança IES
2016/2	3	A45	
2016/2	4	A46	Trabalho
2015/1	5	A47	
2017/1	6	A48	
2017/1	7	A49	Mudança IES

Fonte: A autora (2018)

Quadro 16 – Desistentes do Curso de Engenharia Civil - Matutino -2017

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/1	1	A50	Não se identificou com o curso
2016/2	1	A51	Outra IES
	2	A52	Outra IES
2015/2	1	A53	Outra IES
2015/1	1	A54	Outro curso

Fonte: A autora (2018)

Quadro 17 – Desistentes do Curso de Farmácia-2017

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/1	1	A55	Financeiro
2015/2	2	A56	
2015/2	3	A57	Financeiro
2017/1	4	A58	Não identificou com o curso
2017/1	5	A59	Sem tempo
2017/1	6	A60	Não identificou com o curso
2017/1	7	A61	Não identificou com o curso
2017/1	8	A62	Pessoais
2017/1	9	A63	Mudança de curso
2016/2	10	A64	Pessoais

Fonte: A autora (2018)

Quadro 18 – Desistentes do Curso de Fisioterapia

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/1	1	A65	Doença
	2	A66	Não identificou com o curso
2016/2	3	A67	Outro IES
2015/1	4	A68	Pessoais

Fonte: A autora (2018)

Quadro 19 – Desistentes do Curso de Jornalismo -2017

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/1	1	A69	Mudança
2016/2	1	A70	Financeiro
	2	A71	Não identificou

Fonte: A autora (2018)

Quadro 20 – Desistentes do Curso de Letras -2017

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/1	1	A72	Trabalho

Fonte: A autora (2018)

Quadro 21 – Desistentes do Curso de Medicina -2017

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/1	1	A73	Outro IES
	2	A74	Outro IES
	3	A75	Pessoal
	4	A76	Outro IES
	5	A77	Outro IES
	6	A78	Financeiro
	7	A79	Pessoais
	8	A80	Outro IES
	9	A81	Outro IES

Fonte: A autora (2018)

Quadro 22 – Desistentes do Curso de Odontologia -2017-1

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2016/1	1	A82	Pasta não encontrada
2016/2	1	A83	Pasta não encontrada
2017/1	1	A84	Pasta não encontrada
	2	A85	Pasta não encontrada
	3	A86	Pasta não encontrada

Fonte: A autora (2018)

Quadro 23 – Desistentes do Curso de Psicologia -2017-1

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/1	1	A87	Financeiro
2016/2	1	A88	Pessoais

Fonte: A autora (2018)

Desistentes de 2017-2

Quadro 24 - Desistentes do Curso de Administração – 2017- 2.

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/1	1	A89	Não justificou
	2	A90	Trabalho/viagem
	3	A91	Trabalho/curso

Fonte: A autora (2018)

Quadro 25 - Desistentes do Curso de Ciências Contábeis – 2017

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/2	1	A93	Mudança de cidade
	2	A94	Tratamento de saúde
	3	A95	Financeiro
2017-2	4	A96	Não justificou
2016/2	1	A97	Mudança de cidade

Fonte: A autora (2018)

Quadro 26 - Desistentes do Curso de Direito – Matutino – 2017-2

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/1	1	A97	Não identificou com curso
	2	A98	Trabalho
	3	A99	Não identificou com curso
	4	A100	Não identificou com curso
	5	A101	Aprovado na federal
2016/2	1	A102	Não justificou
	2	A103	Mudança de curso
	3	A104	Não identificou
2016/1	1	A105	Mudança de cidade
2015/1	9	A106	Mudança de cidade

Fonte: A autora (2018)

Quadro 27 - Desistentes do Curso de Direito – Noturno – 2017-2

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/2	1	A107	Financeiro
	2	A108	Não identificou com curso
2017/1	1	A109	Outro curso
2016/1	1	A110	Outra IES
2014/2	1	A111	Mudança de cidade

Fonte: A autora (2018)

Quadro 28 - Desistentes do Curso de Educação Física - Bacharelado-2017-2

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/1	1	A112	Não respondeu

Fonte: A autora (2018)

Quadro 29 - Desistentes do Curso de Educação Física - licenciatura -2017-2

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2016/2	1	A113	Não respondeu

Fonte: A autora (2018)

Quadro 30 - Desistentes do Curso de Enfermagem Integral -2017-2

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/2	1	A114	Outro curso
	2	A115	Trabalho
	3	A116	Outro vestibular
2017/1	1	A117	Outra cidade/ IES
	2	A118	Trabalho
	3	A119	Mudança de cidade
2017/1	4	A120	Trabalho
2012/2	1	A121	outra IES

Fonte: A autora (2018)

Quadro 31 - Desistentes do Curso de Engenharia Civil - Matutino -2017-2

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/1	1	A122	Não identificou curso
2016/1	1	A123	Não identificou com curso
2016/2	1	A124	Não identificou com curso
2015/2	1	A125	Mudança de cidade
2015/2	1	A126	Não respondeu

Fonte: A autora (2018)

Quadro 32 - Desistentes do Curso de Engenharia Civil - Noturno -2017-2

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/2	1	A127	Não respondeu
2017/1	1	A128	Não respondeu
2015/1	1	A129	Não respondeu
2017/1	1	A130	Não identificou curso
2016/1	1	A131	Financeiro

Fonte: A autora (2018)

Quadro 33 - Desistentes do Curso de Fisioterapia – 2017-2

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/2	1	A137	Financeiro
2016/1	1	A138	Financeiro

Fonte: A autora (2018)

Quadro 34 - Desistentes do Curso de Medicina -2017-2

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/2	1	A139	Outra IES
	2	A140	Outra IES
	3	A141	Outra IES
	4	A142	Outra IES
	5	A143	Outra IES
2017/2	6	A144	Outra IES
	7	A145	Outra IES
	8	A146	Outra IES
2017/1	1	A147	Outra IES
2015/1	1	A148	Outra IES

Fonte: A autora (2018)

Quadro 35 - Desistentes do Curso de Odontologia – 2017-2

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2015/1	1	A149	Não respondeu

Fonte: A autora (2018)

Quadro 36 - Desistentes do Curso de Psicologia - Noturno -2017-2

Processo Seletivo	Ordem	Estudantes	Motivos
2017/1	1	A150	Financeiro
2017/1	2	A151	Mudança de cidade
2017/1	3	A152	Financeiro
2016/2	1	A153	Tratamento de saúde
2016/2	2	A154	Tratamento de saúde.

Fonte: A autora (2018)

No próximo capítulo será realizada a análise qualiquantitativa dos motivos de desistência e estes estão expostos em gráficos para melhor visualização e compreensão.

CAPÍTULO 4

A EVOLUÇÃO E GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UnirG

Neste capítulo são discutidos os resultados da Assistência Estudantil no Centro Universitário UnirG, a partir dos dados descritos no capítulo anterior, bem como da análise dos formulários preenchidos pelos estudantes evadidos, no período arrolado na investigação (2017). À luz das concepções teóricas tais dados são analisados a partir de 3 (três) categorias: A Assistência Estudantil na visão local e global; Permanência e evasão: duas faces de uma mesma moeda e Assistencialismo ou Assistência Estudantil?

4.1. A Assistência Estudantil: visão local e global

Após a apresentação dos programas existentes na UnirG e do percurso da Assistência Estudantil ao longo dos últimos 5 anos, vislumbrado por meio dos documentos institucionais percebe-se que, na visão local a Assistência Estudantil vem evoluindo, pois é mencionada nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) desde 2008, e em cada plano, pode-se observar metas para melhoria da Assistência Estudantil. Nesse sentido pode-se afirmar que a visão local está em sintonia com a visão global de Assistência Estudantil, a qual pressupõe o desenvolvimento de políticas internas de assistência aos estudantes. As recomendações do SINAES são encontradas na prática das ações implantadas na instituição, pois estas se constituem como metas do PDI para melhor atendimento à Dimensão IX (Política de atendimento ao discente).

A realidade observada apresenta uma Assistência Estudantil que se aproxima parcialmente das recomendações do PNAES. Este, em seu parágrafo § 1º, pressupõe as ações de Assistência Estudantil, que contemplam as políticas de atendimento ao discente.

No Quadro 37 compara-se as ações preconizadas pelo PNAES e as encontradas na UnirG:

Quadro 37 - Ações de Assistência Estudantil PNAES X UnirG

Recomendações do PNAES	Ações encontradas na UnirG
I-moradia estudantil	Há estudantes na Casa do Estudante
II-Alimentação	Não foi encontrada nenhuma ação, nesse quesito.
III- Transporte	Não foi encontrada nenhuma ação, nesse quesito.
IV-Atenção à Saúde	SEPSI- Serviço Escola de Psicologia
V-Inclusão Digital	Todos os estudantes têm acesso ao <i>IOW</i> (plataforma digital- página do aluno). A partir de 01 de outubro de 2018 o novo sistema será o SEI- Sistema Educacional Integrado.
VI- Cultura e esporte	Festa Junina, Jogos Universitários, Cidadão Universitário.
VII- Creche	Não possui.
VIII- Apoio pedagógico	NAP, NIAEE, LABTAU, PIN.

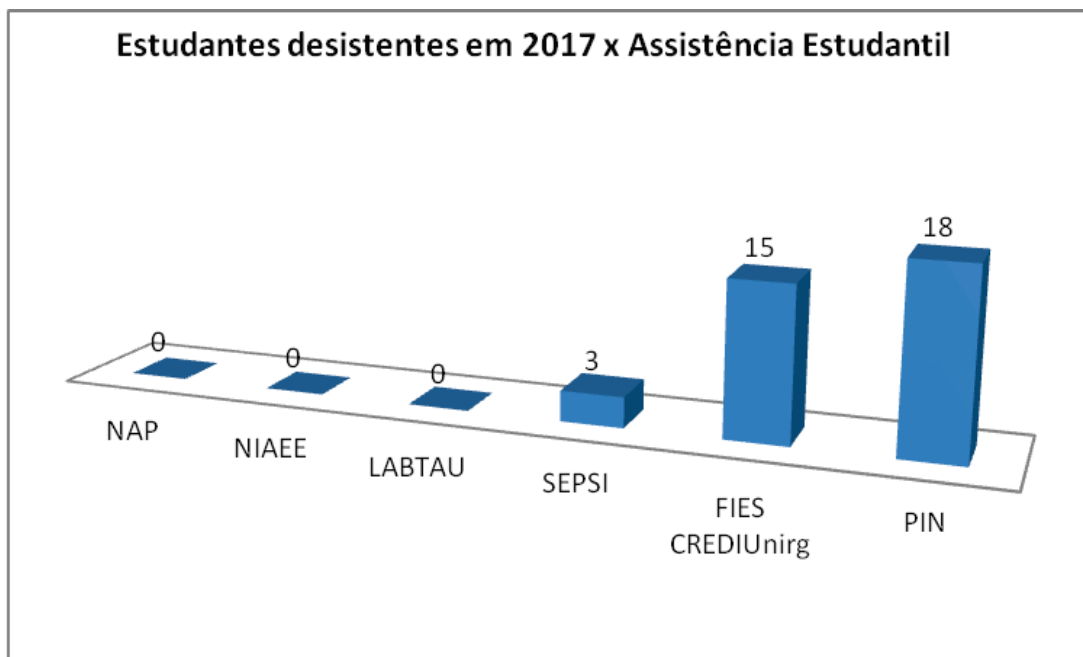
Fonte: A autora (2018)

Ao analisar o quadro 37, percebe-se uma tentativa de atendimento às necessidades estudantis, na UnirG, e que este vem evoluindo ao longo dos anos, mas que ainda necessita de muitas ações conforme a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

No capítulo anterior foi apresentada uma lista de estudantes que desistiram de seus cursos no ano de 2017, perfazendo um total de 154 estudantes. A presente pesquisa relacionou esta lista com os programas existentes, com o intuito de verificar se algum dos programas de assistência, ofertados pela instituição, alcançou o estudante, antes de sua desistência.

Assim verificou-se, em cada programa ou serviço de assistência, se havia o nome destes estudantes desistentes. Os resultados mostram que menos de 15% dos desistentes no ano de 2017, passaram pelo atendimento dos diferentes programas de apoio ao Estudante, existentes na instituição. Ou, se foram atendidos não há registros que mostrem as ações e, portanto não há clareza sobre a intencionalidade das ações dos referidos programas.

Gráfico 1 - Número de estudantes desistentes, no ano de 2017, atendidos pelos programas de Assistência Estudantil.



Fonte: A autora (2018)

Há destaque para os programas criados com a finalidade de apoio pedagógico, os quais são a maioria. A pesquisa identificou programas que prestam apoio psicopedagógico aos estudantes, dentre esses, o Núcleo de apoio psicopedagógico (NAP), o NIAEE, e o Laboratório de Tecnologia Assistiva do Centro Universitário UnirG (Labtau) para o acesso e participação de estudantes com deficiência. No entanto, nos arquivos dos serviços referidos, não foram localizados nenhum dos nomes dos desistentes de 2017. Ao comparar a lista de estudantes desistentes em 2017 com a lista de atendimentos do NAP (15 indivíduos atendidos no período pesquisado) nenhum nome da lista de desistentes teve registro no NAP.

Cabe destacar que os objetivos do NAP, conforme descrito na página 66 deste estudo, é de prestar “apoio e assistência” aos estudantes da UnirG. No entanto sobre os estudantes desistentes, no período estudado, não foi localizado registro de nenhuma intervenção que contemplasse o nome desses estudantes da lista.

Ainda dentro do apoio pedagógico destacam-se as ações do PIN (Programa Institucional de Nivelamento) com a oferta dos cursos de Português, Matemática, Física e Química, neste programa, foram encontrados 18 nomes de estudantes que desistiram, mas que tiveram oportunidade de fazer algum dos cursos

oferecidos. Importante destacar que estes cursos acontecem online e foram buscados pelos próprios estudantes.

Como é visível, estes programas tiveram número reduzido de atendimentos no período pesquisado, com exceção do PIN e atualmente possuem estrutura física mas dificuldades de continuidade de suas atividades devido a escassez de pessoal com carga horária específica para estas atividades. São núcleos importantes com vistas a permanência do aluno, pois seu objetivo é o apoio nas dificuldades de aprendizagem e de interesse nos cursos.

Quanto a moradia Estudantil, sabe-se que em Gurupi –TO há a Casa do Estudante, construída pelo Estado, no ano de 2009, conforme descrito na página 65, no entanto, nenhum setor da UnirG soube informar quais são os procedimentos adotados para atendimento aos estudantes que necessitem de moradia. Embora haja 26 estudantes da UnirG que residem na mesma, conforme informações obtidas pela pesquisadora, que se dirigiu à casa do Estudante na tentativa de obter alguma informação, são os próprios estudantes que procuram a casa e não há nenhum registro na UnirG sobre quem são esses estudantes (nomes e seus respectivos cursos).

Também não foi encontrado nenhum registro ou ação relativas ao apoio de transporte ou de alimentação. Sobre o transporte não há uma ação da instituição, mas sabe-se que os estudantes, que residem em outras cidades, possuem apoio de transporte das prefeituras de seus municípios.

Quanto a atenção a saúde, preconizada pelo PNAES, verifica-se somente a existência do Serviço Escola de Psicologia (SEPSI). Dentre os serviços de atendimento psicológico foram encontrados registros de atendimento a 3 estudantes, da lista dos desistentes. Também se verificou que no SEPSI não há um arquivo de banco de dados que contemple a modalidade de atendimento ao estudante, sendo de fundamental importância esse registro pois pode subsidiar não somente pesquisas futuras, como o próprio monitoramento e avaliação interna das ações desenvolvidas na Assistência Estudantil, no tocante à saúde do estudante.

Outro dado que chama a atenção é de que apenas 5 dos 154 estudantes que desistiram em 2017, foram contemplados com o FIES CREDIUnirG, embora se saiba, pelos motivos alegados, que quase 12% (11,9 %) das desistências ocorreram por problemas financeiros.

O apoio financeiro é descrito no PDI e também no Relatório de Auto avaliação da UnirG (2012-2014) e entendido como “ política de responsabilidade social “ com vistas a proporcionar igualdade de condições para o acesso e permanência . Assim, para apoiar financeiramente o discente, e como “política de responsabilidade social” o Centro Universitário oferta: bolsas de estudos e programas de financiamento estudantil. Além do CrediUnirG e FIES há o desconto de 30% para servidores da rede municipal. Oferece, ainda, uma tabela de descontos na mensalidade para pagamentos até a data dia 10 de cada mês. No entanto verificou-se que, nenhuma destas ações de apoio financeiro citadas, alcançou a tempo os desistentes que alegaram motivo financeiro. Será o que impediu este apoio, tendo em vista que a instituição oferta esses serviços? Como a presente pesquisa foi somente documental, não conseguiu responder a esta pergunta, sugerindo-se outros trabalhos de pesquisa que possam vir a tratar da temática.

Quanto ao esporte, a única ação encontrada refere-se aos jogos universitários e ações esporádicas relacionadas a este tópico.

No quesito cultura, iniciou em 2017 a Festa Junina Universitária que envolveu vários estudantes e membros da sociedade local. Outra ação cultural tradicional é o Cidadão Universitário que contempla varias atividades com vistas a integração dos calouros, atividades internas e que envolvem a comunidade.

A análise geral dos dados mostra que as principais fragilidades na evolução e desenvolvimento da política de Assistência Estudantil na UnirG dizem respeito a inexistência das ações relacionadas à alimentação e moradia, as quais são necessidades básicas de todas as pessoas, e especialmente de pessoas com vulnerabilidade econômica.

Essa fragilidade reflete ações na contramão da perspectiva das políticas públicas de Assistência Estudantil, entendidas por Vasconcelos (2010) para o qual políticas públicas de Assistência Estudantil, deve envolver todas as áreas dos direitos humanos, o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros, além de acompanhamentos e apoio necessários à formação profissional. Mas, também, foram identificadas fragilizadas nas ações de acompanhamento e apoio psicopedagógico, as quais possuem quatro programas de acompanhamento às necessidades educativas especiais, visto que os setores não têm registros dos atendimentos realizados.

Corroborando com estes resultados, a visão de Cunha (2004) de que a “Assistência Estudantil” é constituída por toda ação ou conjunto de ações que procuram atender necessidades sociais básicas da população, em que se insere o campo das Políticas Públicas de Educação Superior (PPES). Estas tratam de uma política estruturada com a proposta de responder às demandas dos estudantes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que estão tendo sua participação ampliada no ensino superior público, na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho estudante e qualidade de vida. Concordando com Cunha (2004) destaca-se a extrema importância do atendimento às necessidades sociais básicas desta população.

No que se refere à alimentação, moradia e transporte de estudantes em situação de pobreza. Assim, as ações institucionais se colocariam em consonância com os princípios do PNAES, que se configura como marco histórico nas diretrizes da Assistência Estudantil no país.

Portanto, cabe às instituições de ensino superior, no caso a UnirG, caminhar em sintonia com os objetivos do PNAES, para isso se faz necessário adequar seus programas e projetos para que “se assegure aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho estudantil”, seja-lhes assegurada formação integral, por meio do atendimento às necessidades básicas, o estímulo às atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico, além do apoio psicopedagógico.

Por fim, cabe relembrar que, na história da Educação Brasileira, a luta pelos direitos à educação é antiga, mesmo antes da explicitação destes direitos em forma de política pública de Assistência Estudantil, elas já existiam no ideário dos educadores. Atualmente, as metas do Plano nacional da Educação, aprovado em 2010, mencionam a Assistência Estudantil e sua importância como garantia da permanência dos jovens no ensino superior. Ou seja, está mais do que comprovado que não basta propiciar a entrada do jovem no ensino superior, com políticas de acesso somente, mas a democratização do ensino superior, também envolve políticas de permanência.

Entretanto, nem sempre tais políticas parecem estar em sintonia, o que gera um descompasso e pouca compreensão do real sentido de se fazer Assistência Estudantil, por vezes confundida com assistencialismo.

4.2. Permanência e evasão: duas faces de uma mesma moeda

O estudo das Políticas de Assistência Estudantil revelam que as mesmas tem relação direta com a permanência, pois concordando com Vasconcelos (2010), elas configuram-se como oportunidade do estudante ultrapassar algumas barreiras que dificultam a conclusão de sua graduação. Essa concepção de Assistência Estudantil, entendida como direito social, norteou a análise da trajetória das ações de assistência na UnirG para entendimento de dois fenômenos dialeticamente analisados : a permanência e evasão estudantil na UnirG.

Como já descrito anteriormente, embora a Fundação UnirG exerça a gestão financeira da instituição, toda a Gestão acadêmica esta sob a responsabilidade do Centro Universitário UnirG, portanto se vê como aplicável a melhoria da Gestão da Assistência Estudantil, visto ter uma administração local.

Na análise dos relatórios do PDI essa melhoria é mencionada como um grande desafio institucional. Assim a Gestão da Permanência é a nova visão da UnirG, uma visão que espera sejam diminuídos o encolhimento de matrículas e as taxas de evasão, que vem ocorrendo nos últimos anos, conforme dados do PDI (2017-2021).

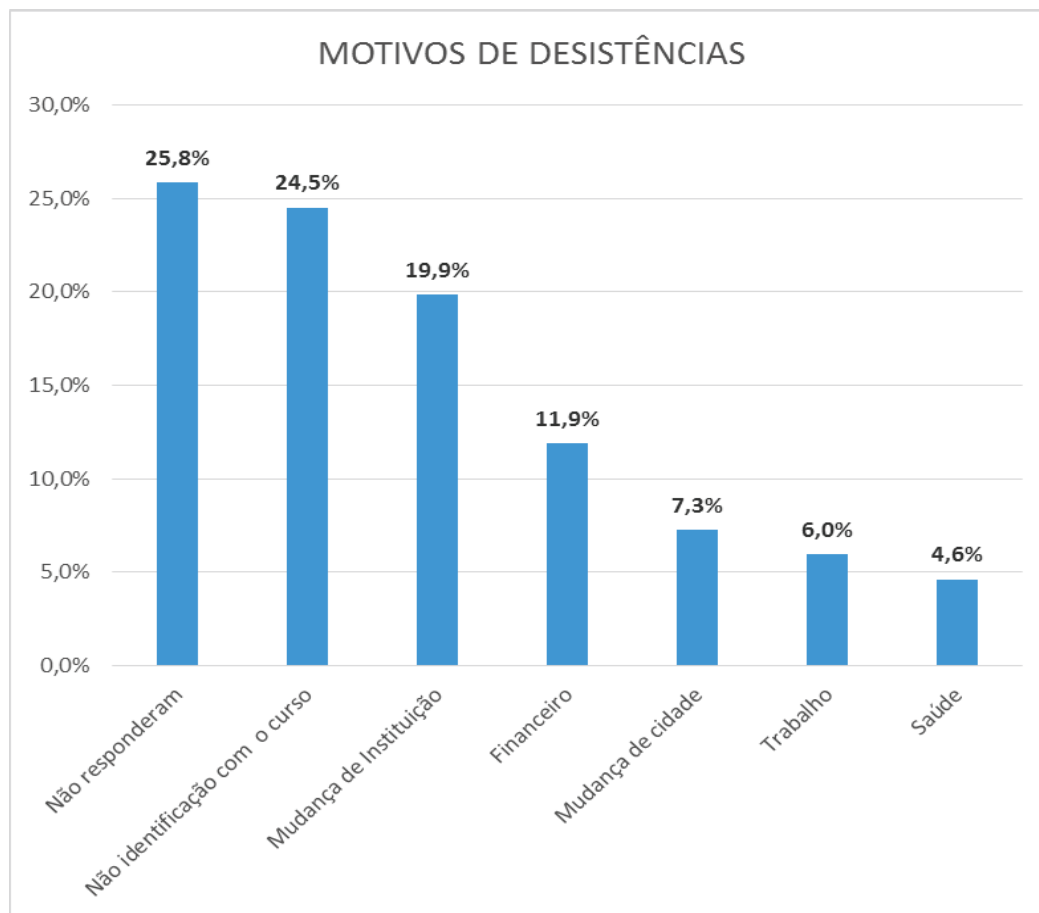
Os estudantes que não permaneceram ou evadiram em 2017, arrolados na categoria desistentes, foram estudantes que se dirigiram até a Secretaria Geral e formalizaram sua desistência, preenchendo um formulário, que contempla o motivo de sua desistência.

Para levantamento dos motivos de desistência, a pesquisadora dirigiu-se à Secretaria Geral, e manualmente analisou todos os formulários preenchidos pelos estudantes desistentes no ano de 2017. Importante destacar mais uma vez, que o período para análise deste estudo foi de 2013 a 2017, no entanto para análise deste estudo foi realizado um recorte temporal somente para o ano de 2017. Este recorte ocorreu em decorrência da dificuldade de acesso aos dados, tendo em vista que os formulários de desistentes são papeis arquivados na secretaria geral, em caixas de arquivo morto, e não estão no sistema, sendo inviável a verificação em todo o período de 5 anos (2013 a 2017), que foi o período analisado para a evolução da Gestão da Assistência Estudantil.

Os principais motivos relacionados nos formulários de desistência, ou seja, que afetaram a permanência dos estudantes, e poderiam ter sido prevenidos

com as ações de Assistência Estudantil existentes nos programas da UnirG, estão apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Principais motivos de desistência na UnirG



Fonte: A autora (2018)

Conforme leitura do Gráfico 2 exposto verifica-se que os resultados são contrários ao que popularmente se pensa, que os estudantes só desistem por motivos financeiros. Os resultados comprovam que o financeiro é o terceiro motivo apontado como relevante com 11,9%, ou seja, somente 18 dos 154 estudantes desistentes alegaram este motivo.

Ainda quanto aos resultados do gráfico, verifica-se que o motivo com maior número de estudantes desistentes, 24,5% é o de não identificação com o curso. Mais uma vez comprovando a necessidade de estudar-se com maior profundidade pelas coordenações de cada curso que fatores levam a essa não identificação. Esse motivo é crucial para a permanência estudantil, que se possa verificar ainda no primeiro semestre de sua vida acadêmica o que ocorreu com sua escolha, evitando-se desgaste de tempo do aluno e investimento financeiro em vão. Tendo em vista vários programas na UnirG

entre eles o NAP, destaca-se a possibilidade de iniciativa de prevenção à este indicador (não identificação com o curso), com oficinas pedagógicas específicas trabalhando sobre esta temática. Os outros resultados, indicam que 7,3 % (11) estudantes mudaram de cidade, 6 % (9) desistiram por motivos de trabalho e 4,6% (7) estudantes alegaram motivos de saúde .Mesmo este último número sendo de poucos estudantes, percebe-se que a instituição poderia ter amparado este aluno , pois motivos de saúde são motivos que fragilizam a pessoa e é momento da vida onde o apoio é muito importante. Verifica-se nos resultados de motivos de saúde, que havia um estudante que desistiu em 2017/1 que veio do processo seletivo de 2010, portanto há sete anos na instituição e desistiu sem concluir sua graduação.

Outro resultado importante é de que 19,9 % não são evadidos, no sentido estrito do termo, pois saíram da UnirG por mudança de instituição. Este dado refere-se a 30 estudantes do curso de Medicina, que passaram em outro vestibular em universidades federais. Quanto a este indicativo, não se vislumbra medida de prevenção, mas percebe-se com otimismo o destino destes estudantes.

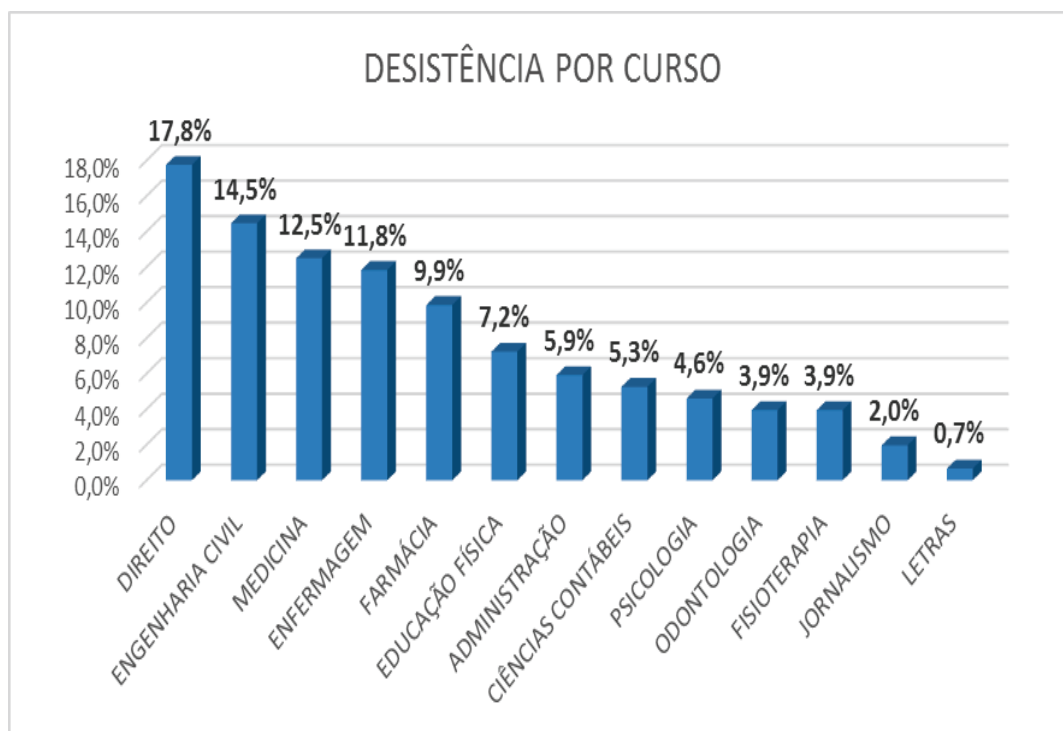
Com maior percentual na pesquisa verifica-se que muitos estudantes 25,8% (39 estudantes) não responderam sobre o motivo de estar formalizando sua desistência, o que evidencia que se perdeu, neste momento, importante oportunidade de saber o que o levou a esta decisão. É neste ponto que o estudo propõe um novo formulário a ser implantado para o momento de desligamento, na verdade uma entrevista de desligamento a ser realizada nas Coordenações de cursos e não mais na Secretaria Geral Acadêmica.

Esta entrevista repercute em novo fluxo para o atendimento dos estudantes que resolvem desistir do seu curso. Pois se entende que é um momento crucial na vida acadêmica, e a instituição necessita ter ciência de que motivos o levaram a esta decisão para tomar medidas antes que isso possa acontecer e trabalhar em suas fragilidades com vistas a permanência desse aluno. A Secretaria Geral Acadêmica, não explora este momento com uma entrevista de desligamento adequada, este está sendo um mero momento “administrativo” em que o formulário é preenchido e arquivado.

Também as coordenações não sabem dos motivos de desistência de seus estudantes, pois o formulário somente passa para a coordenação para esta anotar se não há alguma pendência em relação a material didático-pedagógico, em posse do estudante que está desistindo, como pode ser verificado no requerimento para desistência do curso (ANEXO A).

No entanto, não há nenhum levantamento dos motivos de desistência nos cursos. Então não há uma análise dos motivos de desistência nem na Secretaria Geral e nem nas coordenações, que são os setores por onde percorre este formulário até seu destino final, que são caixas de arquivo morto na Secretaria Geral. Ainda, com a análise dos formulários de desistência de 2017 também foi possível identificar quais os cursos, neste ano, que tiveram maior número de desistência, o que pode ser visualizado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Percentuais de desistência na UnirG, em 2017, por curso.



Fonte: A autora (2018).

Os resultados demonstram que no ano de 2017 o curso com maior número de estudantes que desistiram foi o curso de Direito. Ao analisar os dados gerais de desistência, que foram demonstrados no quadro 7, é possível ainda verificar que o curso de Direito matutino foi o de maior número de desistentes, neste ano. Embora não seja o curso com maior número de evadidos, nos últimos 5 anos, sendo este o curso de Odontologia, que teve 144 desistentes, ao longo de 5 anos.

O Gráfico 3 também permite observar que somente três cursos da UnirG não tiveram nenhum aluno desistente em 2017, sendo eles o curso de Pedagogia, Sistemas para internet e Ciências da Computação, sendo importante analisar em futuras pesquisas as ações que os mesmos realizam para garantir a permanência. Portanto estes resultados demonstram que estas informações são relevantes para a Política de

Permanência necessitam estar informatizados e serem analisados, por setor específico, para melhor gestão de seus resultados.

Quanto ao alcance das ações dos Programas de Assistência Estudantil em relação aos estudantes desistentes verifica-se que não houve em relação a maioria destes desistentes o alcance a tempo das políticas de Assistência Estudantil, embora existam na instituição programas com esta finalidade como pode ser comprovado pelos resultados do quadro a seguir (Quadro 38).

Quadro 38 - Desistência x Assistência Estudantil

Estudantes que desistiram em 2017.	Programa de Assistência Estudantil										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A11										x	
A23										x	
A26										x	
A27										x	
A28										x	
A29										x	
A31										x	
A41		x									
A44										x	
A46										x	
A48										x	
A50										x	
A51										x	
A54		x									
A55										x	
A58										x	
A59										x	
A61										x	
A62										x	
A68	x										
A84										x	
A87										x	
A93										x	
A107										x	
A121		x									
A124						x					
A131		x									
A132		x									
A145										x	
A149						x					
A154						x					
Total	1	5				3				21	30

Fonte: A autora (2018)

Legenda:

1-CrediUnirG

2-FIES

3-Desconto de 30%-

4- Casa do Estudante

5- Equipes desportivas

6-SEPSI

7-NAP

8-NIAEE

9-LABITAU

10-PIN

11-PIBID

Como se percebe com os resultados deste quadro, o número de estudantes que foram beneficiados por algum dos programas de assistência, foi de 30 estudantes, concluindo-se que embora aja vários programas com este objetivo, o número de estudantes foi relativamente baixo, sendo que o Programa de Nivelamento (PIN) foi o que mais alcançou estes estudantes durante sua permanência. Nos chama a atenção o baixo número de estudantes beneficiado com apoio financeiro, apenas 6 identificados nas listas de bolsas do CRediUnirG, FIES, e desconto de 30 % para funcionários. Outro dado interessante é que nenhum dos estudantes fez parte de mais de um programa. E a maioria não foi encontrada em nenhum dos programas (70 %).

Sabe-se que no campo teórico, as atuais políticas públicas de abrangência nacional para o ensino superior, propõem garantias de acesso, permanência, equalização de oportunidades, entretanto, na prática, a evasão ainda se apresenta como um grave problema, pois os indicadores revelam que no ano de 2017, 154 estudantes desistiram e assinaram o requerimento de desistência, e ao longo de 5 anos (2013 a 2017) a categoria desistentes soma 743 estudantes, e destes na maioria não se sabe quais os motivos desta decisão, pois o recorte desta pesquisa somente analisou os formulários de 2017.

Nos últimos 5 anos, os cursos que mais tiveram estudantes desistentes foram Odontologia, Medicina e Direito Matutino. Os motivos da desistência não aparecem no sistema e, atualmente, não são contemplados em nenhum relatório. O sistema disponibiliza relatório com o número de desistentes por curso, porém os motivos não são analisados por nenhum departamento.

Nesta dissertação a análise se restringiu aos motivos registrados pelos desistentes, durante o ano de 2017, tendo em vista grande número de desistentes e a dificuldades da coleta sobre os últimos 5 anos (2013 a 2017), tendo em vista o sistema de busca ainda ser manual, e as pastas não estarem separadas por data nos arquivos da secretaria, o que tornou a coleta extremamente onerosa no tempo para esta investigação. A análise do quantitativo de estudantes desistentes nos últimos 5 anos (Quadro 7), bem como seus respectivos cursos, teve relevância para melhor compreensão da importância das ações de permanência com vistas a diminuir os números de evasão na instituição e para que medidas futuras possam ser providenciadas.

Os resultados do estudo levam a concordar com Farenzena e Luce (2014), bem como com Assis (2013) ao entender que a Política de Assistência Estudantil é um importante instrumento para garantir a permanência dos estudantes, assim, colocar o foco na outra face da moeda, que é a permanência estudantil.

A perspectiva dialética presente neste estudo permitiu compreender a temática evasão e seu oposto complementar, a permanência, a qual tem sido objeto de estudos de diversos autores no campo educacional, e no caso da instituição UnirG, a Secretaria Geral possui relatórios sobre várias situações do estudante como já mencionado: dados sobre quem trancou matrícula, sobre quem desistiu, sobre quem tirou boleto e não efetivou a matrícula, sobre os ingressantes e sua procedência, porém esses dados não são analisados por nenhum setor específico, visto que a planilha estava desatualizada desde 2016, conforme pesquisa coletada em janeiro de 2018.

Assim, os resultados revelam que a instituição tem uma estrutura organizacional, com setores e ações capazes de garantir condições de prevenção à evasão escolar e a melhoria quanto a permanência. No entanto, os indicadores levantados pela Secretaria Acadêmica necessitam ser inseridos em uma política de Avaliação e Monitoramento, para que as ações possam ser integradas e direcionadas, ou concordando com Souza (2006) é preciso que a avaliação seja parte importante da constituição da política de Assistência ao Estudante UnirGuense, confirmando a proposta de Secchi (2010) sobre o ciclo de uma política pública que pressupõe seu início com a identificação do problema, este problema deve entrar na discussão em uma agenda da gestão para formulação de alternativas e tomada de decisão, para assim implantar as medidas necessárias à correção de problemas e após fazer a avaliação das ações implantadas. No caso em questão, percebe-se que a fase de avaliação é que necessita ser implantada para que fechar o ciclo de uma política de Assistência Estudantil, que vai de acordo com os teóricos estudados.

Com os resultados do estudo outra categoria de análise que surgiu foi a necessidade de distinção entre assistencialismo e Assistência Estudantil que será realizada no próximo tópico.

4.3. Assistencialismo ou Assistência Estudantil?

Embora existam ações referentes à Assistência Estudantil, no Centro Universitário UnirG, e estas venham evoluindo com continuidade desde seu início, é necessário que a instituição busque o amparo legal para a criação e desenvolvimento de alguns programas, principalmente quanto a preocupação com moradia, alimentação, esportes, que são programas que atendem necessidades básicas do estudante com vulnerabilidade econômica. Pois enquanto não houver o amparo de legislações específicas, que regulamentem as ações de Assistência Estudantil nas universidades federais, estaduais, municipais ou particulares, o cenário é de um assistencialismo estudantil, aqui entendido como “ofertas de serviços por meio de doações, favores, interesse ou boa vontade de alguém”, conforme clara definição encontrada na Cartilha de Assistência Social do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

Quando não há o respaldo legal, através de resoluções específicas, algumas ações podem iniciar e não ter continuidade, assim como, por exemplo, ocorre com os serviços do LABTAU, que, embora tenha toda a infraestrutura para atender a seus objetivos, não conta com a equipe necessária para a continuidade de suas ações. Nesse caso, há resolução específica que cria o serviço, mas não há recursos humanos à disposição para tal. Alguns estudantes são atendidos de forma não sistemática, conforme informações de aluna com deficiência visual, em conversa informal com a pesquisadora, pelos corredores da instituição. Outro exemplo a destacar é a criação do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAP) que, segundo registros do próprio órgão, em três anos de funcionamento, atendeu somente a 15 estudantes, ampliando seus serviços com palestras temáticas que aumentam o quantitativo atendido, mas não cumprindo o objetivo primeiro, para o qual foi proposto.

O que pode ser observado com o estudo realizado, é que cada setor na UnirG trabalha, de maneira isolada. Assim, embora o objetivo de cada um seja prestar auxílio nas necessidades acadêmicas, nem sempre suas ações convergem para este fim. Devido essa dificuldade de integração dos setores relacionados à Assistência Estudantil, alguns programas como o FIES e CRediUnirG, podem ainda ser considerados assistencialistas, ou seja,

considerados o oposto daquilo que se entende como direito social, reproduzindo a percepção de favor ou doação.

É importante, aqui fazer esta diferenciação entre “assistencialismo” e “Assistência Estudantil”, expressões que parecem sinônimos, mas em cujo viés de diferenciação, está a concepção de um direito social, em oposição à ideia de recebimento de um favor. Assim, quando estudiosos alegam a necessidade de ampliação da Assistência Estudantil, referem-se à direitos de igualdade de condições quanto aos recursos necessários à graduação. Dentro dessa perspectiva a Assistência Estudantil precisa ser compreendida como Vasconcelos (2009) preconiza, ou seja, a partir de sua finalidade, que seria proporcionar aos estudantes os recursos necessários para superação dos obstáculos na trajetória acadêmica, diminuindo os trancamentos de matrículas e índices de evasão.

Analisando a trajetória histórica no desenvolvimento da Assistência Estudantil na UnirG evidencia-se a necessidade de ampliação de sua proposta da Assistência Estudantil como uma política institucional. Neste sentido, faz-se necessário mencionar o alerta de Assis (2013) sobre programas pontuais, que são marcados pela descontinuidade, estagnação e até mesmo total exclusão. Para o autor, tais programas, tão somente configuram-se como políticas de governo, ou no caso da UnirG, políticas de gestão, o que provoca a descontinuidade dos programas, visto que as gestões mudam, como é o caso do NIAEE (Núcleo Institucional de Atendimento Educacional Especializado) o qual não está em funcionamento neste semestre, tendo em vista que houve necessidade da coordenadora voltar sua carga horária para as atividades de sala de aula e atualmente o NIAEE não tem estrutura de pessoal para funcionar adequadamente.

Na medida em que existir uma política institucional de Assistência Estudantil, será possível a implantação do Monitoramento e Avaliação dos programas, o que segundo Januzzi (2005) é fundamental para a gestão. O monitoramento favorece a construção e a alimentação de indicadores que permitem verificar, com regularidade, as ações programadas – da previsão e alocação do gasto à produção dos serviços – e mesmo para acompanhar a realização de metas e o alcance de resultados idealizados no programa. Na pesquisa em questão foram encontrados vários indicadores que vão além dos objetivos do setor, o que chamou a atenção para a falta de monitoramento das

ações específicas o que poderia contribuir para que a Assistência Estudantil fosse ofertada a quem realmente dela necessita, conforme suas necessidades.

Cabe destacar que, segundo a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), o monitoramento e a avaliação de uma política existente possibilita a mensuração da eficiência e da eficácia das ações; a transparência; o acompanhamento e a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos a fim de contribuir para a formulação das políticas públicas. E, concordando com Chiari (2012), ao cumprir estes múltiplos papéis, a avaliação possibilita a promoção de novos patamares de desenvolvimento, favorecendo a participação, o controle social e a otimização da gestão.

Por fim, destaca-se que, pelo fato de a instituição não possuir uma Pro-Reitoria de Assuntos Estudantins, como existente nas Universidade Federais, não foram encontrados registros de um balanço interno das ações de Assistência Estudantil. Assim a criação de um departamento específico na UnirG, poderia realizar estas atividades de gestão de tais políticas e, principalmente, integrar e otimizar as ações dos programas já existentes.

Com a implantação de um novo sistema de informatização da UnirG, também será possível agilizar este e outros processos, pois permitirá uma integração de diversos setores, todos informatizados. Por exemplo, se um estudante começa ter problemas com frequência, inadimplência, o sistema mostrará imediatamente aos setores responsáveis, que poderão atuar preventivamente, com vistas a permanência desse estudante.

Porém sabe-se que nenhum sistema, por mais inteligente que seja, consegue analisar os dados e fazer sua gestão, daí a necessidade, como já dito de um setor específico para a Gestão da Política de Assistência Estudantil, o que seria possível com a criação da Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis, que está prevista no novo regimento acadêmico, sendo chamada de PROEXTE (Pró-Reitoria de Extensão e Estudantil) esta por sua vez faria a gestão da Política de Assistência Estudantil na UnirG, fazendo com que as informações sobre a assistência dos estudantes sejam monitoradas e avaliadas neste setor específico, o qual seria responsável por acompanhar os estudantes desde sua chegada, identificando ainda no primeiro semestre quais estudantes tem o perfil de vulnerabilidade sócio econômica, através de formulário que preenchem na

secretaria geral no momento da matrícula, e os encaminhando aos programas de apoio financeiro.

Também os estudantes que são aprovados no vestibular e tenham solicitado isenção da taxa de vestibular, estes são um grupo específico, pois ao pedirem tal isenção já se declaram pobres conforme documento que necessitam preencher para esta isenção. Estes estudantes quando aprovados, necessitam ser identificados e em que curso estão e imediatamente ser encaminhados aos setores de apoio estudantil, pois do contrário a instituição estará proporcionando o acesso mas não a permanência. É necessário saber em que cursos estão os estudantes desta categoria, o que não pode ser identificado nesta pesquisa, e também não era o objetivo da mesma. Mas de fundamental importância para atender os mesmos a tempo.

Também como atribuição desta Pró-Reitoria seria a comunicação com as coordenações a respeito de estudantes em risco de evadir por problemas de não identificação com o curso, principal motivo detectado neste estudo nos formulários de desistência, para juntos trabalhar em alternativas junto a estes estudantes. Tais alternativas seriam encaminhamentos ao NAP e Serviço de Psicologia para melhor orientação vocacional e profissional, sendo estes serviços especializados nesta temática.

Atualmente o cenário da Assistência Estudantil na UnirG, revela a existência de vários programas, porém desarticulados entre si e com a necessidade de um setor específico para a gestão dos mesmos, que seria similar a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, que existe nas universidades Federais. Este seria um setor de referência para os estudantes dirigirem-se frente as suas necessidades, com a competência de gerir as ações de Assistência Estudantil para que os estudantes tenham acesso às diferentes ações de assistência, garantindo a sua permanência acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir esta dissertação, faz-se oportuno retomar a questão norteadora da pesquisa, que foi: Como tem sido implementada a gestão da política de Assistência Estudantil no Centro Universitário UnirG, e qual sua relação com a permanência estudantil?

Diante das possíveis respostas apontadas pela pesquisa, pode-se considerar que:

1. A implementação e gestão da Política de Assistência Estudantil na UnirG é considerada como um de seus valores institucionais, como destaca a CPA em seu relatório de auto avaliação (UnirG, 2008, p.89). No desenvolvimento de suas metas, desde o primeiro PDI, ainda em 2008, a instituição mostra interesse pela questão e cria políticas com vistas ao acesso e permanência para os estudantes de baixa renda. Propõe-se a desenvolver mecanismos para detectar inadimplência e buscar recursos para captação de verbas que atendam a essas necessidades, como o FIES, o CREDIUnirG, a isenção da taxa do vestibular, para os que pretendem candidatar-se ao processo seletivo, mas não têm condições de pagar a taxa, e ainda, desconto de 30 % para os dependentes de funcionários municipais.

2. Há na UnirG uma ênfase ao cuidado psicopedagógico, com a implantação de vários setores especializados para atender ao estudante, no entanto, estes necessitam apresentar maior produtividade e avaliação dos indicadores para monitoramento e impacto de seus atendimentos.

3. A instituição demonstra preocupação com a permanência do estudante e está empenhada em desenvolver ações que possam garantir esse objetivo. No entanto, estas ações estão mais direcionadas ao apoio financeiro, o que é incoerente com a concepção ampla de Assistência Estudantil, que considera muito mais que oferta de bolsas ou empréstimos aos estudantes com vulnerabilidade econômica. Garantir a permanência é oferecer segurança quanto à alimentação, à moradia, ao transporte, ao lazer, à cultura, ao apoio em relação às dificuldades de aprendizagem, à saúde e aos esportes, conforme preconiza o PNAES. Portanto, a garantia da permanência necessita ser reavaliada de uma forma sistêmica, para a garantia total das necessidades estudantis.

4. Há necessidade de articulação entre os programas de Assistência, com avaliação e monitoramento de suas ações, utilizando-se as ferramentas da informatização.

5. Em relação às questões centrais desta pesquisa, que buscaram analisar se as ações, com vistas a permanência, conseguiram alcançar os estudantes que desistiram de sua graduação, no ano de 2017; constatou-se que alguns programas ou serviços (cujos nomes foram encontrados nos registros) não os alcançaram em tempo hábil. Entretanto, na maioria dos programas não foi possível avaliar, pois não foram localizados os registros de controle dos estudantes que atendem. Também não foram encontrados relatórios ou outros documentos, que fizessem uma análise dos indicadores disponibilizados pela Secretaria Geral.

Diante de tais considerações, cabe agora assinalar as contribuições da presente pesquisa.

Esta proporcionou entender que a Política de Assistência Estudantil, vigente no país, não é uma conquista que surgiu do dia para a noite, mas é o resultado de movimentos estudantis e do Fórum de Pró-reitores comunitários (FONAPRACE), que lutaram, por anos, para garantir os direitos estudantis. A grande conquista desta luta foi o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que atualmente representa as diretrizes para a Assistência Estudantil no Ensino Superior.

Constatou-se que, embora a UnirG seja uma instituição particular, devido à sua constituição jurídica (mantida pelo município), a pesquisa explicitou que as ações para o acesso e a permanência dos estudantes, podem ser aperfeiçoadas, especialmente considerando que a instituição está inserida em uma área estratégica para o Estado, visto que Gurupi é um polo de desenvolvimento regional. Considerando que a maioria dos estudantes são originários da Região Norte e que provem de famílias de baixa renda, propiciar aos mesmos a garantia da conclusão de sua graduação significa contribuir para diminuir as desigualdades sociais na região.

Diante deste contexto, conclui-se que a UnirG necessita de um setor que assuma a responsabilidade pelo Monitoramento e Avaliação das Políticas de Assistência Estudantil, pois os diferentes programas e ações funcionam de maneira desarticulada. Também lhes falta a sistematização e/ou um balanço interno geral sobre suas atividades e respectivos estudantes atendidos. A ausência destes dados, ou a falta de sua organização, compromete os resultados das ações e dificultam a prevenção da evasão e a efetivação da permanência dos estudantes.

A pesquisa explicitou, ainda, os muitos desafios que a instituição tem que vencer, para efetivar a Política de Assistência Estudantil:

1. Ampliação das ações de assistência, para além das ações relacionadas a questão financeira representa um primeiro desafio institucional, assim como a criação de uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, a qual já está prevista no novo Regimento Acadêmico que está em fase de elaboração e será chamada de PROEXTE (Pro-Reitoria de Extensão e Estudantil)
2. Integração dos programas vigentes, como já descrito. Pensando na relevância da UnirG, no cenário regional, é de sua responsabilidade social a promoção da inclusão das pessoas menos favorecidas economicamente, e as ações de Assistência Estudantil configuram-se portanto como alicerce à permanência dos estudantes inseridos nos respectivos programas.
3. A necessidade de os setores de acompanhamento psicopedagógico entre eles o SEPSI, NAP e LABITAU, aperfeiçoarem suas ações para apoiar os estudantes, desde o acesso até a conclusão de sua graduação.

Para superar o enfrentamento de tais desafios, seguem-se recomendações para a instituição.

No primeiro semestre letivo, ou seja, no ingresso de um novo grupo de estudantes, os diferentes setores poderiam atuar com programas de integração acadêmica, com vistas a melhor adaptação destes estudantes, por meio de palestras e entrevistas de acompanhamento ou pesquisa de monitoramento (APÊNDICE C). Ao ingressar, todo estudante deveria passar por um programa de integração, coordenado pela nova Pro-Reitoria, e desenvolvido pelos programas existentes, juntamente com as coordenações de cursos, para que o estudante tenha um panorama completo da instituição e possa sentir-se integrado, parte dela. Podem ser usadas as ferramentas do novo sistema de informatização, que esta sendo implementado para maior comunicação com o estudante, por meio de sua página, no *Interactive Our World* (IOW).

Os resultados das entrevistas de acompanhamento dos alunos novatos em geral seriam analisadas e monitoradas pela nova Pró-Reitoria (PROEXTE - Pro Reitoria de Extensão e Estudantil), prevista no novo Regimento Geral. Esta congregará e articulará as ações dos programas já vigentes, para prevenção da evasão daqueles estudantes identificados com problemas de aprendizagem, de identificação com os

curso, dentre outros. Estes seriam encaminhados aos setores específicos, para acompanhamento.

Os que manifestarem problemas financeiros devem ser encaminhados aos programas de apoio financeiro, e os que demonstrarem necessidades básicas não atendidas como moradia e alimentação, devem ser alcançados, em tempo hábil, por ações específicas como a implementação de um vale alimentação e encaminhamento adequado à Casa do Estudante, por meio de parceria oficializada.

A PROEXT, juntamente com todos os órgãos de apoio aos estudantes, também devem trabalhar em sintonia com as Coordenações de Cursos e Secretaria Geral, para que as coordenações tenham acesso rápido aos estudantes com risco de evasão, possam acionar os setores/departamentos de apoio ao Estudante (SEPSI e NAP), em um trabalho integrado.

Assim, o estudante não iria direto à Secretaria Geral e formalizaria sua desistência, como acontece atualmente, como um mero ato administrativo. Passaria por um acompanhamento preventivo e, somente em último caso, passaria pela entrevista de desligamento (APÊNDICE D), realizada pelos acadêmicos de psicologia do SEPSI dentro do projeto de Extensão a ser implantado (APÊNDICE B). As ações do SEPSI estariam diretamente articuladas à todas as coordenações, para que as mesmas soubessem, em tempo, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e assim tomassem as providências necessárias, tendo maior proximidade com o estudante.

A entrevista de desligamento permitiria identificar as fortalezas e fraquezas dos cursos e da instituição em geral e poderá apresentar, inclusive, uma última oportunidade para reversão da decisão do estudante de abandonar o curso. Seria mais um momento de aproximação com o estudante, além de deixar indicativos, que podem se constituir em objeto de estudos e análises para replanejamento das ações de Assistência Estudantil.

Ainda como desafio institucional, e forma de garantir a permanência e diminuir a evasão escolar, é preciso implantar um acompanhamento para os estudantes ingressantes, que se declaram com necessidade financeira, desde o cadastro para isenção da taxa de vestibular. Estes necessitam de um atendimento especial, visto que se sabe *a priori* de sua situação sócioeconômica. É necessário fazer o mapeamento dos cursos que receberam estes estudantes e acompanhar sua trajetória acadêmica, somente assim a UnirG estaria atendendo globalmente a este estudante em situação de vulnerabilidade. Esta ação também seria realizada dentro do Projeto de Extensão (APÊNDICE B).

Também se faz necessária a implantação de um restaurante universitário com preços acessíveis e alimentação adequada, pois a maioria dos estudantes trabalha e, muitas vezes, vem direto de seus serviços. Considerando que a maioria recebe aproximadamente um salário mínimo (média da região para pessoas sem curso superior), o valor de um lanche diário, ao final de um mês, significa, em média, 30% de seus salários.

Tendo considerado as contribuições deste trabalho, ao explicitar a realidade da Gestão da Assistência Estudantil na UnirG, também se faz necessário apresentar suas limitações e recomendações para pesquisas futuras.

Quanto às limitações cabe expor as dificuldades encontradas para a coleta dos dados, em decorrência de os programas serem isolados e não existir, na instituição, uma cultura de avaliação e monitoramento dos programas existentes. Apesar dos esforços da Comissão Própria de Avaliação (CPA), em fazer a avaliação interna das ações dos diversos setores institucionais, foi difícil acessar os dados da Assistência Estudantil. Em relação à dimensão IX do SINAES (Políticas de Atendimento Estudantil), só há informações nos relatórios gerados pela CPA. Não há nos documentos analisados, indicadores dos programas que foram implantados e estão em desenvolvimento que são retratados como “ações em desenvolvimento e expansão”.

Também não existe um serviço de Assistência Social institucionalizado, que atenda integralmente aos estudantes, o que poderia ofertar o apoio necessário, aos ingressantes. Também não foi possível identificar registros de mobilização estudantil na luta e consolidação da Política de Assistência Estudantil da UnirG, nem evidências documentais sobre possíveis diálogos entre gestão e estudantes sobre esta temática, embora exista, por parte da instituição, o apoio ao diretório central de estudantes (DCE), conforme relatos do PDI.

Quanto às recomendações para pesquisas futuras destaca-se a necessidade de compreensão dos motivos de desistência, de forma ampliada e sistêmica, pois esta pesquisa fez somente um recorte temporal, analisando somente os motivos de desistência durante o ano de 2017. Após a informatização será possível ampliar a pesquisa, assim, os cursos com maior índice de evasão, poderão fazer o monitoramento ou avaliação antecipada dos motivos que levam a evasão e atuar preventivamente.

Acredita-se que esta investigação foi academicamente relevante, pois possibilitou explicitar o quadro da Assistência Estudantil na UnirG. Compreender e analisar a questão da Assistência Estudantil, em prol da permanência acadêmica, é

salutar para a garantia do direito à educação, iniciado com a democratização do Ensino Superior, mas o acesso precisa ser complementado pela conclusão dos cursos, a fim de contribuir para diminuir as desigualdades sociais. Assim, outro ponto a considerar é a necessidade de uma política específica de apoio ao estudante que já tenha concluído 50% de sua graduação, entendendo suas necessidades e propiciando a superação dos obstáculos, para a conclusão de seu curso superior.

Destaca-se que, atualmente o CRediUnirG somente alcança os estudantes ingressantes no ano de 2018. É importante que todos os estudantes se sintam protegidos pela instituição, no sentido desta lhes assegurar o direito à conclusão de sua graduação.

Por fim, considera-se alcançado o objetivo geral desta pesquisa, o qual foi analisar a evolução e gestão das atividades de Assistência Estudantil no Centro Universitário UnirG em Gurupi – TO, visando proposição de futuras intervenções para os estudantes com vulnerabilidade à evasão universitária.

E por último, cabe apresentar, como produto da presente pesquisa, o Projeto de Extensão: Integração das Ações de Assistência Estudantil na UnirG (APÊNDICE B) como proposta de ações importantes para a Política de Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil. Os formulários mencionados para entrevistas de acompanhamento e de desligamento, assim como um possível fluxograma para a integração dos diferentes setores da Assistência Estudantil (APÊNDICE E), encontram-se nos apêndices, logo após as referências.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. J. **Análise da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Tocantins a partir dos Relatórios de Avaliação Institucional da CPA.** In Seminário Regional, 2013, Brasília - DF. Anais - INEP, 2013. Disponível em [//download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/seminarios_regionais/trabalhos_regiao/2013/norte/eixo_3/analise_politica_assistencia_estudantil_unifederal_tocantins.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/seminarios_regionais/trabalhos_regiao/2013/norte/eixo_3/analise_politica_assistencia_estudantil_unifederal_tocantins.pdf). Acesso em 20 Mai. 2017.

ALVES, E. J. **Avaliação do programa Bolsa Permanência na Universidade Federal do Tocantins, campus de Palmas.** 2010, 196 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

AMABILE, A. E. N. Avaliação de Políticas Públicas. In: CASTRO, C. L. F. de, et al. **Dicionário de Políticas Públicas.** Barbacena: EdUEMG, p.390-391, 2012.

ASSIS, A. C. L. de. **Desafios e possibilidades da política de Assistência Estudantil da UFJF.** 2013 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Assistência Estudantil: uma questão de investimento.** Brasília, 2000. Disponível em: http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/assist_est. Acesso em: 15 Set. 2017.

BALL, S. J. **Educational reform: a critical and post structural approach.** Buckingham: Open University Press, 1994. Disponível em < <http://www.sciencedirect.com/reference/45635> > Acesso: 06 Nov. 2017.

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the ‘implementation’ of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011

BOWE, R.; BALL, S. WITH GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology.** London: Routledge, 1992.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Nacional de Assistência Estudantil,** 2010. Disponível em <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf> Acesso em 18 Jul. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil,** de 05 de outubro de 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm > Acesso em 28 Nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 24 Mai. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 23 Jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e da outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 10 Ago. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em 18 Jul. 2017

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e da outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 02 Set. 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS-SNAS, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Assistente Social**: Um guia básico para conhecer um pouco mais sobre esta categoria profissional. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/deliberacao3comunica-material-midia-POSNACIONAL-final.pdf>. Acesso em: 22 Fev. 2018.

CHIARI, J. Avaliação de Políticas Públicas. In: CASTRO, C. L. F. de, et al. **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, p.42-46, 2012.

COSTA, S. G. **A Equidade na Educação Superior**: uma Análise das Políticas de Assistência Estudantil. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRS, 2010.

COSTA, V. A. **Políticas públicas em educação no Brasil**: experiências de formação continuada de professores para a inclusão. Disponível em: <<http://www.ufr.br/revistaleph/N10/valdelu.htm>> Acesso em 17 Jul. 2017.

CUNHA, L. A. **Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado**. *Educação & Sociedade*, Campinas-SP: Cortez, n.88, v.25, out. 2004, p. 795-818.

DIAS, D. S. Monitoramento. In: CASTRO, C. L. F. de, et al. **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, p.329-330, 2012.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**. v.41 n.144 set./dez. 2011.

FARENZENA, N; LUCE, M. B. Desenvolvendo Capacidade para Monitorar e Avaliar: O Caso da Sagi/MDS. In: MADEIRA, L. M. et al. **Avaliação de Políticas Públicas**. UFRGS/CEGOV, 2014.

FARIA, C. A. P. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p.97-109, out. 2005. Disponível <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper44.pdf>> Acesso em 11 Out.2017.

FIGUEIREDO, A. C. **Processos de integração e afiliação à vida acadêmica de estudantes de camadas populares no contexto de expansão universitária**. 2015 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa** (3a ed., J. E. Costa, Trad.). São Paulo: Artmed, 2009.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, v.. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento e políticas públicas. IPEA, Brasília, n.23, p.7-70, jun. 2001.

GIL A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas; 2008.

GURUPI, CENTRO UNIVERSITÁRIO UnirG. **Plano de Desenvolvimento Institucional**, 2012-2016.

GURUPI, CENTRO UNIVERSITÁRIO UnirG. **Relatório da Comissão Permanente de Avaliação**. CPA, 2014.

HELLMANN, A.; JANNUZZI, P. M. Desenvolvendo Capacidade para Monitorar e Avaliar: O Caso da Sagi/MDS. In: MADEIRA, L. M. et al. **Avaliação de Políticas Públicas**. UFRGS/CEGOV, 2014.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES** [online]. 2001, vol.21, n.55, pp.30-41. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>> Acesso em 1 Dez. 2017.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2005.

JANNUZZI, P. M. **Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza**. 2009, Disponível em: <<https://www.uniceub.br/media/994310/art.pdf>> Acesso em: 29 Jul.2017.

JANNUZZI, P. M. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, DF, v. 36, p. 251-275, 2011a.

JANNUZZI, P. M. Monitoramento analítico como ferramenta para aprimoramento da gestão de programas sociais. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**. Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 38-66, 2011b.

JANNUZZI, P. M. Sistema de monitoramento e avaliação de programas sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, v. 1, p. 4-27, 2013a.

JANNUZZI, P. M. Verbete indicador social. In: GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. São Paulo: IMESP, v. 1. p. 951-953, 2013b.

JANNUZZI, P. M. Verbete avaliação. In: BOULLOSA, R. F. (Org.). **Dicionário para formação em gestão social**. Salvador: CIAGS, v. 1. p. 24-27, 2014.

JUNQUILHO, G. S. **Política de Assistência Estudantil**: informe à comunidade universitária Disponível em <<http://proaeci.ufes.br/conteudo/pol%C3%ADtica-de-assist%C3%Aancia-estudantil-informe-%C3%A0-comunidade-universit%C3%A1ria>> Acesso em 18 de Jul. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Ed. Atlas 2001.

LEITE, J. L. **Política de Assistência Estudantil**: direito da carência ou carência de direitos? 2012. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/4052/6485> Acesso em 18 de Jul. 2017.

MENEZES, J. E. **A política de Assistência ao Estudante: A bolsa trabalho como instrumento de direito para a formação do aluno no CEFET –AL**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Disponível em <http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/19064946.html>. Acesso em 04 Jun. 2010.

MERCURI, E. N. G. S.; GARRIDO, E. N. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 17, Número 1, Janeiro/Junho de 2013.

MORAES, M. C. M. **Reformas de ensino, modernização administrada**: a experiência de Francisco Campos – anos vinte e trinta. Florianópolis: UFSC, 2000.

NUNES, R. S. R.; VELOSO, T. C. M. A. **A Assistência Estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso: aspectos socioeconômicos de estudantes beneficiados**. Anais do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR: 18 a 20 de Maio de 2016. Universidade Estadual de Maringá, 2016.

PAULINO, H. M. **Avaliação e monitoramento de políticas públicas**: criação de um modelo sistêmico aplicado ao Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER-RN) / Hideljundes Macêdo Paulino. Natal, RN, 2014.

PORTES, E. A. Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 87, n. 216, p. 220-235, maio/ago. 2006. Disponível

em <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/36>>. Acesso em 17 Out. 2009.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Congage Learning, 2010.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**/ Leonardo Secchi. 2 ed. São Paulo: Congage Learning, 2013.

SECCHI, L., ZAPPELLINI, M.. **Os clássicos da Política Pública: concentração e isolamento das comunidades epistêmicas do Brasil, EUA e União Europeia**. *NAU Social*, América do Norte, 7, dez. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/view/593/462>. Acesso em: 03 Out. 2017.

SILVA, P.L.B.; COSTA, N.R. **Relatório Técnico**. A Avaliação de Programas Públicos: Reflexões sobre a Experiência Brasileira. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3040/1/Relat%c3%b3rio_t%c3%a9cnico-A_avaliao%c3%a7%c3%a3o_de_programas_p%c3%bablicos-reflex%c3%b5es_sobre_a_experi%c3%aaancia_brasileira Acesso em 20 Jan. 2018.

SILVEIRA, M. M. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 137f. Dissertação (Mestrado em Política Social) Pelotas- RS: Universidade Católica de Pelotas, 2012.

SINAES. **Roteiro de Auto-Avaliação Institucional: Orientações Gerais**. Brasília: INEP, 2004.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**, 2005. Disponível em <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>>. Acesso em 15 Jul. 2017.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso: 06 Nov. 2017.

SOUZA, M. C.; SANTANA, J.M.A. M. P. O direito à educação no ordenamento constitucional brasileiro. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 74, mar 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7368>. Acesso em Jan. 2018.

SPOSATI, A. Pobreza e desigualdade no século do desperdício. **Conferência de Abertura da 32ª Conferência Internacional de Bem Estar Social**. Brasília, 16 a 20 de julho de 2006. Disponível em <http://www.icsw.org/globalconferences/Brazil2006/papers/aldaiza_sposati.pdf>. Acesso em 21 Out. 2017.

VASCONCELOS, N. B. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil**. *Revista da Católica, Uberlândia*, v. 2, n. 3, p. 399- 411, 2010.

VASCONCELOS, N. B. **Programa nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.** Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv2n3/29-Pos-Graduacao.pdf>. Acesso em 27 Jul. 2017

XIMENES, D. A.; XIMENES, J. M. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: Características, Possibilidades e Desafio. In: Delgado, A. L. M. [et al.] (org). **Gestão de políticas públicas de direitos humanos.** Brasília: Enap, p. 284-302, 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação.** v.11, n. 32, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>. Acesso em: 5 Jun. 2017

APÊNDICES

A – SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Avenida NS 15, Quadra 109 Norte | Plano Diretor Norte
Sala 38, Bloco III, Câmpus de Palmas | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3232-8160 | www.uft.edu.br/gespol | gespol@uft.edu.br



Gurupi -TO 10 de janeiro de 2017.

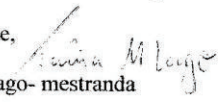
Prezada Sra Dra Lady Sakay

Reitora do Centro Universitário UNIRG

Eu, Tania Maria Lago, professora do Centro Universitário Unirg, matriculada no mestrado profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins, sob a orientação da professora Dra Lina Maria Gonçalves, venho primeiramente lhe agradecer da autorização da pesquisa conforme autorização anexa. No entanto, o projeto inicial sofreu alterações, sendo somente pesquisa documental, portanto a orientadora não acha necessário a submissão ao Comitê de Ética. Sendo assim, mais uma vez venho solicitar a V. Sa. autorização para coleta de dados nessa instituição, com a finalidade de realizar a pesquisa intitulada Gestão das Políticas de Assistência Estudantil no Centro Universitário Unirg em Gurupi-TO, cujo objetivo é Analisar a evolução e gestão das atividades de assistência estudantil no Centro Universitário UNIRG em Gurupi – TO, visando proposição de futuras intervenções para os alunos com vulnerabilidade à evasão universitária.

A coleta de dados ocorrerá mediante a utilização de análise documental fornecida pelos setores específicos (Pro Reitoria, Secretaria Acadêmica, Setores responsáveis pelas ações de Assistência) não haverá aplicação de entrevistas e ou questionários, e em qualquer documento será mantido em sigilo qualquer dado que possa identificar os sujeitos. Igualmente, assumo o compromisso de utilizar os dados obtidos somente para fins científicos, sem nenhuma identificação pessoal dos envolvidos bem como de disponibilizar os resultados obtidos para esta instituição. Agradecemos antecipadamente e esperamos contar com a sua colaboração.

Atenciosamente,


Tânia Maria Lago- mestranda

Dra Lina Maria Gonçalves- Professora orientadora.

B – PROPOSTA PROJETO DE EXTENSÃO

Título do Projeto de Extensão: Integração das Ações de Assistência Estudantil na UnirG
Área do Conhecimento: Psicologia e Educação - Assistência Estudantil
Responsável e sua Titulação: Tânia Maria Lago - Mestranda em Gestão de Políticas Públicas
Resumo do Projeto de Extensão: A gestão da Assistência Estudantil na Universidade UnirG pode contribuir para a diminuição dos índices de evasão e trazer melhorias na permanência estudantil. Como proposta e produto do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas sugere-se o Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil, processos que necessitam ser implantados de forma sistêmica com a articulação entre todas as ações de assistência estudantil já existentes. Dentro desse contexto sugere-se que os estudantes iniciantes passem por entrevista de acompanhamento em seu primeiro semestre letivo (Apêndice C), além de outras ações desenvolvidas pelos diferentes órgãos de Assistência Estudantil. E, se porventura vier a desistir de sua graduação,, o estudante deverá passar por entrevista de desligamento (Apêndice D. Essa entrevista de desligamento será realizada no SEPSI, com acadêmicos do curso de Psicologia, sob a supervisão desta profissional, de maneira individual e personalizada. Assim, o desligamento não será um mero ato administrativo (atualmente realizado na Secretaria Geral Acadêmica), mas um momento de possível reversão da decisão de desistir ou, caso seja inevitável, o momento da universidade levantar os indicadores para nortear suas futuras ações visando a permanência dos estudantes.
01– Duração: Contínuo. Carga Horária Semanal : 4 horas.(Horas diversificadas).
02 – Coordenador (a) do Projeto (Proponente): Tânia Maria Lago
03 – Participantes: Professora e Estudantes de Psicologia
3.1 – Professor (a): Tânia Maria Lago - Coordenadora
3.2 – Estudantes: Serão selecionados sob edital, acadêmicos que cursam Psicologia a partir do sexto período (pois no quinto os estudantes já cursaram disciplinas de Técnicas de Entrevista) importantes para as atividades deste projeto .

3.3 – Colaboradores de outros cursos: estudantes de Sistemas de Informática para auxílio nas demandas de informática .

04 – Caracterização da Situação Problema:

A UnirG necessita de um setor que assuma a responsabilidade pelo Monitoramento e Avaliação das Políticas de Assistência Estudantil, sugerindo a nova ProReitoria prevista no novo Regimento Estudantil. No entanto algumas ações necessitam ser implementadas para que, articuladas com os outros Programas de Assistência Estudantil vigentes, possam atuar preventivamente na evasão. Foi constatado, por pesquisa realizada por esta mestranda , a falta de um balanço interno geral sobre as atividades de assistência estudantil e respectivos estudantes atendidos. A ausência destes dados, ou a falta de sua organização, compromete os resultados das ações e dificulta a prevenção da evasão e a efetivação da permanência dos estudantes. Dentro dessa problemática , o presente Projeto de Extensão propõem-se a atuar em relação a este problema com duas categorias de estudantes, os quais:

Primeiramente quanto as estudantes desistentes, um total de 743(setecentos e quarenta e três) nos últimos 5 anos , conforme pesquisa realizada (LAGO,2018). Destaca-se a necessidade de compreensão dos motivos de desistência, de forma ampliada e sistêmica, pois esta pesquisa fez um recorte temporal, analisando somente os motivos de desistência durante o ano de 2017, quando 154 (cento e cinquenta e quatro) estudantes desistiram.

O Segundo grupo são os estudantes com matrícula ativa que ingressaram recentemente ou ingressarão nos próximos semestres. Após a informatização, o Sistema Integrado - SEI facilitará a ampliação da pesquisa, e os cursos com maior índice de evasão, poderão fazer o monitoramento ou avaliação antecipada dos motivos que levam a evasão e atuar preventivamente. O Serviço Escola de Psicologia (SEPSI) bem como os demais setores de Assistência Estudantil, como o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), o Núcleo Institucional de Atendimento Educacional (NIAEE), o Laboratório de Tecnologia Assistiva (LABTAU), dentre outros, poderão ter rápido acesso aos dados e, articular suas ações, no sentido de contribuir para a permanência dos estudantes com diversas vulnerabilidades.

Neste sentido, o SEPSI, por meio deste projeto de Extensão, se responsabilizará por fazer entrevistas de desligamento e pelo monitoramento dos ingressantes que se declaram com vulnerabilidade econômica, no momento do pedido de isenção da taxa do vestibular. Localizando-os, em seus cursos e entendendo quais as dificuldades que encontram para sua permanência, através de entrevistas de acompanhamento específicas a este público, o setor poderá providenciar o apoio necessário a cada estudante, conforme suas necessidades.

Atualmente não há na instituição nenhuma ação neste sentido e a proposta permitirá levantar indicadores e fornecer o apoio necessário, em momentos cruciais da vida acadêmica: a permanência ou a desistência. E ninguém melhor para atuar neste sentido, do que acadêmicos da Psicologia com sensibilidade e competências necessárias para tais ações.

05 – Justificativa e Relevância Social: A Universidade tem como missão promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, de forma articulada e sistêmica, com um grau de qualidade necessário ao bom desempenho das futuras atividades profissionais dos acadêmicos. Nesse novo contexto é de suma importância o desenvolvimento de projetos de extensão no curso, visto que promovem a articulação entre a Universidade com a sociedade, beneficiando ambas. O estudo da Gestão da Assistência Estudantil na UnirG nos fez compreender a importância da prevenção para melhorias na permanência estudantil e na diminuição dos índices de evasão, o qual conforme o PDI (2017-2021) chegou a 57 % no últimos 4 anos e, em alguns cursos, à 80 % . Assim em prol da permanência acadêmica propõe-se o referido projeto de extensão com ações que atualmente não são realizadas na instituição: a entrevista de acompanhamento de ingressantes com vulnerabilidade sócio econômica declarada e a desligamento, nos casos que não for possível evitar a evasão. A instituição não possui

registros de indicadores dos motivos da desistência estudantil, em nenhum setor. As coordenações de curso, local onde seria indicado este tipo de trabalho, são sobrecarregadas e talvez não realizem com continuidade estas ações. Portanto a proposta é o Projeto de Extensão a ser desenvolvido no SEPSI, tendo como beneficiários os próprios acadêmicos da Psicologia, que praticaram seus conhecimentos e os acadêmicos em geral, para prevenção e identificação de suas dificuldades quanto a permanência. Por fim, o maior beneficiado será a UNirg pela possibilidade de prevenir a evasão e conseguir levantar indicadores para a Gestão da permanência (exigência do SINAES na dimensão IX, quanto à atenção ao Estudante). Estas ações podem trazer melhorias em sua avaliação, junto ao sistema, visto que atualmente, conforme avaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) não há indicadores quanto a esta dimensão, embora haja metas de seu desenvolvimento, em todos os PDIs da instituição.

06 – Objetivos:

Objetivo Geral:

Implantar projeto de Extensão de apoio à Gestão da Assistência Estudantil no SEPSI fortalecendo os vínculos do estudante com seu curso e sua instituição.

Objetivos Específicos:

Proporcionar aos acadêmicos, atividades complementares extras curriculares a partir do 6º período do curso de Psicologia;

Aprimorar os conhecimentos dos acadêmicos, aliando teoria e prática;

Incentivar a pesquisa e promover levantamento de dados em relação à Assistência Estudantil;

Compreender os motivos de desistência acadêmica e as necessidades quanto a permanência de estudantes com vulnerabilidade sócio econômica;

Encaminhar estudantes, com risco de evasão, aos setores que desenvolvem ações de assistência Estudantil, na UnirG, facilitando a integração.

07 – Revisão Literária (Fundamentação Teórica):

No campo teórico, as atuais políticas públicas de abrangência nacional para o ensino superior, propõem garantias de acesso, permanência, equalização de oportunidades, entretanto, na prática, a evasão ainda se apresenta como um grave problema na UnirG, pois os indicadores revelam que no ano de 2017, 154 estudantes desistiram e assinaram o requerimento de desistência, e ao longo de 5 anos (2013 a 2017) a categoria desistentes soma 743 estudantes, e destes na maioria não se sabe quais os motivos desta decisão, pois o recorte desta pesquisa somente analisou os formulários de 2017 (LAGO, 2018).

Quando estudiosos alegam a necessidade de ampliação da Assistência Estudantil, referem-se à direitos de igualdade de condições quanto aos recursos necessários à graduação. Dentro dessa perspectiva, a Assistência Estudantil precisa ser compreendida como Vasconcelos (2009) preconiza, ou seja, a partir de sua finalidade, que seria proporcionar aos estudantes os recursos necessários para superação dos obstáculos na trajetória acadêmica, diminuindo os trancamentos de matrículas e índices de evasão.

Analisando a trajetória histórica no desenvolvimento da Assistência Estudantil na UnirG evidencia-se a necessidade de ampliação de sua proposta da como uma política institucional. Neste sentido, faz-se necessário mencionar o alerta de Assis (2013) sobre programas pontuais, que são marcados pela descontinuidade, estagnação e até mesmo total exclusão. Para o autor, tais programas, tão somente configuram-se como políticas de governo, ou no caso da UnirG, políticas de gestão, o que provoca a descontinuidade dos programas.

Na medida em que existir uma política institucional de Assistência Estudantil, será possível a implantação do Monitoramento e Avaliação dos programas, o que segundo Januzzi (2005) é fundamental para a gestão. O monitoramento favorece a construção e a alimentação de indicadores que permitem verificar, com regularidade, as ações programadas – da previsão e alocação do gasto à produção dos serviços – e mesmo para acompanhar a realização de metas e o alcance de resultados projetados. Na pesquisa realizada na instituição, sobre a política de Assistência Estudantil, chamou a atenção a falta de monitoramento das ações específicas, o que contribuiria para que a Assistência Estudantil fosse ofertada a quem realmente dela necessita, conforme suas necessidades (LAGO, 2018).

Cabe destacar que, segundo a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), o monitoramento e a avaliação de uma política existente possibilita a mensuração da eficiência e da eficácia de suas ações; a transparência; o acompanhamento e a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos a fim de contribuir para a formulação das políticas públicas. E, concordando com Chiari (2012), ao cumprir estes múltiplos papéis, a avaliação possibilita a promoção de novos patamares de desenvolvimento, favorecendo a participação, o controle social e a otimização da gestão. O estudante necessita sentir-se acolhido por sua instituição, em todas as suas necessidades, oferecer Assistência Estudantil é muito mais do que ofertar auxílio financeiro, é o fazê-lo sentir-se acolhido na suas necessidades básicas: alimentação, moradia, transporte, lazer, cultura, saúde física e psicológica (ASSIS, 2013).

08 – Metodologia (Material e Métodos):

Com a implantação deste Projeto de Extensão, serão alvo de nossas ações, os estudantes ingressantes declarados em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme questionário sócioeconômico preenchido e, ainda os estudantes que ingressaram com isenção da taxa de vestibular (esta isenção ocorre mediante declaração de situação de pobreza, conforme edital da UnirG). Para tal, no início de cada semestre os estagiários de Psicologia irão à Secretaria Geral Acadêmica para pegar lista destes estudantes e identificar em quais cursos ingressaram.

Após este levantamento os estudantes serão chamados para entrevistas individuais, para levantamento de suas necessidades (APÊNDICE B). E estes serão acompanhados até o término de sua graduação, sendo esclarecidas para este estudante o propósito das ações do SEPSI. Esta primeira entrevista é fundamental, pois, se não soubermos o que o estudante precisa, não será possível ajudá-lo em sua permanência na universidade. Posteriormente podem ser realizados grupos psicoeducativos para orientação e/ou encaminhamento aos outros serviços de apoio, de acordo com as necessidades levantadas.

Em relação aos estudantes na iminência da evasão, todos os estudantes que dirigirem-se à Secretaria Geral para assinatura do Termo de Desistência, deverão passar por entrevista de Desligamento com os estagiários de Psicologia, no SEPSI, onde serão atendidos individualmente para entrevista personalizada e tentar-se-á o plano de reversão da desistência. Caso o estudante realmente não queira continuar será novamente encaminhado para a Secretaria Geral para formalizar sua desistência. Os motivos de desistência serão

analisados mensalmente e encaminhados, de forma articulada e sistêmica, aos setores específicos relacionados à Assistência Estudantil para que ações de prevenção sejam institucionalizadas (APÊNDICE E).

Os acadêmicos de Psicologia, participantes deste Projeto de Extensão, serão distribuídos em horários no SEPSI de acordo com a carga horária previamente estabelecida.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO: estudantes que ingressaram na instituição na categoria da isenção da taxa de vestibular, estudantes que pretendem desistir da graduação.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO: Estudantes com outras demandas de atendimento psicológico (necessidade de psicoterapia)

09– Cronograma (Etapas):

MESES: Início em Fevereiro de cada ano.

Término em Novembro de cada ano.

10– Resultados Esperados:

Espera-se que o referido projeto possa contribuir para diminuição dos índices de evasão na UNIRG, colaborar na gestão da Permanência Estudantil e promover o desenvolvimento de maiores vínculos entre o estudante e sua instituição, tendo como foco o término de sua graduação.

Espera-se também, em relação ao aprendizado do acadêmico de Psicologia, que interagindo com a prática, seja propiciada uma melhoria em suas experiências dentro da Psicologia.

11– Referências

ASSIS, A. C. L. de. **Desafios e possibilidades da política de Assistência Estudantil da UFJF**. 2013 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS-SNAS, 2004.

CHIARI, J. Avaliação de Políticas Públicas. In: CASTRO, C. L. F. de, et al. **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, p.42-46, 2012.

GURUPI, CENTRO UNIVERSITÁRIO UnirG. **Plano de Desenvolvimento Institucional**, 2008 a 2012 ;2012-2016; 2017-2021.

GURUPI, CENTRO UNIVERSITÁRIO UnirG. **Relatório da Comissão Permanente de Avaliação**. CPA, 2014.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2005.

SINAES. **Roteiro de Auto-Avaliação Institucional: Orientações Gerais**. Brasília: INEP, 2004.

VASCONCELOS, N. B. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399- 411, 2009.

Parecer do Colegiado do Curso:

(Transcrever o parecer emitido em reunião do Colegiado do Curso)

Coordenador do Curso

Data: / /

14- Parecer da Pró-Reitoria de Graduação e Extensão:

Pró-Reitor

de Graduação e Extensão (PGRAD)

Data: / /

15– Parecer da Fundação quanto ao Orçamento

Presidente da Fundação

UNIRG

Diretor Financeiro

Data: / /

16 – Homologação Final da Pró-Reitoria de
Graduação e Extensão:

APROVADO nos termos apresentados

 APROVADO com ressalvas Indeferido

____/____/____

Data

PGRAD

Observações:

Questões 3 - Aprendizagem													
3.1 Sente dificuldade no aprendizado de alguma disciplina													
3.2 Sabe onde buscar ajuda, caso tenha dificuldade de aprendizagem													
3.3 Participa de grupo de estudo, grupo de monitoria ou alguma liga acadêmica													
3.4 Sente orgulho de contar às pessoas que estuda na UNIRG													
3.5 Pensa em continuar na Unirg até o final do seu curso													
3.6 Conhece a infraestrutura da Unirg, incluindo os órgãos de Apoio ao Estudante.													
Questões 4 - Assistência Estudantil													
4.1 Se preciso, procuraria e usaria os serviços do CrediUnirG													
4.2 Se preciso, procuraria e usaria os serviços do SEPSI													
4.3 Se preciso, procuraria e usaria os serviços do NAP													
4.4 Se preciso, procuraria e usaria os serviços do NIAEE													
4.5 Se preciso, procuraria e usaria os serviços do PIN													
4.6 Se preciso, procuraria e usaria os serviços do LABTAU													

Como você considera que a UNIRG pode lhe ajudar para sua permanência até a conclusão de seu curso?

Observações livres

D - ENTREVISTA DE DESLIGAMENTO (Modelo sugerido)

Nome: _____

Curso: _____ Matrícula: _____ Ingresso: ____/____

1. Qual o motivo de sua desistência do curso?
2. Quando tomou esta decisão?
3. Que alternativas buscou para permanecer (minimizar o motivo de sua desistência)?
4. Você tem apoio de sua família para permanecer no curso?
5. Sente que teve apoio da instituição para permanecer no curso?
6. Falou com algum colega, professor, amigos ou familiares sobre sua decisão? (identificar quem esta ciente e arede de apoio deste estudante)
7. Quais os pontos positivos do seu curso?
8. Em que pontos percebe que seu curso precisa melhorar?
9. Você participou de algum Programa de Assistência Estudantil da Unirg? Se sim. Qual e desde quando: _____
10. Teve, durante sua permanência, algum problema que necessitasse de ajuda e esta coordenação não percebeu? (Identificar se houve problema de integração, adaptação, de relacionamento com colegas e ou professores, problemas de aprendizagem, problema financeiro, de necessidades básicas não atendidas, problema familiar ou psicológico).
11. O que precisaria ocorrer para você mudar de idéia a respeito da desistência?

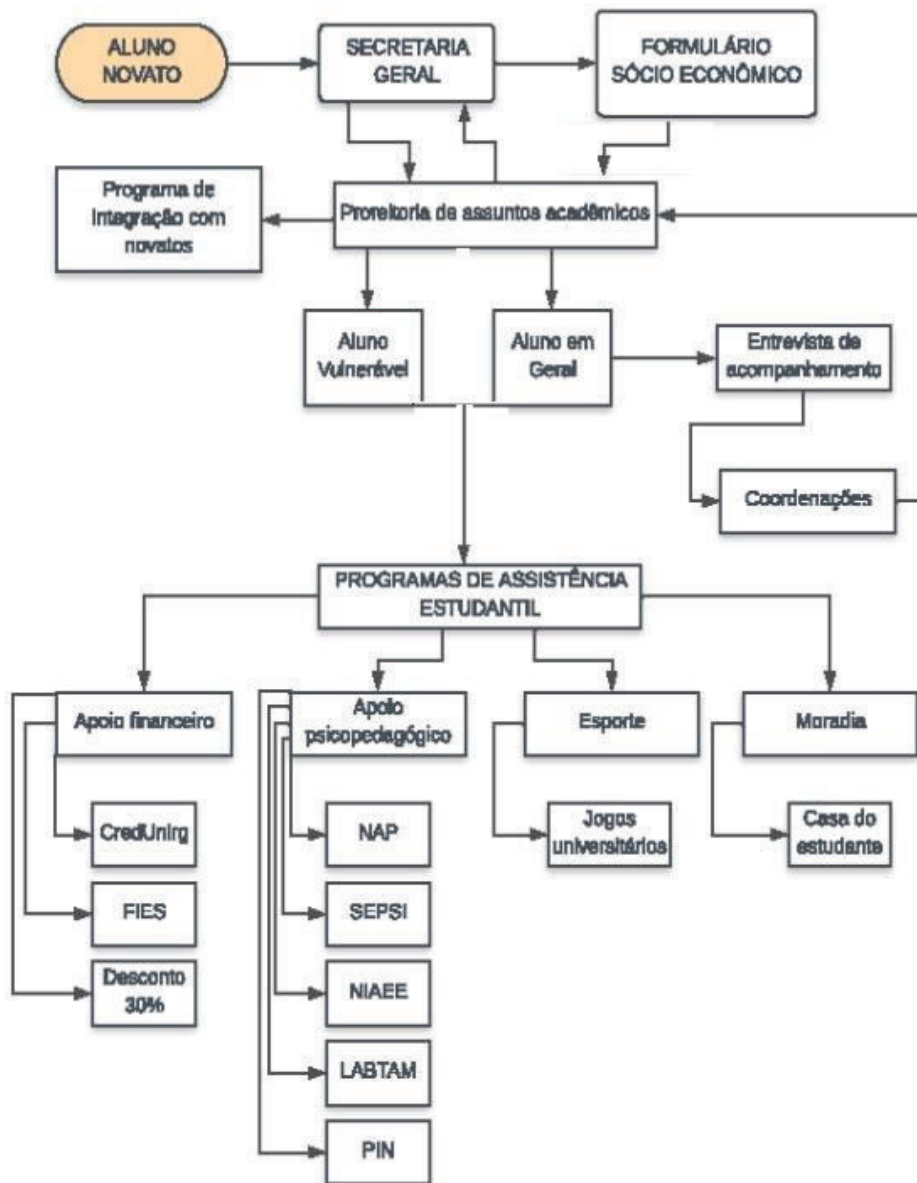
Parecer do Entrevistador:

Encaminhado para:

Data: ____/____/____


Assinatura:

E- FLUXOGRAMA SUGERIDO PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL




ANEXO

A - MODELO DO ATUAL FORMULÁRIO PREENCHIDO PELOS EVADIDOS.



UnirG
Universidade do Estado de Goiás



Rua Coronel João de Assis, Quadra 278, Lote 01-10, Centro, Gurupi - TO, CEP 77402-050
 Telefone: (62) 3572-7601 e-mail: cafz@unirg.edu.br

REQUERIMENTO PARA DESISTÊNCIA DE CURSO

Senhora Secretária Geral Acadêmica do Centro Universitário UnirG

Eu, _____, portador do
 RG _____, Órgão Expedidor _____, matriculado sob
 nº _____ venho confirmar minha **DESISTÊNCIA DE MATRÍCULA**
 no curso de _____ turno _____
 do Processo Seletivo ano/semestre: _____ no Centro Universitário
 UnirG, por motivo _____

DECLARAÇÃO

Declaro estar ciente de que esta Desistência **NÃO ISENTA** o pagamento das mensalidades em atraso. Portanto deverei procurar a Tesouraria da Fundação Unirg para conhecimento da dívida e formas de pagamento.

Gurupi, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Acadêmico

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA COORDENAÇÃO DO CURSO E BIBLIOTECA

<p>A Coordenação do Curso de _____ DECLARA para os fins que fizerem necessários que o aluno não possui em sua posse materiais didático-pedagógicos deste curso.</p> <p style="text-align: right;">Data: ____/____/____</p> <p style="text-align: center;">Assinatura/carimbo do responsável</p>	<p>A Biblioteca do Centro Universitário UNIRG DECLARA para os fins que forem necessários que o aluno não possui em sua posse livro e/ou periódico do acervo desta biblioteca.</p> <p style="text-align: right;">Data: ____/____/____</p> <p style="text-align: center;">Assinatura / carimbo do responsável</p>
---	--